

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA (FAFIL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPGFIL)

CAMILA MANDU DA SILVA

O “EU” DO “EU PENSO”: AUTOCONSCIÊNCIA PURA EM KANT

Goiânia

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Camila Mandu da Silva

3. Título do trabalho

O "EU" DO "EU PENSO": AUTOCONSCIÊNCIA PURA EM KANT

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mandu Da Silva**, Discente, em 08/07/2026, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hans Christian Klotz, Professor do Magistério Superior**, em 08/07/2026, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Ferreira De Almeida, Coordenador de Pós-Graduação**, em 08/07/2026, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6320101** e o código CRC **A04C9F40**.

CAMILA MANDU DA SILVA

O “EU” DO “EU PENSO”: AUTOCONSCIÊNCIA PURA EM KANT

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia

Linha de Pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Hans Christian Klotz (UFG)

Goiânia

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Camila Mandu da

O "Eu" do "Eu Penso": Autoconsciência Pura em Kant [manuscrito] /
Camila Mandu da Silva. - 2026.

110 f.:

Orientador: Prof. Dr. Hans Christian Klotz

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Filosofia (FAFIL), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Goiânia, 2026.

1. Autoconsciência Pura. 2. "eu Penso". 3. Unidade. 4. Identidade.

I. Klotz, Hans Christian, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 15 da sessão de Defesa de Dissertação de Camila Mandu da Silva, que confere o título de Mestra em Filosofia do Programa de Pós Graduação em Filosofia, na área de concentração em Filosofia.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, a partir das 15:30 horas, na sala de Defesas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “O “EU” DO “EU PENSO”: AUTOCONSCIÊNCIA PURA EM KANT”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Hans Christian Klotz (FAFIL/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Daniel Omar Perez (UNICAMP), membro titular externo, cuja participação ocorreu através de videoconferência; Professor Doutor Thiago Suman Santoro (FAFIL/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Hans Christian Klotz (FAFIL/UFG), Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Hans Christian Klotz, Professor do Magistério Superior**, em 07/07/2026, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Suman Santoro, Professor do Magistério Superior**, em 07/07/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Ferreira De Almeida, Coordenador de Pós-Graduação**, em 08/07/2026, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6265614** e o código CRC **3E7EC7B0**.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi um caminho solitário. Ao longo desta trajetória, contei com pessoas que estiveram presentes de diferentes formas, oferecendo apoio, escuta e incentivo nos momentos necessários. Registro aqui minha gratidão a todos que fizeram parte desta caminhada.

À minha mãe, agradeço por ter sido presença constante, força silenciosa e abrigo nos dias difíceis. Seu amor, sua coragem e sua dedicação foram fundamentais para que eu nunca deixasse de acreditar que seria possível chegar até aqui.

Ao meu filho, por ser a luz dos meus dias e a razão mais bonita de cada esforço. Em muitos momentos, foi pensando em você que encontrei ânimo para continuar. Que esta conquista também lhe ensine sobre perseverança, sonhos e recomeços.

Ao meu orientador, expresso minha mais sincera admiração e gratidão. Há muito tempo, tornou-se uma das pessoas mais incríveis que cruzaram meu caminho dentro da universidade. Obrigada pela generosidade intelectual, pela paciência, pelas leituras cuidadosas e, sobretudo, pela humanidade com que conduziu este percurso. Sua presença marcou profundamente minha formação acadêmica e pessoal.

À Lisa França, agradeço pela escuta cuidadosa, pela sensibilidade e pela presença serena ao longo desta caminhada. Em muitos momentos, suas palavras e sua humanidade foram fundamentais para que eu pudesse atravessar os desafios deste percurso com mais clareza, coragem e permanência.

Aos meus amigos, agradeço pela escuta, pelas conversas, pelo afeto e pela compreensão diante das ausências que a vida acadêmica tantas vezes exige. Nenhuma jornada se sustenta sem amizade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL), agradeço por todo o suporte institucional, pelas oportunidades formativas e pelo ambiente acadêmico que tornou possível a realização desta pesquisa.

Aos professores do PPGFIL, Cristiano Resende, Márcia Zebina, Marcos Rosa (UERJ) André Porto e Araceli Velloso, agradeço pelas contribuições ao longo da minha formação, pelas aulas, pelas provocações intelectuais e pelo compromisso com o ensino.

Ao meu orientador da formação anterior em Ciências Sociais, Jordão Horta Nunes, deixo minha gratidão por ter sido uma referência importante no início da minha trajetória acadêmica, contribuindo de forma decisiva para a construção do meu percurso intelectual.

À Carla Damião, minha gratidão especial, pela cumplicidade, pela amizade e pela inspiração constante ao longo desta caminhada, sendo presença firme e generosa nos momentos mais importantes.

À secretária Marlene Oliveira, agradeço pelo cuidado diário, pela disponibilidade, pelo apoio constante e por ser essa figura tão querida e essencial no departamento, sempre presente com atenção e gentileza.

Por fim, agradeço a Deus, pela força concedida nos momentos de fragilidade e pela possibilidade de concluir mais esta etapa.

A todos que caminharam comigo, minha eterna gratidão.

Tudo o que já foi, é começo do que vai vir.

RESUMO

Esta dissertação analisa a noção de autoconsciência pura em Kant, com foco nas articulações entre as unidades analíticas e sintéticas da consciência e da autoconsciência. A partir da proposição "Eu penso", busca-se elucidar a fundamentação da autoconsciência pura e sua relação com a constituição da experiência empírica. Primeiramente, a unidade analítica da consciência é abordada como o reconhecimento das representações comuns, enquanto a unidade sintética é discutida em termos da capacidade ativa do entendimento de organizar representações sensíveis em uma consciência unificada. Em um segundo momento, a pesquisa investiga a noção de identidade implicada na proposição "Eu penso". Em diálogo crítico com a tradição filosófica, especialmente em contraposição à substancialização de Descartes e ao ceticismo de Hume, demonstra-se que a identidade do sujeito kantiano não corresponde a um objeto ou a uma substância metafísica, mas a uma função unificadora essencial. A autoconsciência pura estrutura-se, portanto, a partir da indissociabilidade entre a unidade e a identidade. Enquanto a unidade atua como a condição sintética que articula o múltiplo sensível e confere objetividade aos fenômenos, a identidade formal do "Eu penso" garante a continuidade da ação e a atribuição de todas essas representações a um único sujeito. A pesquisa evidencia, assim, que tanto a coesão das representações (unidade) quanto a permanência funcional do sujeito (identidade) são pilares complementares e fundamentais para a constituição da experiência e o desenvolvimento do conhecimento objetivo.

Palavras-chave: Autoconsciência Pura, "Eu penso", Unidade, Identidade.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the notion of pure self-consciousness in Kant, focusing on the articulations between the analytic and synthetic unities of consciousness and self-consciousness. Starting from the proposition "I think," it seeks to elucidate the foundation of pure self-consciousness and its relationship to the constitution of empirical experience. First, the analytic unity of consciousness is addressed as the recognition of common representations, while the synthetic unity is discussed in terms of the active capacity of the understanding to organize sensible representations into a unified consciousness. In a second moment, the research investigates the notion of identity implied in the proposition "I think." In critical dialogue with the philosophical tradition, especially in opposition to Descartes's substantialization and Hume's skepticism, it demonstrates that the identity of the Kantian subject does not correspond to an object or a metaphysical substance, but to an essential unifying function. Pure self-consciousness is structured, therefore, upon the inseparability of unity and identity. While unity acts as the synthetic condition that articulates the sensible manifold and confers objectivity to phenomena, the formal identity of the "I think" guarantees the continuity of the action and the attribution of all these representations to a single subject. The research thus shows that both the cohesion of representations (unity) and the functional permanence of the subject (identity) are complementary and fundamental pillars for the constitution of experience and the development of objective knowledge.

Keywords: Pure Self-Consciousness, "I think", Unity, Identity.

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: AS CONCEPÇÕES DE UNIDADE NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL	13
1.1. As Concepções de Unidade: Do Uso Pré-Categorial à Unidade Transcendental	15
1.2. A Hierarquia das Unidades na Autoconsciência	29
1.2.1. A Unidade Analítica da Consciência (conceptus communis)	32
1.2.2. A Unidade Sintética da Consciência	39
1.2.3. A Unidade Analítica da Autoconsciência: A Forma do "Eu Penso"	44
1.2.4. A Unidade Sintética da Autoconsciência: O Fundamento Originário	49
CAPÍTULO 2: A NOÇÃO DE IDENTIDADE IMPLICADA NA PROPOSIÇÃO "EU PENSO"	55
2.1. O Eu Penso e a Distinção entre Identidade Formal e Empírica	67
2.2. O Eu Penso na Crítica e no Diálogo com a Tradição	71
2.2.1. Juízos e Categorias como Arquitetos da Experiência Objetiva	75
2.3. Leituras Contemporâneas da Identidade Kantiana	81
2.3.1. Leituras da Identidade Kantiana: Kitcher, Strawson, Guyer e Allison.....	87
2.3.2. Críticas e Contrastes na Tradição	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Pensar, em Kant, é um processo complexo e intrinsecamente dual de análise e unificação. Essa operação não se restringe a uma única faculdade, mas se manifesta tanto no âmbito do entendimento quanto no da razão. Essa atividade mental revela uma necessidade fundamental da razão humana: a de unificar o diverso. Isso se expressa na unificação do múltiplo na intuição sensível, na organização dos fenômenos por meio de regras e na ordenação das próprias regras do entendimento conforme os princípios superiores da razão. Essa busca pela unidade não é meramente um exercício intelectual arbitrário, mas uma necessidade intrínseca ao espírito humano de conferir coerência a conhecimentos dispersos em uma totalidade sistemática e coerente. É com essa visão que Kant, em sua obra canônica, a *Crítica da Razão Pura*, empreende uma investigação meticulosa acerca das condições pelas quais o pensamento pode representar objetos. Sua análise foca questões interdependentes, a saber: a origem do conhecimento, a sua extensão por meio das condições *a priori* da sensibilidade humana e o alcance e a circunscrição do conhecimento humano aos limites impostos pela experiência possível.

Nessa investigação, Kant postula que o conhecimento humano é o resultado de uma síntese, fruto da cooperação entre as faculdades da sensibilidade, imaginação e entendimento. O ponto de partida é a compreensão de que o conhecimento não pode ser derivado unicamente da experiência sensível, como estabeleciam os empiristas, que se viam incapazes de justificar a universalidade e a necessidade de juízos como os da matemática ou da física. Tampouco o conhecimento pode ser atribuído exclusivamente à razão, como concebiam os racionalistas, que, em suas posições inatistas e dogmáticas, falhavam em explicar a relação dos seus conceitos puros com o mundo empírico. A superação dessas limitações se tornou a missão central da filosofia crítica kantiana. Kant, em um esforço que marca uma ruptura com sua concepção do conhecimento metafísico em seu período pré-crítico¹ busca um

¹ Na sua carta a Marcus Herz de 1772, Kant reconhece a necessidade de revisão e

caminho intermediário, no qual o conhecimento resulta da interação intrínseca entre a faculdade do entendimento e o mundo que nos é dado pela sensibilidade. Esse conhecimento é, portanto, uma síntese das representações sensíveis com representações intelectuais, sem que haja primazia de uma faculdade sobre a outra.

Inspirado pela astronomia de Nicolau Copérnico, sua “revolução copernicana” circunscreve que os objetos devem conformar-se ao conhecimento², numa inversão de perspectiva que toma a seguinte forma: os objetos devem se conformar ao nosso modo de conhecer, isto é, a objetividade do conhecimento não se fundamenta no mundo externo pré-ordenado, mas na estrutura *a priori* da nossa própria subjetividade.

Esse é o ponto de inflexão que sustenta o novo paradigma no debate moderno sobre o estatuto da subjetividade. Enquanto René Descartes, ao postular o “Eu Penso” (*Ego Cogito*), buscou na certeza indubitável da autoconsciência o fundamento para a existência de uma substância pensante (*res cogitans*), Kant dialoga diretamente com a tradição. Ele aceita o “*Eu penso*”, mas como um *princípio lógico*, como uma condição formal e pré-reflexiva de toda representação, mas nega que ele possa ser tomado como um conhecimento de um *objeto* (a alma).

É precisamente para desfazer a falácia dessa inferência que a Dialética Transcendental precisará resolver os Paralogismos da Razão Pura, mostrando

aprimoramento de suas conclusões, deixando claro seu compromisso em corrigir e aprofundar sua análise: “Na Dissertação, tinha me contentado em exprimir de maneira meramente negativa a natureza das representações intelectuais, dizendo que não eram modificações da alma pelo objeto. Mas deixei de lado a questão de como é possível uma representação que se refere a um objeto sem ser afetada de alguma maneira por ele. Havia dito: as representações sensíveis representam as coisas como aparecem, as intelectuais, como elas são. Por que meio, porém, estas coisas nos são dadas se não o são pelo modo como nos afetam? E se tais representações intelectuais repousam sobre a nossa atividade interna, de onde vem a concordância que devem ter com objetos que não são, contudo, produzidos por elas? (Carta de I. Kant a Marcus Herz. In. O que nos faz pensar n° 32, dezembro de 2012. p. 44)

² Trata-se aqui de uma semelhança com a primeira ideia de Copérnico; [...] na metafísica, pode-se tentar o mesmo [...]. Se a intuição tivesse de se guiar pela natureza dos objetos, não vejo como deles se poderia conhecer algo a priori; se, pelo contrário, o objeto se guiar pela natureza da nossa faculdade de intuição, posso perfeitamente representar essa possibilidade. [...] [Pois] os objetos, ou que é o mesmo, a experiência pela qual nos são conhecidos (como objetos dados) regula-se por esses conceitos [a priori]. (KrV B XVI)

que a identidade do sujeito é apenas lógica, e não ontológica. Mais ainda, a crítica kantiana atinge o cerne da epistemologia cartesiana ao designar sua posição cética como “Idealismo Problemático”, em razão de seu ceticismo, fundando a realidade apenas na certeza interna do *Cogito*.

A tarefa de Kant, portanto, é dupla: refutar a substancialização metafísica do eu e, simultaneamente, refutar o Idealismo Problemático mediante a prova de que a experiência interna do sujeito só é possível por meio da referência necessária a objetos externos.

Kant sustenta que a validade dos conhecimentos não é, portanto, uma questão de primazia da empiria ou da razão, mas de sua necessária e inseparável colaboração, e é a partir dessa visão que se estabelece a estrutura do conhecimento empírico, como representações que emanam de duas fontes distintas, mas complementares: a faculdade da sensibilidade e a do entendimento. A primeira, passiva, recebe o múltiplo sensível; a segunda, ativa, o organiza.

A faculdade do entendimento, por sua vez, estrutura as intuições, que são representações imediatas e singulares. Os conceitos, em contraste, são representações mediadas e universais, que permitem que percepções individuais, como a de um tom específico de azul, sejam compreendidas de forma geral, abrangendo uma diversidade de tonalidades. Desse modo, o entendimento transforma a singularidade da experiência sensível em algo que pode ser pensado como pertencente a um todo maior, tornando possível a formulação de juízos e a construção do conhecimento.

Nesse ponto, a investigação kantiana se ocupa nos aspectos internos da estrutura do conhecimento. Ele sustenta que, embora todo o conhecimento empírico se inicie com a experiência, a experiência só pode ser constituída em um bojo transcendental, isto é, a partir de um fundamento *a priori* da faculdade do entendimento. Para ele, o conhecimento transcendental se ocupa não tanto dos objetos, mas do nosso modo de os conhecer, na medida em que esse modo deve ser possível *a priori*.

A lógica transcendental é o ápice desse percurso, pois, ao contrário da lógica geral que abstrai de todo o conteúdo do conhecimento, ela investiga as regras da síntese *a priori* aplicadas ao conteúdo dado pela sensibilidade, unificando o múltiplo sensível em uma consciência. Na *Analítica dos Conceitos*, Kant expõe o modo pelo qual podemos identificar os fundamentos do entendimento e demonstrar a aplicabilidade dos conceitos³ como regras que sintetizam as representações sensíveis à unidade da autoconsciência, garantindo sua integração coesa à consciência. Na *Analítica dos Conceitos*, Kant apresenta a *Dedução Metafísica* e a *Dedução Transcendental das Categorias*, cujo objetivo é fundamentar a necessidade, a universalidade e a validade objetiva dos conceitos puros do entendimento. É na complexidade desse sistema conceitual que se delineia a *Autoconsciência Pura*⁴, entendida como consciência transcendental responsável por vincular as representações sensíveis à unidade da consciência do sujeito, possibilitando que sejam reconhecidas como pertencentes a uma consciência, isto é, a um mesmo sujeito cognoscente.

Dessa forma, a *unidade de consciência* resulta da síntese expressa de uma operação anterior (unidade sintética da autoconsciência) responsável por reunir as múltiplas intuições sensíveis numa totalidade coerente de representações que podem ser reconhecidas como “minhas”. Essa apropriação subjetiva diferencia o domínio da experiência — estruturada pela unidade da apercepção — de meros estados mentais dispersos. Nessa perspectiva, podemos inserir aqui a análise de Kitcher, que distingue os conceitos de *mineness* e

³ “[...] conceitos segundo um princípio; porque brotam do entendimento como de uma unidade absoluta, puros e sem mistura, têm de se ligar entre si segundo um conceito ou uma ideia. Tal conexão, porém, fornece-nos uma regra pela qual se pode determinar a priori o lugar de cada conceito puro do entendimento e a integridade de todos em conjunto; o que, de outro modo, estaria dependente do capricho ou do acaso.” KrV, B 92

⁴ A Autoconsciência Pura ou unidade originariamente sintética da apercepção, conceito fundamental na filosofia transcendental de Kant, é efetivamente conhecida por uma variedade de termos que destacam diferentes nuances da mesma instância lógica e subjetiva, o “Eu penso”. Além de “Autoconsciência Pura” e “apercepção transcendental”, mencionados no corpo do texto, ela também é referida como: “consciência transcendental”, “eu penso” (*Ich denke*), “unidade transcendental da autoconsciência” e “sujeito transcendental”. Todos esses termos convergem para a ideia de um princípio unificador e ativo que deve poder acompanhar todas as representações do sujeito cognoscente para que estas sejam *pertencentes a uma consciência* una.

togetherness para explicar, respectivamente, a referência das representações a um mesmo sujeito e a conexão que as mantém articuladas em uma única consciência.

A unidade originariamente sintética da apercepção, também denominada autoconsciência pura⁵, é o princípio fundamental da unidade da experiência. Longe de se reduzir a uma identidade empírica ou substancial, ela se refere a uma atividade transcendental que acompanha e unifica o múltiplo das representações sob a forma do “eu penso”. Essa identidade, embora formal e não representável como conteúdo, constitui o fundamento que permite reconhecer, na sucessão temporal dos estados mentais, uma continuidade referida a um mesmo sujeito. Kant, contudo, não oferece uma teoria da autoconsciência; o que ele elabora é uma análise transcendental da sua função enquanto condição de possibilidade da experiência.

Afirmar que a *autoconsciência pura* permite o uso de conceitos para pensar objetos implica reconhecer a necessidade de compreender seu papel no sistema kantiano. No entanto, Kant não fornece uma fundamentação rigorosa ou positiva dessa autoconsciência: tanto na Dedução Transcendental quanto nos Paralogismos da Razão Pura, ele procura apenas delimitar sua função formal, sem defini-la como um conteúdo determinado. Essa impossibilidade decorre da ausência de uma intuição que pudesse fornecer um objeto, a saber, algo que podemos conhecer efetivamente, além disso, a autoconsciência pura também não pode ser denominada um conceito.

Assim, a autoconsciência pura não é algo de que se possa ter um conhecimento positivo; a ela pode ser atribuída apenas a unidade formal sob a qual as representações podem ser reunidas em uma mesma consciência. É em

⁵ Optamos pelo uso da expressão *autoconsciência pura*, já utilizada de modo análogo àquilo que Kant denomina *Apercepção Pura* (*reine Apperzeption*) ou *Apercepção Originária* (*ursprüngliche Apperzeption*). Por *Apercepção Pura* entende-se a consciência que pode acompanhar as representações independentemente de qualquer conteúdo empírico; por *apercepção originária*, a unidade da consciência que não é derivada de nenhuma outra, mas constitui o ponto de referência último ao qual as representações podem ser atribuídas. O “*Eu penso*” exprime analiticamente essa unidade, segundo a qual toda representação deve poder ser referida à mesma consciência. A noção de *Autoconsciência Pura* — *Reines Selbstbewusstsein* — é adotada aqui nesse sentido, sem pretensão de introduzir distinções terminológicas adicionais.

referência a essa unidade — e não como efeito direto da autoconsciência — que as sínteses do entendimento articulam intuição e conceito, tornando possível a integração das representações em uma experiência objetiva.

Contudo, a autoconsciência pura não constitui um objeto de conhecimento. Kant a caracteriza como “o primeiro conhecimento puro do entendimento, sobre o qual se funda todo o seu restante uso” (KrV, B 138), não por fornecer conteúdos, mas por exprimir a unidade sob a qual o entendimento pode exercer suas sínteses. Não é a autoconsciência que realiza a articulação entre intuição e conceito, mas é somente em referência à sua unidade que tal articulação pode ocorrer. Assim, a subsunção das intuições aos conceitos — e, com isso, a constituição dos objetos do conhecimento — pressupõe a possibilidade de acompanhar essas sínteses pela unidade do *eu penso*.

A Autoconsciência Pura possui um caráter necessário e universal para a formação de conceitos e juízos, Kant a caracteriza robustamente na Dedução Transcendental, no §16, onde a apresenta como o fundamento da unidade do entendimento.⁶ Entretanto, a Autoconsciência Pura em Kant apresenta certas dificuldades conceituais que geraram questionamentos entre seus contemporâneos e na recepção posterior de sua filosofia. A principal crítica reside na tensão entre a natureza transcendental e a suposta inclinação psicológica do conceito.

Na filosofia contemporânea, P. F. Strawson, em *The Bounds of Sense*, problematiza exatamente a formulação kantiana exposta na nota 6. Como se observa no § 16, Kant postula a “apercepção pura” ou “originária” como o ato de espontaneidade que unifica as representações, distinguindo-a radicalmente da

⁶ Dou-lhe o nome de apercepção pura, para a distinguir da empírica ou ainda o de apercepção originária, porque é aquela autoconsciência que, ao produzir a representação eu penso, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é una e idêntica em toda a consciência, não pode ser acompanhada por nenhuma outra. Também chamo à unidade dessa representação a unidade transcendental da autoconsciência, para designar a possibilidade do conhecimento a priori a partir dela. Porque as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações minhas se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência; quer dizer, enquanto representações minhas (embora me não aperceba delas enquanto tais), têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se podem encontrar reunidas numa autoconsciência geral, pois não sendo assim, não me pertenceriam inteiramente. Desta ligação originária se podem extrair muitas consequências (§16)

apercepção empírica. Contudo, Strawson argumenta que essa manobra não é suficientemente clara e leva a uma interpretação de que a autoconsciência pura operaria de maneira semelhante a um princípio psicológico. Para o comentador, em vez de reconhecer que o uso puro do "Eu" é apenas uma abstração derivada da nossa consciência como sujeitos empíricos, Kant teria tomado um "atalho" (*shortcut*) conceitual equivocado ao ancorar o uso do "Eu" diretamente na incondicionada unidade transcendental da apercepção. Ao rejeitar a teoria da síntese *a priori*, Strawson afirma que o modelo de Kant recairia no procedimento "completamente imaginário" de uma "psicologia transcendental" (STRAWSON, 1966, p. 32). O crítico assevera que, ao separar a autoconsciência de seus critérios empíricos de identificação, o filósofo ignorou que o vínculo do sujeito com a pessoa empírica, "na prática, não é rompido" (STRAWSON, 1966, p. 165-167). Essas críticas ressaltam o desafio central que procuro enfrentar na teoria kantiana: caracterizar a Autoconsciência Pura sem recorrer a elementos empíricos, garantindo a sua natureza puramente formal e transcendental⁷, sem, contudo, recair na acusação de postular uma psicologia fictícia.

Kant reconhece a dificuldade dessa tarefa e atribui a tenuidade da caracterização desse fundamento à ausência de conteúdos sensíveis. Desprovida de conteúdo sensível, a autoconsciência pura não se presta à determinação conceitual nos termos habituais. Para enfrentar as dificuldades que se colocam na Dedução Transcendental, Kant introduz uma distinção interna em seu projeto: aquela entre autoconhecimento (*Selbsterkenntnis*) e

⁷ A rigor, Kant apresenta o termo a partir de duas formulações complementares. Na Introdução da obra, o filósofo define como transcendental "todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto de objetos, mas do nosso modo de conhecimento de objetos, na medida em que este deve ser possível *a priori*" (KANT, KrV, B 25). Posteriormente, na introdução à Lógica Transcendental, ele adverte rigorosamente sobre a delimitação do termo: "E aqui faço uma observação cuja influência é extensiva a todas as considerações que se seguem e que convém ter bem presente: é que não se deve chamar transcendental a todo o conhecimento *a priori*, mas somente àquele pelo qual conhecemos que e como certas representações (intuições ou conceitos) são aplicadas ou possíveis simplesmente *a priori*. (Transcendental significa possibilidade ou uso *a priori* do conhecimento.) Eis porque nem o espaço, nem qualquer determinação geométrica *a priori* do espaço são representações transcendentais; só ao reconhecimento da origem não empírica destas representações e à possibilidade de, não obstante, se referirem *a priori* a objetos da experiência pode chamar-se transcendental. [...] A distinção entre o transcendental e o empírico compete apenas à crítica dos conhecimentos e não se refere à relação destes conhecimentos com o objeto" (KANT, KrV, B 80-81 / A 56-57, grifo nosso).

consciência de si (*Selbstbewusstsein*). Essa distinção é decisiva, pois permite delimitar o alcance da autoconsciência pura, compreendida não como uma forma empírica de conhecimento do sujeito, mas como a unidade formal à qual toda experiência deve poder ser referida.

Kant não se limita a essa distinção: ele elabora diferentes maneiras de compreender a autoconsciência pura, concebendo-a, por um lado, como uma unidade incondicionada, e, por outro, como o princípio que condiciona outras formas de unidade — empírica, lógica e objetiva. Essa relação hierárquica entre os diversos níveis de unidade evidencia o papel estruturante da apercepção pura no sistema kantiano, ao mesmo tempo fundamento e limite de todo conhecer. Desse modo, o autoconhecimento (*Selbsterkenntnis*) envolve a percepção de nossos estados mentais e experiências individuais no sentido interno, enquanto a consciência de si (*Selbstbewusstsein*) diz respeito à identidade lógica do sujeito, a forma puramente *a priori* que permite que todas as representações sejam pensadas como "minhas". A apercepção pura, portanto, é a consciência da unidade do eu como um sujeito de pensamento, e não como um objeto de conhecimento empírico. Essa distinção constitui um ponto crucial para assegurar a validade objetiva dos conceitos puros do entendimento.

Nesse sentido, a identidade, no contexto da autoconsciência, pode ser introduzida como outra dimensão da compreensão lógica: ela não se limita à identidade de um objeto empírico ou substancial, mas expressa a função unificadora do sujeito de pensamento, capaz de integrar e coordenar todas as representações sob um mesmo "eu penso". Essa dimensão da identidade é essencial para o *Selbstbewusstsein*, ou seja, a consciência de si, pois possibilita que o sujeito unifique suas próprias representações de maneira coerente e contínua. É fundamental, contudo, distinguir rigorosamente essa consciência de si do autoconhecimento (*Selbsterkenntnis*). Ao articular a consciência de si e a identidade formal, o sujeito não está conhecendo a si próprio como um objeto fenomênico, mas sim estabelecendo a condição formal e primária para o conhecimento empírico do mundo. Para haver o efetivo conhecimento de si mesmo, não basta a mera consciência da faculdade de combinação, sendo indispensável o acréscimo da intuição do múltiplo no sentido interno. É

precisamente no §25 da *Crítica da Razão Pura* que Kant estabelece de forma definitiva a limitação do "Eu penso", separando a consciência formal da cognição do sujeito fenomênico:

A consciência de si mesmo está, pois, ainda longe de ser um conhecimento de si mesmo, a despeito de todas as categorias que constituem o pensamento de um objeto em geral através da ligação do múltiplo numa apercepção. Assim como para o conhecimento de um objeto diferente de mim necessito, além do pensamento de um objeto em geral (na categoria), de uma intuição que determine esse conceito geral, também para o conhecimento de mim mesmo, além da consciência, ou além do fato de eu pensar a mim próprio, necessito ainda de uma intuição do múltiplo em mim, mediante a qual determino esse pensamento. (KANT, KrV, B 158-159, §25).

No cerne da epistemologia kantiana, a autoconsciência pura unifica as representações dispersas. Longe de ser uma propriedade substancial inerente às coisas em si mesmas ou uma mera impressão psicológica, a identidade kantiana é uma função constitutiva ativa, desempenhada pelo sujeito cognoscente na organização do múltiplo sensível em um mundo objetivo e coerente. Distinta da apercepção empírica (consciência psicológica de estados internos), ela é “a unidade de consciência que precede todos os dados das intuições”, condição *a priori* para que qualquer representação seja reconhecida como “minha”. Essa identidade numérica do sujeito manifesta-se no “Eu penso” (*Ich denke*), proposição que, segundo Kant, “deve poder acompanhar todas as minhas representações”. Sem essa capacidade de atribuição a um eu idêntico, as intuições permaneceriam fragmentos desconexos, “menos que um sonho”.

Nessa dissertação, examinamos a estrutura da autoconsciência pura na filosofia transcendental de Kant, a partir de uma análise da articulação de quatro unidades fundamentais. No primeiro capítulo, desenvolvemos esse quadro interpretativo, esclarecendo como tais unidades se articulam na explicação kantiana da possibilidade da experiência

A análise inicia-se com a unidade analítica da consciência, que assegura a coerência lógica do dado, garantindo que cada representação conserve sua identidade e possa ser reconhecida como pertencente a um sujeito unitário. Em seguida, a unidade sintética da consciência evidencia a capacidade ativa do entendimento de combinar o múltiplo sensível, organizando intuições dispersas em objetos coerentes e inteligíveis.

A terceira unidade, a unidade analítica da autoconsciência, manifesta o “eu penso” como o polo lógico e idêntico que acompanha todas as representações, possibilitando a autoconsciência e fornecendo o ponto de referência necessário para a constituição da experiência. Por fim, a unidade sintética da autoconsciência, correspondente à unidade originariamente sintética da apercepção, revela o ato pelo qual a síntese das intuições sensíveis se realiza, constituindo simultaneamente o objeto da experiência e a unidade do sujeito que pensa.

Essa arquitetura hierárquica evidencia que a autoconsciência transcendental não se reduz a um dado estático, mas consiste numa atividade sintética de se autoconstituir ao engendrar a experiência. A identificação dessas quatro unidades permite explicitar, de modo sistemático, a articulação entre consciência e autoconsciência na Dedução Transcendental, retomando e ordenando indicações já presentes nas leituras de Allison e de Longuenesse.

O segundo capítulo será dedicado à investigação da noção de identidade implicada na proposição “eu penso” e ao papel que essa identidade desempenha na estrutura da autoconsciência, demonstrando que a identidade do “Eu penso” não é a de um objeto, mas a de uma função unificadora. A partir das formulações kantianas, especialmente na passagem em que se afirma que “‘eu penso’ expressa o ato de determinar a minha existência” (B 158), examinaremos como essa identidade não corresponde à permanência de um sujeito empírico ou substancial, mas sim à continuidade formal de um ato de síntese que se mantém idêntico ao longo do tempo. A consciência dessa continuidade é possível graças ao sentido interno, cuja forma *a priori* — o tempo — permite que os diversos estados representacionais sejam unificados sob uma mesma estrutura de sucessão. Com isso, torna-se possível reconhecer diferentes estados como pertencentes a um mesmo sujeito, ainda que tal sujeito não seja ele próprio o objeto de representação. A identidade expressa pelo “eu penso” não é empírica nem descritiva, mas funcional: ela diz respeito à unidade da apercepção, isto é, à unidade do ato que acompanha todas as representações e possibilita sua articulação em uma experiência objetiva. Compreender essa forma de identidade não representacional implica, portanto,

aprofundar a análise iniciada no primeiro capítulo: se a unidade do sujeito se manifesta como condição formal da experiência, a identidade do “eu penso” emerge como a expressão contínua dessa atividade unificadora — uma atividade que se realiza no tempo, mas que não é ela própria temporal, e cuja função lógica fundamenta toda possibilidade de conhecimento.

Ainda sobre o segundo capítulo, ele conduz a investigação por uma análise detida da noção de identidade implícita na proposição “Eu penso”, articulando progressivamente os diferentes desdobramentos dessa estrutura na fundamentação da autoconsciência pura. A primeira seção (2.1) dedica-se ao exame da identidade formal da apercepção, evidenciando seu caráter estritamente lógico e desvinculado de qualquer matéria empírica. Esse passo é crucial para demarcar a fronteira entre o eu como função transcendental e o eu como mero objeto do sentido interno, além de elucidar o papel do tempo enquanto forma *a priori* que estrutura a continuidade subjetiva das representações. Em seguida (2.2 e 2.2.1), o foco recai sobre a dimensão discursiva do sujeito transcendental, estabelecendo um embate crítico com a tradição metafísica: de um lado, desconstrói-se a ilusão da psicologia racional cartesiana, que hipostasia a unidade lógica em uma *res cogitans* (substância pensante); de outro, supera-se o ceticismo humeano, que dissolve o sujeito em um contingente feixe de percepções. A última seção (2.3) arremata esse percurso, demonstrando que a identidade atua como o princípio estruturante primário da autoconsciência, argumento que é robustecido pelo recurso a leituras contemporâneas que atualizam o debate ao enfatizar o caráter funcional e não-entitativo do sujeito kantiano. Desse modo, o capítulo explora a fundo a natureza da unidade originariamente sintética da apercepção. Longe de figurar como uma propriedade ontológica inerente às coisas ou como um mero dado da introspecção psicológica, a identidade transcendental desvela-se como uma função constitutiva espontânea. O ‘Eu penso’ não designa um ente ou substrato material, mas sim a atividade ininterrupta de síntese que torna possível a imputação de qualquer representação a uma consciência rigorosamente una e idêntica. A apercepção pura impõe-se, portanto, não como o conhecimento fenomênico de um eu empírico, mas como a forma lógica e vazia que antecede e viabiliza a própria experiência. Consiste, em última instância, na condição

formal e *a priori* para que a multiplicidade do dado sensível possa ser conectada e efetivamente pensada.

CAPÍTULO 1: AS CONCEPÇÕES DE UNIDADE NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL

A unidade é um conceito central na Crítica da Razão, pois, como dissemos na introdução deste trabalho, pensar é unificar, isto é, tornar o múltiplo sensível uma unidade inteligível. Entretanto, o conceito de unidade contém uma amplitude semântica que por vezes pode gerar equívocos interpretativos, especialmente entre o sentido transcendental como um fundamento, e o sentido empírico do termo, a saber, a função da unidade na categoria da quantidade e a unidade qualitativa à qual o entendimento está submetido. A unidade na categoria da quantidade refere-se à unidade numérica ou mensurável, como a de um único objeto. Em contraste, a unidade qualitativa é aquela que dá coerência a um conceito ou a uma ideia, unificando diversos elementos sob um mesmo tema, como "a unidade do tema num drama, num discurso, ou numa fábula".

Ao tratar da proposição escolástica no §12 da Crítica da Razão Pura, Kant anuncia a possibilidade de uma revisão ontogenética do conceito de unidade [de tradição tomista] para desenvolver o argumento da síntese das representações na consciência, a unidade desta última e da identidade pessoal. Essa revisão significa que Kant reformula o conceito de unidade, tirando-o de seu contexto ontológico tradicional (o estudo do ser) e inserindo-o em uma nova perspectiva.

No enunciado "Quodlibet ens est unum, verum, bonum" ("Todo ser é uno, verdadeiro e bom") em sua Crítica da Razão Pura, Kant retoma o uso pré-categorial. Ele propõe uma abordagem ousada ao expor que esses predicados transcendentais são na verdade exigências lógicas e critérios para o conhecimento em geral, a saber, a unidade existe como quantum, como categoria, mas tal conceito puro exige ainda um tipo de unidade distinta da categorial (quantitativa), sendo ela a unidade transcendental, isto é, uma unidade qualitativa. Trata-se, aqui, de uma referência à doutrina escolástica dos transcendentais. Eles são chamados de transcendentais porque, para Kant, não

são propriedades dos objetos, mas exigências lógicas do nosso próprio entendimento, que nossa mente impõe para que o conhecimento seja possível.

Esses supostos predicados transcendentais das *coisas* não são mais do que exigências lógicas e critérios de todo o *conhecimento das coisas* em geral, e põem, como fundamento de tal conhecimento, as categorias da quantidade, ou seja *unidade, multiplicidade e totalidade*; porém, estas categorias, que de fato deveriam ser consideradas no sentido material, como pertencentes à possibilidade das próprias coisas, eram utilizadas pelos antigos apenas em sentido formal, como dizendo respeito à exigência lógica de todo o conhecimento e, todavia, inconsideradamente se convertiam esses critérios do pensamento em propriedades das coisas em si próprias. Em todo o conhecimento de um objeto há a *unidade* do conceito, que se pode chamar *unidade qualitativa* na medida em que por ela é pensada só a unidade da síntese do diverso dos conhecimentos, à maneira da unidade do tema num drama, num discurso, ou numa fábula. (§12)

A unidade qualitativa corresponde àquela unidade de todas as representações dadas em conjunto numa consciência, permitindo que as representações difusas que foram sintetizadas pelo entendimento formem um conhecimento amplo e abrangente, garantindo o sentido de uma experiência completa, como Kant sugere na passagem supracitada.

Contudo, o uso pré-categorial implicou em considerações problemáticas na recepção da Crítica, o que nos faz pensar que tenha sido também o motivo pelo qual Kant desenvolve o argumento na segunda edição demonstrando o modo pelo qual a autoconsciência “Eu penso” se relaciona objetivamente na unidade do juízo.⁸ Para compreender a noção de unidade adequadamente é necessário analisar seus diferentes usos e a maneira como cada um deles se aplica ao fundamento da unidade originariamente sintética da apercepção.

Devemos destacar os modos pelos quais Kant apresenta as noções de unidade na Crítica da Razão Pura, a saber, ainda sobre o §12, o que Kant busca é uma forma de reconduzir os conceitos de “uno”, “verdadeiro” e “bom” para as categorias de “unidade”, “pluralidade” e “totalidade”, mesmo que para isso elas devam sofrer certas modificações. Assim, todo objeto é “uno” na medida em que possui uma “unidade” bem caracterizada, a saber, uma unidade da síntese dos diversos do conhecimento. Kant explica essa “unidade da síntese dos diversos

⁸ Cf. §19, KrV

dos conhecimentos”, como a “unidade do tema num drama, num discurso, ou numa fábula” (B114). Essa “síntese do diverso” havia há pouco sido descrita por Kant como, “na acepção mais geral da palavra, o ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento” (B103). Assim, não importa que essa diversidade esteja patente ao sujeito por uma análise do conceito ou que, pelo contrário, este último seja ainda confuso – qualquer que seja o caso, todo conceito é fruto de diversas representações que ganham unidade enquanto objeto neste conceito (ibidem). Dessa maneira, os objetos de fato possuem uma unidade; esta última, porém, é uma unidade de tipo muito preciso: uma unidade qualitativa (B114).

Desse modo, Kant reconduz à investigação escolástica aplicando a distinção fundamental entre o aspecto transcendental da experiência e o uso transcendente do conceito de unidade, como fora utilizado na filosofia medieval. Em sua formulação, Kant argumenta que a unidade, assim como outros conceitos fundamentais, não são características objetivas do mundo em si, mas são estruturas a priori da mente humana que organizam e estruturam nossa experiência sensível.

Assim, ao passo que os escolásticos viam a unidade como uma propriedade ontológica dos seres e buscavam conhecê-la por meio da razão natural e da teologia, Kant reformulou a noção de unidade, inserindo-a no contexto da estrutura do entendimento humano. Para ele, a unidade não poderia ser pensada apenas como parte da estrutura das coisas-em-si, mas como uma condição subjacente do entendimento que possibilita o conhecimento e nossa capacidade de organizar conceitualmente o diverso sob a marca de um todo coeso.

1.1. As Concepções de Unidade: Do Uso Pré-Categorial à Unidade Transcendental

No *Corpo Crítico*, contamos com as diferentes edições da *Crítica da Razão Pura*, que revelam nuances significativas na exposição das noções de unidade. Na primeira edição, Kant adota um modelo predominantemente

discursivo-reflexivo, empenhado em explicitar as fontes do entendimento a partir da tripla síntese (da apreensão, da reprodução e do reconhecimento). Já na segunda edição, o foco desloca-se para a demonstração da validade objetiva do conhecimento, que Kant fundamenta na unidade do juízo.

A unidade do juízo aqui referida é aquela pela qual o entendimento organiza e relaciona conceitos mediante as categorias, estabelecendo a relação entre sujeito e predicado. Em outras palavras, é a estrutura interna da autoconsciência que garante a validade objetiva dos juízos, de modo que eles não se limitem a um sentido meramente subjetivo, restrito às percepções individuais, mas expressem uma relação necessária entre representações. É justamente essa relação — entre a forma lógica do juízo e a unidade da apercepção — que Kant esclarece ao afirmar:

Com efeito, a cópula indica a relação dessas representações à apercepção originária e à sua *unidade necessária*, mesmo que o juízo seja empírico e, portanto, contingente, como, por exemplo, o seguinte: os corpos são pesados. Não quero com isto dizer que estas representações pertençam, na intuição empírica, *necessariamente umas às outras*, mas somente que pertencem umas às outras, na síntese das intuições, *graças à unidade necessária* da apercepção, isto é, segundo princípios da determinação objetiva de todas as representações, na medida em que daí possa resultar um conhecimento, princípios esses que são todos derivados do princípio da unidade transcendental da apercepção. (KrV, B 141-142)

Como afirma Longuenesse (2001, p. 129), "as percepções constituem uma experiência completa apenas na medida em que são ligadas por um ato de síntese numericamente idêntico sob os conceitos empíricos". Portanto, a validade objetiva é assegurada pela conformidade dos juízos com as condições necessárias e universais do conhecimento a priori. Portanto, a própria estrutura da experiência implica a validade objetiva dos juízos que se encontram assentados sob as categorias.

Ao lançarmos mão de uma exegese do texto, podemos perceber a construção do argumento kantiano em direção à validade objetiva referida. Como afirma Longuenesse:

Os primeiros parágrafos da Dedução de 1787 podem ser considerados em muitos aspectos a reexposição dos resultados de 1781 [...] Os resultados da primeira edição estabelecidos com a laboriosa exposição propedêutica da "tripla síntese" são aí admitidos de imediato, e a nova

dedução retoma a explicação no ponto em que prematuramente havia sido abandonada na primeira: o parágrafo 19 inova de maneira decisiva ao anunciar que a forma da unidade objetiva da apercepção não é senão a forma lógica do juízo [...] Não seria demais sublinhar o caráter complementar das duas edições da Dedução transcendental. Longe de produzir uma demonstração alternativa à de 1781, a Dedução de 1787, ao contrário, nela se apoia para completar seu argumento, reconhecido como insuficiente ou deficiente. (LONGUENESSE, 2001, p. 59)

Kant, na segunda edição da Crítica, ofereceu mais esclarecimentos sobre a unidade transcendental da apercepção, sublinhando a aplicação dos seus princípios à experiência, reforçando a base transcendental do conhecimento como condição para o conhecimento empírico, conforme esses novos argumentos demonstram como o conhecimento humano é constituído a partir da atividade da unidade transcendental da apercepção, em particular, destaca-se como o pilar que sustenta a possibilidade de uma experiência consciente e unificada. Ao abordar essas noções nas duas edições da Crítica da Razão Pura, Kant estabelece os fundamentos do conhecimento puro, por um lado, o “passo a passo” do múltiplo sensível da intuição que se sintetiza à consciência e, por outro lado, a demonstração da validade objetiva das categorias e do fundamento transcendental do entendimento.

Ocorre, entretanto, que a necessidade e a universalidade das regras é uma condição necessária, mas insuficiente para a constituição do que Kant chama de conhecimento objetivo em sentido estrito. Este último não se constitui quando qualquer múltiplo de representações, quando um diverso em geral é assim unificado, mas especificamente quando a necessidade e a universalidade das regras aperceptivas são aplicadas a um certo grupo de representações em particular, a saber, intuições de um algo no tempo e no espaço. Nesse sentido, o que parece justificar a necessidade da segunda parte da Dedução é a tarefa de mostrar o que têm a ver aquelas regras universais e necessárias, supostamente presentes em toda apercepção, com a consciência empírica que temos das nossas intuições sensíveis. (LONGUENESSE, 2001, p. 59)

A filosofia transcendental não se estabeleceria de modo necessário e universal sem uma regra⁹ do entendimento e de fato incorreria em psicologismo se estivesse unicamente focada em seu uso meramente proposicional ou em um

⁹[...] em qualquer caso onde um cognoscente pode se engajar em cognição racional — em qualquer caso onde ele sabe os fundamentos de seu juízo — ele deve entender as representações envolvidas como necessariamente conectadas umas às outras (e, portanto, a um sujeito comum). (KITCHER 2011, p.8)

uso onde os estados mentais e perceptuais tivessem primazia ao conjunto de regras resultantes na prova da validade objetiva.

Contudo, a regra do entendimento pode ser assentida até aqui como diferentes estados mentais podem ser unificados em um único eu. Kant sugere que o desafio filosófico não é tanto sobre a propriedade pessoal das representações (como um indivíduo atribui um estado mental a si mesmo), mas sim sobre como essas representações podem ser vistas como parte de uma autoconsciência contínua. A “regra do eu”, que refere-se ao princípio de que todas as representações devem pertencer a um eu contínuo e que diferentes estados mentais pertencem a uma autoconsciência comum, é suficiente para demonstrar que eles pertencem juntos, e essa interconexão é necessária para referir esses estados a um 'eu' comum.

Em sua análise, Kitcher afirma que um sujeito cognoscente deve ser capaz de reconhecer os fundamentos parciais (*partial grounds*) que constituem seus juízos. Por exemplo, para que um sujeito possa julgar racionalmente que "x é um corpo", ele precisa reconhecer que este juízo se apoia em outras representações, como "x é extenso" ou "x é impenetrável". A relação não é de mera dependência, mas de fundamentação racional: o juízo principal seria impossível sem essas representações que servem como sua base.

É precisamente esse reconhecimento da conexão necessária entre diferentes representações que estabelece a unidade da consciência. Ao entender que a representação 'x é um corpo' e a representação 'x é extenso' estão intrinsecamente ligadas em seu ato cognitivo, o sujeito reconhece que ambas devem pertencer a um único e mesmo 'Eu'. Elas não são estados mentais isolados, mas partes de uma estrutura de fundamentação unificada. Kitcher articula essa concepção do 'Eu' como um princípio normativo que governa a unificação das representações na seguinte passagem:

Assim, ao reconhecer que pode e de fato assevera 'x é um corpo' apenas porque pode asseverar, por exemplo, 'x é extenso', [o sujeito] também reconhece que as duas representações, *qua* representações, devem pertencer uma à outra (*belong together*) e, portanto, são instâncias da regra que governa a representação 'Eu', a saber, a regra de que diferentes representações devem pertencer a algum 'Eu' comum. De modo mais geral, em qualquer caso em que um sujeito cognoscente possa se engajar na cognição racional — em qualquer

caso em que ele conheça os fundamentos de seu juízo —, ele deve compreender as representações envolvidas como necessariamente conectadas umas às outras (e, assim, a um sujeito comum). (KITCHER, 2011, p. 8, tradução nossa)

A relevância da interpretação de Kitcher torna-se mais notável quando contrastada com a influente leitura de Strawson, que enquadra o "Eu penso" kantiano a partir do conceito de "autoatribuição sem critérios de identidade" (*criterionless self-ascription*), onde o ponto central de Kant seria reconhecer que, ao atribuir um estado mental a si mesmo, o sujeito não necessita de critérios para identificar a si próprio. Essa abordagem se assenta no problema da *mineness* de uma representação do tipo: essa representação me pertence? A análise de Kitcher, contudo, revela que o foco de Kant é distinto. O problema kantiano não é a posse de um único estado mental, mas o modo pelo qual tais representações podem ser dadas em conjunto (*togetherness*), múltiplos estados mentais. Desse modo, a questão central - como diferentes representações podem pertencer a uma única consciência - só pode ser respondida pela "regra do Eu", estabelecendo que a unidade é constituída pelo reconhecimento das conexões racionais entre as representações.

A importância desta formulação é imensa, pois efetua o que Kitcher denomina a "virada epistemológica" de Kant. A questão da identidade pessoal é deslocada de um problema metafísico, "O *que* é o eu?", para um problema epistemológico, "Como é possível unificar a multiplicidade da experiência em uma única consciência?". Desse modo, a identidade do sujeito não reside em uma substância subjacente, mas na coerência e na unidade sintética de suas representações, garantidas pela aplicação ativa da "regra do Eu".

Ao explorarmos os diferentes aspectos da noção de unidade, podemos observar que seu uso recai tanto sobre o fundamento da autoconsciência pura, a unidade originariamente sintética da apercepção, quanto à unidade categorial. Esta última é concebida como a regra da síntese que unifica simultaneamente as representações na consciência. Portanto, a função dos conceitos puros do entendimento ao informar a unidade das representações na consciência não apenas indica a coesão dessas representações, mas também revela a identidade do sujeito como fonte unificadora dessa experiência cognitiva:

Este princípio da unidade necessária da apercepção é, na verdade, em si mesmo, idêntico, por conseguinte uma proposição analítica, mas declara como necessária uma síntese do diverso dado na intuição, síntese sem a qual essa identidade completa da autoconsciência não pode ser pensada. (KrV, B 135)

Desse modo, a unidade transcendental estabelecida para os fins da dedução transcendental — onde as representações são apresentadas na consciência e organizadas pelas Categorias — justifica a relação de dependência do juízo com essa unidade transcendental da apercepção. Essa unidade transcendental é fundamental, pois, embora tenha sido pressuposta (§12), não depende da validade objetiva dos juízos. Em vez disso, a validade objetiva das representações depende da unidade transcendental. Assim, demonstra-se que a interdependência entre o juízo e a base da autoconsciência, que é a unidade transcendental da apercepção, é crucial para a consolidação dessa unidade.

A unidade originariamente sintética da apercepção constitui o ponto mais elevado da filosofia transcendental, um princípio supremo ao qual toda a faculdade do entendimento se subordina. Essa unidade não condiciona apenas a forma como o sujeito se refere aos objetos, mas o próprio exercício do entendimento, enquanto faculdade de pensar a conexão das representações segundo regras. É ela que possibilita que o sujeito refira as representações à consciência “Eu penso”, mantendo-se idêntico a si mesmo na sucessão temporal e, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer a multiplicidade das intuições como pertencentes a uma única experiência. Nesse contexto, busca-se esclarecer essa noção, examinando as diversas implicações da unidade transcendental da autoconsciência para a constituição do conhecimento objetivo. aspectos da unidade presentes na consciência.

Na Dedução Transcendental, Kant introduz vários conceitos de unidade, que ele descreve como subsidiários da Unidade Originariamente Sintética da Apercepção. Esses conceitos, por sua vez, aludem à autoconsciência pura e incondicionada expressa na proposição analítica “Eu Penso”.

É crucial notar que, para Kant, a simples menção a uma unidade da consciência – seja pura ou empírica – pressupõe imediatamente uma hierarquia. No ápice dessa hierarquia encontra-se a unidade incondicionada do entendimento: a

unidade originariamente sintética da apercepção. Esta é o princípio supremo ao qual todas as demais formas de unidade consciente estão necessariamente subordinadas.

Essas unidades derivadas, por sua vez, relacionam-se com o múltiplo da intuição ou com conceitos já constituídos. Estabelece-se, assim, uma arquitetura precisa no entendimento: da mesma forma que a sensibilidade está subordinada às formas puras do espaço e do tempo, toda representação deve finalmente ser subordinada à unidade sintética da apercepção. A subordinação não é uma propriedade contingente, mas uma condição necessária imposta pela estrutura do próprio entendimento.

Podemos afirmar, portanto, que a unidade da apercepção não apenas condiciona, mas *acompanha* todas as representações que serão posteriormente convertidas em atos de predicação. Sempre que o entendimento aplica suas regras categoriais ao múltiplo sensível, ele já opera sob a égide dessa unidade totalizante, que abarca a totalidade das representações dadas na consciência. É esta unidade superior que, em última instância, possibilita e governa todos os processos derivados de síntese e análise executados pelo entendimento.

Por fim, ao caracterizar os distintos aspectos da unidade e suas respectivas aplicações, a Dedução Transcendental das Categorias aponta para a necessidade de uma ligação a priori das representações na sucessão do tempo. Essa ligação, como um nexo de representações unidas à consciência, não resulta da experiência empírica, mas é postulada como uma necessidade interna do entendimento, garantindo a própria experiência. Se a ligação das representações dependesse apenas dos objetos empíricos, não haveria critérios para estabelecer regularidade nos fenômenos, exceto por indução, sem a universalidade estrita exigida pelas regras da síntese, como Kant propõe.

Simplesmente, a ligação (conjunctio) de um diverso em geral não pode nunca advir-nos dos sentidos e, por consequência, também não pode estar, simultaneamente, contida na forma pura da intuição sensível, porque é um ato da espontaneidade da faculdade de representação; e já que temos de dar a esta última o nome de entendimento, para a distinguir da sensibilidade, toda a ligação, acompanhada ou não de consciência, quer seja ligação do diverso da intuição ou de vários conceitos, quer, no primeiro caso, seja uma intuição sensível ou não sensível, é um ato do entendimento a que aplicaremos o nome genérico da síntese para fazer notar, ao mesmo tempo, que não

podemos representar coisa alguma como sendo ligada no objeto se não a tivermos nós ligado previamente e também que, entre todas as representações, a ligação é a única que não pode ser dada pelos objetos, mas realizada unicamente pelo próprio sujeito, porque é um ato da sua espontaneidade. (§15)

Dessa maneira, pensar numa ligação como espontaneidade que une representações sensíveis ou não-sensíveis em uma consciência representa uma síntese, mas não uma síntese como a de intuições e conceitos, neste caso, ocorre uma síntese das representações à consciência, isto é, antes de subsumir representações ao crivo categorial é necessário que essas representações estejam ligadas à consciência “aplicaremos o nome genérico da síntese para fazer notar, ao mesmo tempo, que não podemos representar coisa alguma como sendo ligada no objeto se não a tivermos nós ligado previamente” (KrV, B 130).

Na análise das fontes subjetivas do entendimento que conferem validade objetiva às representações sensíveis, observamos que essas fontes se fundamentam em princípios a priori — formas que se aplicam de maneira necessária e universal aos objetos do nosso conhecimento. Nosso entendimento opera de forma que, apenas por meio das "regras" de sua síntese, somos capazes de conceber uma ligação ou unidade nas representações. Sem essas regras, as representações nos são apresentadas como um múltiplo desordenado, sem qualquer ordem ou conexão. Assim, a unidade qualitativa proporcionada pelo intelecto assegura a coesão das representações na forma do juízo, de maneira análoga às formas puras da intuição, como espaço e tempo, que organizam as nossas percepções sensoriais.

Ora, independentemente da sensibilidade, não podemos participar em nenhuma intuição. O entendimento não é, pois, uma faculdade de intuição. Fora da intuição, não há outro modo de conhecer senão por conceitos. Assim, o conhecimento de todo o entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mas discursivo. Todas as intuições enquanto sensíveis, assentam em afecções, e conceitos, por sua vez, em funções. (KrV, A 68 B 93)

Na investigação das fontes da ligação entre o diverso, convergimos com a autoconsciência, que fundamenta a própria faculdade do entendimento. Kant descreve essa autoconsciência como o “fundamento superior” da faculdade de julgar, um princípio necessário e universal que não depende de nenhum outro e que surge do ato puro de espontaneidade do entendimento. Dessa forma, a unidade sintética da apercepção expressa um estatuto elementar que está

intrinsecamente ligado à unidade das representações sensíveis. Em outras palavras, o “Eu penso” fundamenta a síntese a priori, pois sua atividade revela a origem de toda a ligação das representações, como Kant afirma.

"O entendimento, falando em geral, é a faculdade dos conhecimentos. Estes consistem na relação determinada de representações dadas a um objeto. O objeto, porém, é aquilo em cujo conceito está reunido o diverso de uma intuição dada. Mas toda a reunião das representações exige a unidade da consciência na respectiva síntese. Por consequência, a unidade de consciência é o que por si só constitui a relação das representações a um objeto, a sua validade objetiva, portanto, aquilo que as converte em conhecimentos, e sobre ela assenta, consequentemente, a própria possibilidade do entendimento." (KrV, B 137)

É importante notar que não há razão para supor que estamos conscientes desses processos. A consciência pode dar a impressão de ser um todo orgânico e indivisível, mas a Dedução demonstra de forma convincente que existem operações “nos bastidores”, por assim dizer. Essas operações atuam para garantir que a experiência consciente se apresente como coesa e unificada. Convém enfatizar que tais processos não podem ser meramente contingentes ou condicionados empiricamente, pois isso não asseguraria a unidade necessária da consciência. Pelo contrário, devem ser concebidos como “puros”, totalmente independentes da experiência empírica, de modo a sustentar a integridade e a unidade essenciais à vivência consciente. A impossibilidade de alcançar a unidade da consciência seria evidente se, na cognição do múltiplo, a mente não pudesse tornar-se consciente da identidade da função por meio da qual essa variedade é sinteticamente combinada em uma cognição. Isso sugere que a consciência é intrinsecamente unificada. A necessidade dessa unificação pode ser compreendida ao considerar que os estados conscientes envolvem a consciência de algo - “ser consciente de P” requer “estar ciente de que P”, ou seja, “ter uma representação de P”. Dessa forma, segue-se que devemos estar cientes e, portanto, devemos representar essa unificação. Desse modo, uma vez que a unidade necessária pode ser estabelecida independentemente, parece que devemos ter consciência a priori dessa unidade.

A consciência da unidade necessária implica estar ciente da estrutura geral *a priori* da consciência. As verdades *a priori* de natureza sintética específica, como as relacionadas ao espaço ou princípios fundamentais como “todos os eventos são causados”, repousarão na unificação *a priori* resultante

das sínteses que aplicam as categorias. O ponto crucial aqui é que nossa capacidade de conhecer essas verdades *a priori* depende diretamente de nossa capacidade de ter conhecimento da estrutura transcendental da autoconsciência, isto é, da apercepção transcendental. Dessa forma, a autoconsciência pura serve como a base para nosso entendimento de todas as outras verdades sintéticas *a priori* e, portanto, justifica a atribuição do rótulo "transcendental".

Dito isso, é importante destacar a definição de "transcendental" para Kant. Para isso, recorreremos à robusta definição oferecida por Lawrence Kaye, onde se lê:

Começamos com a tarefa de esclarecer o significado do que é provavelmente o termo mais notório no formidável léxico filosófico de Kant, ou seja, "transcendental". Embora este seja um dos principais termos técnicos que Kant introduz nesta obra, o uso extensivo (especialmente na edição A), ele oferece pouco em termos de definição precisa. A única passagem que dá a impressão de uma definição está na introdução, onde ele apresenta o termo dizendo que "chamo de transcendental toda cognição que está ocupada não tanto com objetos, mas sim com nossos conceitos *a priori* de objetos em geral" (A 11). Isso sugere que é um termo epistêmico. A proposta mais superficial é que "transcendental" simplesmente significa "*a priori*", o que é apoiado pelo fato de Kant frequentemente parecer usar "transcendental" e "empírico" como termos de contraste. No entanto, isso não pode estar correto, pois Kant não rotula o conhecimento sintético *a priori* em si, como na matemática, como "transcendental". E, é claro, Kant usa o termo "*a priori*" ao longo da obra, às vezes junto com "transcendental". (Kaye, Lawrence J. 2015, p.7)

A análise do termo kantiano "transcendental", conforme discutido por Kaye, destaca sua importância e a complexidade — não trivial — associada à sua definição. Kant emprega o conceito transcendental para se referir ao que subjaz ou viabiliza o *status a priori* das representações, conectando-o a condições específicas que possibilitam conhecimento *a priori*. O termo não se refere simplesmente ao "necessário", como inicialmente poderia parecer, mas está intrinsecamente ligado ao conhecimento *a priori* sintético, cuja explicação e justificação são problemáticas em comparação com verdades analíticas.

A distinção é crucial, pois, de acordo com Kant, o transcendental abrange aquilo que fundamenta verdades sintéticas *a priori* e necessárias, tornando-as compreensíveis *a priori* e, simultaneamente, necessárias. Essa compreensão esclarece a terminologia kantiana e permite uma análise mais profunda da contraposição entre idealismo transcendental e realismo transcendental. Ao

examinar esse termo crucial na filosofia de Kant, percebemos a precisão necessária para entender suas implicações, destacando sua importância na estrutura teórica do pensamento kantiano.

Na epistemologia kantiana, uma hierarquia distintiva emerge entre os juízos, destacando-se os juízos sintéticos a priori em relação aos meramente analíticos. Cumprir precisar que a distinção entre analítico e sintético qualifica juízos, e não conceitos: aos conceitos aplica-se a distinção entre puros e empíricos. Os juízos sintéticos a priori são mais elementares porque enunciam as condições necessárias que tornam possível toda predicação objetiva, exprimindo a necessidade e a universalidade irrestrita inerentes às regras do próprio entendimento — regras cujos conceitos puros, as categorias, presidem a síntese.

Assim, uma hierarquia epistemológica sublinha o que deve vir antes, na ordem das razões, isto é, o que é necessário no sistema representacional para a formação de conceitos e juízos mediante um intelecto não intuitivo.

Essa hierarquia pode ser destacada, por exemplo, quando Kant estabelece que há uma representação que condiciona todos os aspectos da autoconsciência, a saber, a unidade originariamente sintética da apercepção.

Dou-lhe o nome de apercepção pura, para a distinguir da empírica ou ainda o de apercepção originária, porque é aquela autoconsciência que, ao produzir a representação eu penso, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é una e idêntica em toda a consciência, não pode ser acompanhada por nenhuma outra. Também chamo à unidade dessa representação a unidade transcendental da autoconsciência, para designar a possibilidade do conhecimento a priori a partir dela. Porque as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações minhas se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência [...] (KrV, B 133 *grifo nosso*)

Kant destaca a primazia da autoconsciência pura ao concebê-la como o ato originário pelo qual o sujeito unifica o múltiplo das representações sob a forma “Eu penso”. Trata-se de um movimento único e fundante, no qual a própria consciência de si é produzida ao reunir o diverso numa unidade. Essa atividade não deriva da experiência, mas a torna possível, pois é a condição de qualquer relação do pensamento com o dado sensível. Assim, todas as formas da

autoconsciência — inclusive a analítica, como veremos adiante — estão subordinadas a essa unidade primordial.

Nesse horizonte, Kant reforça que a autoconsciência pura constitui o princípio formal que estrutura a consciência empírica e garante sua coerência. Ao insistir que toda consciência é necessariamente una, ele mostra que essa unidade não depende do conteúdo das percepções, mas da identidade lógica que acompanha o ato de pensar em geral. É sob esse aspecto que a unidade analítica da consciência manifesta o “Eu” como ponto de referência estável, expressão da identidade formal do sujeito.

Essa unidade, conforme fora delineada, precede logicamente todos os dados dos sentidos cuja função é essencial para a capacidade de representar objetos.

Para descrever essa unidade essencial, Kant utiliza a noção "autoconsciência pura" “originária”, “sintética” e “imutável”, atribuindo a ela a designação específica de "apercepção transcendental". O termo "puro" é empregado para indicar sua natureza não empírica, destacando sua independência em relação aos dados sensoriais. A qualificação "original" sugere que essa consciência não é derivada de outra, enfatizando sua primordialidade na estrutura do conhecimento.

Além disso, ao mencionar a "identidade numérica" dessa autoconsciência, Kant aponta para a "imutabilidade" da apercepção transcendental, reforçando assim sua característica de permanência e constância.

Em última análise, Kant nos leva a reconhecer que essa consciência unificada, além de ser inerentemente pura e original, serve como a pedra angular que fundamenta a nossa capacidade de representação. É neste sentido que Lawrence Kaye (2015) revisa o itinerário kantiano, demonstrando a absoluta interdependência funcional entre a unidade, a representação e a própria apercepção. Para o autor, a síntese não é um passo prévio, mas a essência que constitui esses três polos simultaneamente:

A síntese necessária da consciência, que é o processo de ordenação da consciência de acordo com as categorias, é o que cria a unidade necessária da consciência, e é o que constitui o conceito do objeto (transcendental) de representação, e é o conteúdo da autoconsciência a priori ('apercepção transcendental'). Portanto, as categorias unificam

a consciência, tornam a consciência representacional e formam o conteúdo de nossa autoconsciência não-empírica. (KAYE, 2015, tradução nossa).

Seguindo o expediente kantiano, a unidade da consciência requer uma síntese a priori, um processo que conduz a representações de maneira unificada. A uniformidade desse processo é vital, pois qualquer variação arbitrária ou empírica comprometeria a obtenção da unidade necessária.

Nesse sentido, sobre os conceitos kantianos de analítico e sintético relacionados à autoconsciência, devemos considerar a *unidade originariamente sintética da apercepção* como um substrato, devido ao seu caráter originário, a saber, ela não foi condicionada por qualquer outra representação e ainda condiciona os demais aspectos da consciência” desta ligação originária se podem extrair muitas consequências.” (Cf. KrV B 133). A unidade originariamente sintética da apercepção é um substrato epistemológico, não ontológico ou físico.

Outrossim, a consciência unificada é sintética porque foi acrescentando representações dadas pela sensibilidade à totalidade da apercepção originária — que chamaremos aqui de autoconsciência pura —, “a representação dessa unidade não pode, pois, surgir da ligação, foi antes juntando-se à representação do diverso que possibilitou o conceito de ligação. Esta unidade, que precede a priori todos os conceitos de ligação” (Cf. KrV B 131).

Dessa forma, o caráter sintético dessa consciência é evidenciado pela espontaneidade da ligação dos conteúdos sensíveis à consciência em forma de sua unidade. Assim, essa consciência originária se manifesta por meio de sua identidade e unidade, expressa na proposição “Eu penso”.

Kant ilustra no §16 que, ao proferirmos “Eu penso”, extraímos do dêitico “Eu” a espontaneidade do pensamento que já está implícita nesse “Eu”. A “espontaneidade do pensamento” é a capacidade ativa do intelecto de conectar e sintetizar o múltiplo da sensibilidade. Ou seja, todo “Eu”, enquanto sujeito cognoscente, só se torna sujeito na medida em que estabelece um vínculo entre a realidade subjetiva — aquela que recebe o conteúdo variado da sensibilidade — e esses conteúdos, afirmando sua identidade consigo mesmo diante da

diversidade das intuições. Ou seja, um “Eu” formal, pré-proposicional que é a condição de possibilidade da objetividade, pois, os conteúdos externos à mente não fornecem quaisquer elementos que possam garantir ao pensamento uma correspondência com os objetos e, por sua vez, uma isomorfia entre eles [pensamentos e objetos]. Então, o que garante a isomorfia do pensamento do “sujeito” com seus predicados (objetos) é o postulado “Eu penso”.

Enquanto o caráter analítico da consciência se refere à relação lógica entre sujeito e predicado nas proposições, a síntese envolve a combinação de múltiplos elementos da consciência para formar um objeto previamente inexistente. Na filosofia kantiana, a síntese a priori, essencial para a unidade da consciência, exemplifica a natureza sintética do conhecimento, que não pode ser derivada apenas da análise conceitual. A uniformidade mencionada, portanto, deve ser entendida como a consistência na aplicação dessas sínteses a priori, o que sublinha a necessidade de uma base estável e uniforme para a unidade sintética da autoconsciência, conforme se observa no seguinte trecho da primeira edição:

Com efeito, o eu fixo e permanente (da apercepção pura) constitui o correlato de todas as nossas representações, na medida em que é simplesmente possível ter consciência dessas representações, e toda a consciência pertence a uma apercepção pura, que tudo abarca [...] KrV A 124

No desenvolvimento desta passagem, percebemos que o “Eu fixo” e permanente não se opõe à apercepção originária, mas a exprime em seu caráter idêntico e permanente: ele é o correlato invariável ao qual toda representação deve poder referir-se, e que acompanha todas as representações à medida que elas se atualizam continuamente na consciência. Esse “Eu” funciona como um ponto de referência constante, garantindo que, independente de mudanças nas representações sensíveis, a identidade do sujeito cognoscente permaneça inalterada. A cada nova representação que se apresenta, o “Eu fixo” assegura a coesão e a continuidade da experiência, servindo como a base sobre a qual todas as representações são unificadas. Dessa forma, ele se revela como um elemento essencial na estrutura da autoconsciência, possibilitando que o sujeito mantenha uma consciência de si consistente ao longo do tempo, mesmo diante da multiplicidade de experiências sensíveis. Progredindo nossa análise, é

relevante considerar os distintos aspectos da autoconsciência, ressaltando que esta fase inicial se destina à apresentação, com a posterior elaboração de cada ponto de forma mais detalhada.

Um aspecto de particular importância é a unidade analítica da apercepção, ponto fulcral para o entendimento da dinâmica da autoconsciência no sistema kantiano. Essa unidade analítica reflete a identidade intrínseca do 'Eu'. Uma vez estabelecido como 'Eu' no primeiro aspecto da autoconsciência pura que se sintetizou ao múltiplo da sensibilidade na forma de sua unidade sintética *a priori*, a identidade do sujeito, já em jogo, parece ser melhor evidenciada quando Kant a compara aos conceitos comuns (*conceptus communis*). Podemos até pensar, por analogia, que essa unidade da consciência é aquela que denota sua identidade a partir da proposição analítica 'Eu penso'. Isso significa que o 'Eu' só se estabelece como sujeito dos pensamentos à medida que pensa, isto é, ao conceber uma multiplicidade de representações dadas em sua receptividade. Ao conectar-se a essas representações, o sujeito infere que o conjunto de representações abarcado pelo 'Eu' é o mesmo conjunto de representações que o 'Eu' pensa, como Kant aponta no §16.

Dessa consciência analítica podemos destacar sua relação aos conceitos comuns e juízos analíticos, evidenciando uma abordagem mais voltada para a análise lógica e estrutural dos conceitos na constituição do entendimento. A consciência analítica, ao reconhecer a conexão intrínseca das representações com uma consciência (a sua própria), aponta para a necessidade da síntese cognitiva, uma vez que o que fora pensado necessitou antes ser ligado.

Portanto, a análise lógica e estrutural dos conceitos adquire uma nova perspectiva quando associada à unidade analítica da apercepção, que desempenha um papel central na constituição da identidade e na justificação da síntese cognitiva. Os bastidores aqui não se referem a uma instância do inconsciente, mas a um processo epistemológico dado às cegas de nosso conhecimento proposicional.

1.2. A Hierarquia das Unidades na Autoconsciência

Estas quatro unidades formam uma arquitetura sistemática onde cada nível pressupõe o anterior e prepara o seguinte: i) A unidade analítica da consciência assegura a identidade intrínseca das representações, garantindo que cada intuição seja reconhecida como a mesma consigo mesma; ii) A unidade sintética da consciência organiza essas representações em objetos, unificando o múltiplo sensível em uma experiência coerente; iii) A unidade analítica da autoconsciência reflete essa organização na forma do sujeito, permitindo que todas as representações sejam atribuídas a um “Eu” idêntico; iv) A unidade sintética da autoconsciência atua como fundamento transcendental de todo o processo, tornando possível a síntese das representações e a constituição da experiência como consciência de um sujeito pensante. A unidade analítica desempenha o papel de identificar e assimilar os conteúdos comuns na diversidade das representações, de maneira análoga ao papel do conceito no entendimento. Ao considerarmos a hierarquia contida nessa unidade, podemos recorrer ao exemplo dado por Kant sobre a subordinação dos conceitos nos juízos.

É sabido que um juízo envolve a subordinação de conceitos, onde o conceito que ocupa a posição de sujeito é subordinado ao conceito que ocupa a posição de predicado. Essa hierarquia reflete o modo como o conceito de maior abrangência prevalece sobre as notas comuns contidas no juízo, como no exemplo fornecido por Kant: "Todos os corpos são divisíveis."

O conceito de divisível refere-se a diversos outros conceitos; entre eles refere-se aqui, particularmente, ao conceito de corpo, e este por sua vez, a certos fenômenos que se apresentam a nós. Estes objetos são, pois, mediatamente pelo conceito de divisibilidade. Assim todos os juízos são funções da unidade entre nossas representações, já que, em vez de uma representação imediata, se carece para o conhecimento do objeto de uma mais elevada que inclua em si a primeira e outras mais e, deste modo se reúnem num só muitos conhecimentos possíveis. (KrV B-93)

Kant expressa que a estrutura hierárquica dos juízos não é resultado de mero arbítrio ou acaso, mas sim de uma prioridade lógica que governa a relação entre os conceitos que são usados como predicados nos juízos possíveis. Essa hierarquia lógica não é algo que surge de maneira aleatória ou arbitrária, mas é fundamentada em princípios que garantem a coerência e a validade do

raciocínio. Por exemplo, no juízo "Todos os corpos são divisíveis", o conceito de "corpo" ocupa uma posição subordinada em relação ao conceito de "divisibilidade". Isso significa que o conceito de divisibilidade é atribuído ao conceito de corpo, e, portanto, a divisibilidade é uma característica que pertence a todos os corpos. Essa relação de subordinação, onde um conceito serve de predicado para o outro, é uma manifestação dessa hierarquia lógica.

Podemos verificar essa ideia na *Lógica de Jäsche*, onde Kant explora essa questão com mais profundidade. O filósofo destaca que a relação hierárquica entre os conceitos não se dá de forma arbitrária, mas obedece a uma estrutura lógica que organiza e hierarquiza as ideias conforme sua pertinência e validade dentro do campo do conhecimento:

As notas são coordenadas na medida em que cada uma delas é representada como uma nota imediata da coisa; são subordinadas na medida em que uma nota só representa a coisa mediante outra nota. A ligação de notas coordenadas no todo do conceito, chama-se agregado; a ligação de notas subordinadas chama-se série. A agregação de notas coordenadas constitui a totalidade do conceito, a qual, relativamente aos conceitos sintéticos empíricos, nunca pode, no entanto, ser completa e se assemelha a uma linha reta ilimitada (AK59).

No trecho correspondente ao "Uso Lógico do Entendimento", Kant também explica essa hierarquia em termos de representações conceituais mediatas e imediatas:

O juízo é, pois, o conhecimento mediato de um objeto, portanto, a representação de uma representação desse objeto. Em cada juízo há um conceito válido para diversos conceitos, e que nesta pluralidade compreende também uma dada representação, referindo-se esta última imediatamente ao objeto. (A-93)

Aqui, a unidade analítica da consciência desempenha um papel fundamental. No entanto, essa unidade analítica não é independente da unidade sintética, que pertence ao entendimento puro. A unidade analítica está relacionada ao *conceptus communis*, ou seja, à capacidade de identificar e assimilar conteúdos comuns em diversas representações. Contudo, para que essa unidade analítica se estabeleça, é necessário que uma unidade sintética já tenha sido aplicada. Kant, em nota na Dedução B, afirma que a unidade analítica pressupõe uma unidade sintética, o que significa que, para que as representações ou conceitos possam ser assimilados conforme sua identidade (a identidade do conceito), uma síntese anterior deve ter ocorrido. Isso é exemplificado na Crítica da Razão

Pura, quando Kant fala da “unidade analítica da apercepção” — expressão que, no registro aqui adotado, corresponde à unidade analítica da autoconsciência, e não à unidade analítica da consciência (*conceptus communis*), examinada acima —, que consiste no fato de que as representações podem ser acompanhadas pelo mesmo “Eu penso” — elas têm isso em comum. Kant sugere que “[...] fora desta representação, têm ainda em si algo diferente; por conseguinte, tem de ser previamente pensada em unidade sintética com outras representações (ainda que sejam apenas representações possíveis)” (B 134).

Portanto, a unidade analítica da consciência encontra-se intrinsecamente ligada à unidade sintética da consciência, estabelecendo uma hierarquia ascendente que culmina na autoconsciência transcendental. Esta arquitetura desenvolve-se através de quatro momentos fundamentais: i) a unidade analítica da consciência (*conceptus communis*), que assegura a coerência lógica inicial do múltiplo sensível; ii) a unidade sintética da consciência, que combina ativamente este múltiplo para constituir objetos; iii) a unidade analítica da autoconsciência, que manifesta o “eu penso” como polo de referência formal das representações; e iv) a unidade sintética da autoconsciência (unidade originária da apercepção), ato transcendental mediante o qual se constitui simultaneamente a unidade objetiva e a própria subjetividade. Enquanto as unidades analíticas relacionam-se predominantemente com o entendimento comum e sua função identificadora, a unidade sintética da apercepção representa o fundamento último do entendimento puro, na medida em que torna possível tanto a síntese objetiva quanto a consciência de si como a possibilidade de uma consciência sintética com validade universal e objetiva, e isso surge do trabalho minucioso do filósofo transcendental em explorar os princípios dessa unidade, que vão além das categorias estabelecidas. Enquanto a lógica formal se concentra em regras e estruturas estabelecidas, a lógica transcendental se empenha em descobrir os fundamentos da necessidade de conectar o múltiplo. Afinal, a sensibilidade, por si só, não pode fornecer essa necessidade intrínseca. Ela se limita a oferecer o conteúdo das afecções por meio das formas puras — espaço e tempo. A responsabilidade de criar regras e conectar essas afecções recai sobre o entendimento, que desempenha um papel essencial na ligação,

ordenação e unificação das representações, aspectos indispensáveis para a construção do conhecimento.

1.2.1. A Unidade Analítica da Consciência (*conceptus communis*)

É amplamente reconhecido na leitura da Crítica da Razão Pura que o conhecimento só é possível graças ao uso lógico do entendimento, que opera por meio de conceitos, definidos por Kant como "representações universais ou representações refletidas" (AK 91). A atividade conceitual envolve a abstração da particularidade das representações, de modo que essa abstração produza um conteúdo universal, diferindo dos conteúdos das intuições, cujo conteúdo é singular. A universalidade do conceito confere contiguidade e significado aos conteúdos representacionais fornecidos pela sensibilidade, permitindo o reconhecimento e a formação de juízos. Sem os conceitos, seria impossível subsumir as impressões particulares sob representações universais por meio de juízos. Por exemplo, no juízo "Todas as pedras são corpos", o conceito "corpo" atua como predicado, representando a unidade analítica dos objetos ao destacar o que eles têm em comum.

Kant distingue dois tipos de conceitos: o conceito como representação universal, que estabelece a unidade analítica das representações, e o conceito como regra da síntese. Na ausência de conceitos, as impressões particulares permaneceriam isoladas umas das outras, sem qualquer relação entre si, resultando em uma experiência fragmentada e na total incapacidade de um sujeito de formular juízos coerentes em relação às impressões perceptuais. Portanto, o conceito é o produto da atividade reflexiva do entendimento, que abstrai o *conceptus communis* das representações. Essa atividade é essencial para a unificação e organização dos dados sensíveis, permitindo ao sujeito alcançar o conhecimento objetivo.

Todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientemente referidas a um objeto, são ou intuições ou conceitos. A intuição é uma representação singular; o conceito uma representação universal ou representação refletida. O conhecimento por conceitos chama-se pensar [...] O conceito opõe-se à intuição, por ser uma representação universal ou uma representação do que é comum a vários objetos e, assim, uma representação na medida em que pode estar contida em várias. (AK 91)

Por sua vez, em uma nota na Dedução Transcendental, Kant relaciona tais *conceptus per notas communis* com a Unidade Analítica da consciência:

A unidade analítica da consciência é inerente a todos os conceitos comuns enquanto tais; assim, por exemplo, quando penso o vermelho em geral, tenho a representação de uma qualidade que (enquanto característica) pode encontrar-se noutra parte ou ligada a outras representações; portanto, só mediante uma unidade sintética possível, previamente pensada, posso ter a representação de uma unidade analítica. Uma representação que deve pensar-se como sendo comum à coisas diferentes, considera-se como pertencente a coisas que, fora desta representação, têm ainda em si algo diferente; por conseguinte, tem de ser previamente pensada em unidade sintética com outras representações (ainda que sejam apenas representações possíveis), antes de se pensar nela a unidade analítica da consciência que eleva a um *conceptus communis*. (KrV, B 134)

A unidade analítica da consciência, conforme discutido anteriormente, se revela como um componente intrínseco a todos os conceitos gerais. Quando, por exemplo, consideramos a ideia de "vermelho" de maneira abstrata, nossa mente abrange a representação de uma qualidade que pode aparecer em várias formas, seja isoladamente ou em combinação com outras características. No entanto, essa unidade analítica não surge de forma independente; ela se apoia em uma unidade sintética previamente estabelecida. Isso significa que, antes de podermos formular uma representação analítica, devemos primeiro conceber uma unidade sintética possível.

A necessidade dessa concepção de unidade sintética se torna evidente quando consideramos que uma representação comum a diferentes entidades ainda permite que essas entidades possuam outras características distintas. Para que a mente alcance a unidade analítica da consciência, é essencial que essa representação seja primeiramente pensada em conjunto com outras representações, formando uma unidade sintética. Mesmo que essas representações sejam apenas potenciais, a preconcepção de uma unidade sintética é crucial para garantir a coesão necessária para a posterior formação da unidade analítica.

O processo cognitivo, portanto, envolve uma interação complexa entre a antecipação de uma unidade sintética e a subsequente obtenção da unidade analítica. A mente deve organizar as diversas representações em uma consciência, estabelecendo relações que podem ser imediatas (coordenadas) ou

mediatas (subordinadas) dentro de um conceito. Assim, a unidade analítica da consciência emerge como resultado desse trabalho prévio de síntese.

Todavia, embora a unidade analítica da autoconsciência esteja associada ao conceito comum (*conceptus communis*), ela difere significativamente da unidade relacionada à categoria da quantidade. Isso se deve ao fato de que a unidade analítica repousa sobre fundamentos distintos daqueles utilizados na síntese das representações sensíveis. A unidade associada à categoria da quantidade está diretamente ligada à síntese das representações na sensibilidade, enquanto a unidade analítica da autoconsciência se apoia em uma base lógica, refletindo a estrutura interna do entendimento, que organiza e unifica as representações sob conceitos universais. Assim, a unidade analítica e a unidade sintética, embora interdependentes, operam em níveis distintos do processo cognitivo, cada uma desempenhando um papel específico na formação do conhecimento. Ao perceber e representar meus próprios pensamentos, surge uma visão de um conjunto interligado de ideias. Isso reflete a identidade estabelecida pela consciência, conforme descrito na análise da primeira edição da Crítica. Kant se refere a essa identidade como um princípio analítico fundamental.

Nesse contexto, pode-se formular a seguinte proposição: se X é uma representação que faz parte da consciência, então há consciência de X em relação à unidade necessária dos estados conscientes. É importante notar, entretanto, que a analiticidade deste princípio não se confunde com o que Kant denomina 'unidade analítica da consciência'. Esta última refere-se à ideia de que todas as representações conscientes estão unificadas sob o conceito de 'representações conscientes', sendo analiticamente relacionadas por esse conceito.

Ao refletirmos sobre como nos percebemos e representamos, a consciência revela-se como um conjunto interligado de pensamentos, formando uma identidade que Kant descreve como um princípio analítico fundamental. Esse princípio pode ser formulado da seguinte maneira: se uma representação faz parte da consciência, há uma unidade dos estados conscientes que garante a coesão dessa representação. Contudo, é crucial distinguir essa unidade analítica

da consciência de outra forma de unidade que Kant explora, especialmente na relação entre sensibilidade e entendimento.

A unidade analítica da consciência opera no plano do uso comum do entendimento, no qual representações distintas são reunidas sob uma nota comum (*conceptus communis*). Cabe distingui-la da unidade analítica da autoconsciência, que é a consciência formal de que todas as representações se referem a um mesmo “Eu penso” — esta última será examinada no § 1.2.3. Esta unificação não depende da síntese de novos conteúdos, mas de um processo analítico que lida com *conceptus communis* ou representações que compartilham notas comuns. A interação entre as faculdades da sensibilidade e do entendimento já exemplifica essa unidade analítica, pois as notas comuns, como a qualidade 'ter cor vermelha', são destacadas e relacionadas a várias representações sob um conceito comum.

Por exemplo, ao considerar a propriedade "vermelho", a unidade analítica da consciência nos permite não apenas perceber essa característica isoladamente, mas relacioná-la a diferentes objetos e situações. Como ocorre ao associarmos o "vermelho" a objetos distintos, como o sangue, uma cortina ou até mesmo o rubor em um rosto. Essa capacidade de associar diversas representações sob um conceito comum, como "vermelho", exemplifica a função essencial da unidade analítica da consciência, que opera por meio da atividade do entendimento, permitindo que diferentes representações sejam integradas em uma ideia única. Essa integração não é um processo mecânico ou puramente empírico, mas algo que se dá pela estrutura lógica e conceitual do entendimento, que unifica as representações conforme princípios universais e invariáveis.

No entanto, é fundamental notar que essa unidade analítica está intimamente relacionada à ideia de uma hierarquia presente nas diferentes formas de consciência e autoconsciência, algo que Kant explora de forma particularmente interessante na Dedução Transcendental. Em B134, Kant sugere que, além de identificar os aspectos comuns presentes nas representações, é necessário considerar a diversidade que cada uma delas contém, o que implica uma unidade sintética subjacente e mais profunda. Essa relação hierárquica entre as

diferentes formas de unidade revela que a unidade analítica da consciência não pode operar de forma isolada; ela depende de uma unidade sintética anterior, que oferece ao sujeito a capacidade de perceber e organizar a diversidade das representações, unificando-as sob um conceito abrangente e coerente.

Dessa maneira, a unidade analítica, embora distinta da síntese, não deve ser vista como algo inferior ou secundário, mas como uma parte indispensável e crucial do processo cognitivo. Ela sustenta a capacidade de associar e unificar representações sob conceitos gerais e universais, o que, por sua vez, se fundamenta em uma unidade sintética ainda mais profunda e anterior, que é responsável por garantir a coesão e a continuidade da experiência. Essa unidade sintética, que precede a análise conceitual, fornece a base sobre a qual a unidade analítica pode operar, funcionando como um suporte fundamental para a formação da experiência e para a construção do conhecimento.

Em vista disso, ao refletirmos sobre essa hierarquia, podemos perceber que a unidade, em suas diversas formas, está diretamente relacionada ao seu alcance e à sua capacidade de abarcar um número maior de representações, operando de maneira mais ampla nas funções que constituem a experiência. Embora aqui tenhamos tratado principalmente da unidade analítica, não devemos esquecer que ela está intrinsecamente conectada a outras formas de unidade, como a sintética, que desempenham papéis igualmente essenciais para a formação da experiência e do conhecimento.

A unidade analítica desempenha o papel de identificar e assimilar os conteúdos comuns na diversidade das representações, de maneira análoga ao papel do conceito no entendimento. Ao considerarmos a hierarquia contida nessa unidade, podemos recorrer ao exemplo dado por Kant sobre a subordinação dos conceitos nos juízos.

É sabido que um juízo envolve a subordinação de conceitos, onde o conceito que ocupa a posição de sujeito é subordinado ao conceito que ocupa a posição de predicado. Essa hierarquia reflete o modo como o conceito de maior abrangência prevalece sobre as notas comuns contidas no juízo, como no exemplo fornecido por Kant: "Todos os corpos são divisíveis."

O conceito de divisível refere-se a diversos outros conceitos; entre eles refere-se aqui, particularmente, ao conceito de corpo, e este, por sua vez, a certos fenômenos que se apresentam a nós. Estes objetos são, pois, mediatamente pelo conceito de divisibilidade. Assim todos os juízos são funções da unidade entre nossas representações, já que, em vez de uma representação imediata, se carece para o conhecimento do objeto de uma mais elevada que inclua em si a primeira e outras mais e, deste modo, se reúnem num só muitos conhecimentos possíveis. (KrV B-93)

Kant expressa que a estrutura hierárquica dos juízos não é resultado de mero arbítrio ou acaso, mas sim de uma prioridade lógica que governa a relação entre os conceitos que são usados como predicados nos juízos possíveis. Essa hierarquia lógica não é algo que surge de maneira aleatória ou arbitrária, mas é fundamentada em princípios que garantem a coerência e a validade do raciocínio. Por exemplo, no juízo "Todos os corpos são divisíveis", o conceito de "corpo" ocupa uma posição subordinada em relação ao conceito de "divisibilidade". Isso significa que o conceito de divisibilidade é atribuído ao conceito de corpo, e, portanto, a divisibilidade é uma característica que pertence a todos os corpos. Essa relação de subordinação, onde um conceito serve de predicado para o outro, é uma manifestação dessa hierarquia lógica.

Podemos verificar essa ideia na Lógica de Jäsche, onde Kant explora essa questão com mais profundidade. O filósofo destaca que a relação hierárquica entre os conceitos não se dá de forma arbitrária, mas obedece a uma estrutura lógica que organiza e hierarquiza as ideias conforme sua pertinência e validade dentro do campo do conhecimento:

As notas são coordenadas na medida em que cada uma delas é representada como uma nota imediata da coisa; são subordinadas na medida em que uma nota só representa a coisa mediante outra nota. A ligação de notas coordenadas no todo do conceito, chama-se agregado; a ligação de notas subordinadas chama-se série. A agregação de notas coordenadas constitui a totalidade do conceito, a qual, relativamente aos conceitos sintéticos empíricos, nunca pode, no entanto, ser completa e se assemelha a uma linha reta ilimitada (AK59).

No trecho correspondente ao "Uso Lógico do Entendimento", Kant também explica essa hierarquia em termos de representações conceituais mediatas e imediatas:

"O juízo é, pois, o conhecimento mediato de um objeto, portanto, a representação de uma representação desse objeto. Em cada juízo há um conceito válido para diversos conceitos, e que nesta pluralidade

compreende também uma dada representação, referindo-se esta última imediatamente ao objeto." (A-93)

Aqui, a unidade analítica da consciência desempenha um papel fundamental. No entanto, essa unidade analítica não é independente da unidade sintética, que pertence ao entendimento puro. A unidade analítica está relacionada ao *conceptus communis*, ou seja, à capacidade de identificar e assimilar conteúdos comuns em diversas representações. Contudo, para que essa unidade analítica se estabeleça, é necessário que uma unidade sintética já tenha sido aplicada.

Kant, na nota da dedução em B, afirma que a unidade analítica pressupõe uma unidade sintética, o que significa que, para que as representações ou conceitos possam ser assimilados conforme sua identidade (a identidade do conceito), uma síntese anterior deve ter ocorrido. Isso é exemplificado na Crítica da Razão Pura, onde ele fala da "unidade analítica da apercepção", que consiste no fato de que as representações podem ser acompanhadas pelo mesmo "Eu penso" – elas têm isso em comum. Kant sugere que "[...] fora desta representação, têm ainda em si algo diferente; por conseguinte, tem de ser previamente pensada em unidade sintética com outras representações (ainda que sejam apenas representações possíveis)" (B 134). Portanto, a unidade analítica está intrinsecamente ligada à unidade sintética da consciência. Embora a unidade analítica esteja relacionada ao entendimento comum dos conceitos, ela não pertence ao entendimento puro por si só.

A possibilidade de uma consciência sintética com validade universal e objetiva surge do trabalho minucioso do filósofo transcendental em explorar os princípios dessa unidade, que vão além das categorias estabelecidas. Enquanto a lógica formal se concentra em regras e estruturas estabelecidas, a lógica transcendental se empenha em descobrir os fundamentos da necessidade de conectar o múltiplo. Afinal, a sensibilidade, por si só, não pode fornecer essa necessidade intrínseca. Ela se limita a oferecer o conteúdo das afecções por meio das formas puras – espaço e tempo. A responsabilidade de criar regras e conectar essas afecções recai sobre o entendimento, que desempenha um papel essencial na ligação, ordenação e unificação das representações, aspectos indispensáveis para a construção do conhecimento.

1.2.2. A Unidade Sintética da Consciência

Em uma "nota" no §15 (Da possibilidade de uma ligação em geral) Kant, para chamar a atenção do leitor quanto a uma passagem da Dedução Metafísica, volta-se à filosofia escolástica. Ele ressalta que a proposição "Quodlibet ens est unum, verum, bonum", que em seu tempo era revisitada pelos filósofos apenas por respeito àquela antiga metafísica, na verdade deveria ser melhor analisada. Embora os resultados do emprego desses conceitos não tenham sido bem-sucedidos, uma análise acurada do fundamento das tautologias provenientes desses conceitos, separando o uso incorreto, pode averiguar o que é possível para seu uso real, pois essa proposição guarda o princípio da categoria da quantidade, a saber: a unidade, a multiplicidade e a totalidade.

Porém, estas categorias, que de fato deveriam ser, como pertencentes às possibilidades das próprias coisas, eram utilizadas pelos antigos apenas sem seu sentido formal, como dizendo respeito à exigência lógica de todo o conhecimento e, todavia, inconsideradamente se convertiam esses critérios do pensamento em propriedades das coisas em si próprias. Em todo o conhecimento de um objeto, há a unidade do conceito, que se pode chamar de unidade qualitativa na medida em que por ela é pensada só a unidade da síntese do diverso dos conhecimentos, à maneira da unidade do tema num drama, num discurso ou numa fábula (B 114).

Kant argumenta que a consciência de si mesmo como sujeito determinante do pensamento não implica necessariamente uma compreensão do sujeito como uma entidade separada do corpo. Mesmo dentro do escopo da lógica transcendental, a relação entre o sensível e o inteligível não se apresenta como dicotômica. Na verdade, o sujeito pensante é inseparável da sua condição sensível, o que sugere que a consciência de si mesmo pode estar intrinsecamente ligada ao aspecto físico e corpóreo da experiência, em vez de ser concebida como uma entidade puramente imaterial.

Essa autoconsciência não é uma forma de percepção empírica, mas sim uma condição a priori que precede qualquer experiência concreta, sendo a base para a síntese das representações sensíveis e a constituição do conhecimento, conforme o princípio da unidade necessária da apercepção já transcrito acima (KrV, B 135).

Aqui, a unidade sintética da consciência não é apenas um conceito abstrato, ela também se manifesta como a condição essencial para que a experiência empírica seja organizada e coerente. A proposição “Eu penso” não é uma mera afirmação de uma consciência individual e separada; embora seja uma proposição analítica, ela declara uma atividade sintética, a qual organiza o múltiplo sensível sob a forma de uma unidade lógica. Portanto, unidade sintética da consciência está diretamente ligada à nossa experiência sensível, pois nossa capacidade de apreender o mundo depende da união entre as representações sensíveis e as categorias do entendimento.

Essa síntese *a priori*, que Kant apresenta na Dedução Transcendental, não é uma simples adição de elementos, mas uma integração que confere unidade e identidade às representações. O entendimento puro, ao aplicar as categorias à matéria sensível, permite que as representações se integrem em uma experiência consciente e coerente. A unidade sintética da consciência, portanto, se torna a condição para a possibilidade da experiência empírica, pois sem essa síntese, as representações sensíveis permaneceriam dispersas, incapazes de formar uma experiência unificada. A unidade sintética da consciência não deve ser vista como um conceito que se aplica apenas ao mundo mental e imaterial, mas como o princípio organizador que torna a experiência sensível possível e compreensível.

Essa organização do conhecimento e a produção de uma unidade lógica, fundamental para a constituição da experiência empírica, pode ser vista como uma exigência contínua e homogênea. Neste sentido, a unidade do conceito, assim como sua capacidade de gerar verdade e integralidade, se torna essencial para o desenvolvimento de todo o conhecimento. Dessa maneira, o critério da possibilidade de um conceito está intimamente relacionado à sua definição, onde a unidade, a verdade e a integralidade de tudo o que pode ser extraído desse conceito são fundamentais para sua construção. Isso nos leva à compreensão da unidade do conceito como o princípio que organiza e estrutura nossa experiência, vinculando-a de maneira coerente à realidade sensível e inteligível.

A unidade sintética da consciência, ao contrário da unidade analítica, não se baseia nas condições lógicas e formais do entendimento, mas sim em uma

estrutura transcendental que organiza as representações sensíveis. Enquanto a unidade analítica se preocupa com a identificação e assimilação de representações comuns em termos de conceitos na consciência, a unidade sintética da consciência refere-se à capacidade de reunir e integrar representações sensíveis de forma a formar uma percepção coerente e unificada.

Essa unidade sintética não deve ser confundida com a síntese empírica que ocorre quando, por exemplo, medimos o peso de um corpo ou observamos as características visuais de um objeto, como a cor de um corvo. Nessas situações, estamos lidando com a integração de dados sensoriais no nível da experiência empírica. No entanto, a unidade sintética da consciência, conforme proposta por Kant, refere-se a uma síntese *a priori*, ou seja, a capacidade inata da mente de organizar e integrar representações sensíveis em uma consciência unificada, antes de qualquer experiência empírica concreta. Essa organização, independentemente de dados sensoriais específicos, é fundamental para a formação de uma percepção contínua e coerente.

Portanto, enquanto a unidade analítica da consciência lida com o reconhecimento de representações comuns, a unidade sintética vai além, responsável por integrar essas representações de forma a permitir uma experiência sensorial contínua e coesa. Essa integração é necessária, pois sem ela, a consciência não conseguiria formar uma percepção completa ou ter um entendimento claro e estruturado da experiência. Kant enfatiza essa importância na Dedução Transcendental, onde ele explora como o entendimento, na sua função *a priori*, organiza as representações sensíveis, usando categorias do entendimento para integrá-las em uma unidade mais ampla e coesa. Assim, a unidade sintética da consciência é, de fato, uma das bases essenciais para a construção do conhecimento, pois permite a síntese de diferentes elementos da experiência em um todo que é reconhecido como uma percepção unificada.

A representação dessa unidade não pode, pois, surgir da ligação; foi antes juntando-se à representação do diverso que possibilitou o conceito de ligação. Não é a categoria da unidade; porque todas as categorias têm por fundamento as funções lógicas nos juízos, e nestes já é pensada a ligação, por conseguinte, a unidade dos conceitos dados. A categoria pressupõe, portanto, já a ligação. Temos, pois, que buscar essa unidade (como qualitativa ss12) mais alto ainda, a saber,

no que já propriamente contém o fundamento de unidade de conceitos diversos nos juízos e, por conseguinte, da possibilidade do entendimento, mesmo no seu uso lógico. (KrV, B 131)

A unidade sintética da consciência está intimamente conectada à ligação das representações, mas sua função não é exatamente conectar as representações da mesma maneira que a síntese categorial. Em vez disso, a unidade sintética fornece a base para que a síntese categorial possa ocorrer. Ela permite que as representações sensíveis sejam organizadas de forma a formar uma única consciência, funcionando como uma amalgama que adere às representações conscientes e as une, mas sem realizar a síntese categorial em si. Como observa Beatrice Longuenesse, a compreensão da relação entre o “eu” e a síntese das representações exige reconhecer que ambas as capacidades — a de unificar conceitualmente o múltiplo e a de atribuir essa atividade a si mesmo — repousam sobre um fundamento comum:

Mas há mais: se é verdade, conforme a relação $\text{Eu} \rightarrow \text{Síntese}$, que o sujeito só pode reconhecer-se como referente de “eu” — isto é, só pode empregar o pronome “eu” como forma de apresentação de si — em virtude de estar engajado na atividade sintética que torna possível o pensar; e se, inversamente, conforme a relação $\text{Síntese} \rightarrow \text{Eu}$, tal atividade só é possível na medida em que o agente atribui a si mesmo essa operação unificadora; então é plausível supor que ambas as capacidades — a de unificar representações e a de reconhecer-se como sujeito dessa unificação — possuem um fundamento comum, de modo que uma não se dá sem a outra. (LONGUENESSE, Beatrice. *I, Me, Mine: Back to Kant, and Back Again*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 112–113.)

No entanto, Kant explica que a ligação do diverso das representações em uma consciência deve ser entendida como um ato originário do entendimento puro, e não meramente como uma síntese. Ele observa que “o conceito de ligação inclui também, além do conceito do diverso e da sua síntese, o da unidade desse diverso. Ligação é a representação da unidade sintética do diverso” (KrV, B 131).

Assim, a unidade sintética da consciência condiciona as representações a serem compreendidas em comunhão, independente de suas diferenças ou notas comuns. Ela garante que as representações não permaneçam dispersas ou isoladas, mas sim reunidas sob uma única consciência. A ligação do diverso das representações na consciência é, portanto, tributária da unidade sintética da consciência, que condiciona as representações a serem concebidas em

comunhão, sem depender de seus graus de distinção ou notas comuns. Dessa forma, a unidade sintética da consciência constitui o escopo necessário para que a consciência das representações não se encontre dispersa ou isolada, uma em relação à outra, pois na consciência deve haver uma concatenação entre as representações, de modo que as mesmas possam ser reunidas como pertencentes a uma consciência unificada no conjunto total dessas representações.

A unidade sintética da consciência representa, assim, o momento decisivo de transição da multiplicidade sensível dispersa para a constituição de objetividade. Enquanto a unidade analítica assegura a identidade lógica elementar das representações, a síntese operada por esta unidade avança decisivamente ao estabelecer relações necessárias entre o múltiplo, transformando a diversidade inicial em estruturas objetivas coerentes. Esta operação, que se efetiva através da mediação entre intuição e conceito - seja pela via da imaginação transcendental (edição A) ou do entendimento puro (edição B) -, demonstra-se fundamental para a compreensão do projeto kantiano: a unidade sintética não se limita a associar representações, mas constitui a própria condição de possibilidade para que algo possa aparecer como objeto em uma experiência universalmente válida. O exemplo da síntese das sucessivas aparições sob a categoria de substância ilustra precisamente este movimento: o que era inicialmente uma sequência temporal de intuições desconexas transforma-se na representação de um corpo permanente precisamente através desta atividade sintética. Desse modo, a unidade sintética da consciência revela-se como o operador transcendental que, articulando o diverso sensível mediante as categorias, funda as condições de possibilidade tanto do conhecimento objetivo quanto da própria unidade da experiência. Neste sentido, ela configura o núcleo da revolução copernicana kantiana - o ponto de inflexão onde a simples recepção do múltiplo sensível é elevada à dignidade de experiência cognitiva estruturada, estabelecendo as bases para a compreensão da unidade originária da apercepção que será examinada a seguir.

1.2.3 Unidade Analítica da Autoconsciência: A Forma do "Eu Penso"

Esta dimensão marca a transição da consciência do objeto para a reflexão sobre o sujeito. Corresponde ao reconhecimento de que todas as representações (já unificadas sinteticamente) referem-se a um mesmo "eu penso". Sua natureza é analítica porque, uma vez pressuposta a síntese do múltiplo, podemos abstrair de todo conteúdo e isolar a forma pura da autoconsciência. Kant afirma que "o eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações" - esta possibilidade lógica funda-se nesta unidade analítica. Contudo, crucialmente, esta unidade é *derivada*: ela pressupõe a síntese já realizada, limitando-se a explicitá-la formalmente como condição de referência a um sujeito único.

A unidade do "Eu penso" é analítica porque explicita a condição inerente de pertencer a um sujeito. Uma representação só é considerada "minha representação" se puder ser, em princípio, atribuída à autoconsciência unificada. Kant, de fato, afirma que o "princípio da unidade necessária da apercepção é, na verdade, em si mesmo, idêntico, por conseguinte uma proposição analítica"

Embora esta proposição seja *analítica* em sua formulação, ela "declara como necessária uma síntese do diverso dado na intuição, síntese sem a qual essa identidade completa da autoconsciência não pode ser pensada". Portanto, a unidade analítica é logicamente derivada, pressupondo a possibilidade de uma unidade sintética prévia, ela explica que a afirmação de Kant de que 'deve ser possível que o 'Eu penso' acompanhe todas as minhas representações' é uma proposição analítica que explicita o significado de 'minha representação'. Uma representação é 'minha' se for incorporada em uma consciência unificada juntamente com todas as outras representações que eu chamo de 'minhas'."

O princípio da unidade de apercepção é uma proposição analítica nesse sentido: 'Cada representação que chamo minha está relacionada à unidade originariamente sintética da apercepção'. A explicitação do que está implicitamente pensado na expressão 'minha representação' revela a necessidade de uma síntese do múltiplo dado na intuição, sem a qual a identidade de autoconsciência não pode ser pensada. (LONGUENESSE, 2001, p. 129)

Referindo-se à passagem em que Kant afirma:

Esta última proposição é, como dissemos, analítica, embora faça da unidade sintética a condição de todo o pensamento; com efeito, apenas afirma que todas as minhas representações, em qualquer intuição dada, têm de obedecer à condição pela qual, enquanto minhas

representações, somente posso atribuí-las ao eu idêntico e, portanto, como ligadas sinteticamente numa apercepção, abrangê-las pela expressão geral eu penso. (KrV, B 138)

O argumento de Longuenesse destaca que o princípio da Apercepção Transcendental (o 'Eu penso' acompanhar as representações) é analítico por ser uma condição lógica do conceito de "minha representação". Contudo, ele é sintético em suas implicações, pois só é possível se uma unidade sintética original (o ato de unificar ativamente o diverso) for previamente pensada.

A Unidade Analítica da Autoconsciência é o reconhecimento formal de que todas as representações — já unificadas por meio da síntese figurativa — a síntese exercida pela imaginação sobre o múltiplo da intuição, que não se confunde com a unidade sintética da consciência, mas é o modo pelo qual esta se efetua no plano sensível — em uma experiência coerente — se referem a um único e mesmo "eu". Sua natureza é "analítica" pois nada é adicionado ao conteúdo da experiência; ela apenas explicita uma propriedade formal que já estava implicitamente contida na síntese: a referência a um sujeito único, isto é, a uma consciência una.

Este reconhecimento ocorre no próprio ato de julgar, a síntese intelectual (*synthesis intellectualis*), que combina conceitos sobre as intuições previamente unificadas. É neste contexto que devemos interpretar a célebre formulação de Kant: "O 'eu penso' deve poder acompanhar todas as minhas representações." (KrV B132)

Essa afirmação não descreve um ato psicológico contínuo, como se estivéssemos constantemente pensando "eu penso". Em vez disso, ela estabelece a condição lógica para que uma representação possa ser considerada "minha". Uma representação só pertence à minha consciência se ela puder ser integrada na unidade sintética que o "eu penso" expressa. Assim, a unidade da consciência não é criada pelo "eu penso"; pelo contrário, o "eu penso" é a expressão formal dessa unidade já pressuposta e realizada.

O caráter derivado desta unidade é, portanto, crucial: ela pressupõe a síntese já realizada, limitando-se a explicitá-la formalmente. A unidade analítica não *cria* a coesão da experiência, mas apenas a *reconhece* ou a *declara* formalmente. É a consciência da identidade do sujeito em meio à diversidade de

suas representações, uma identidade que só é possível porque essas representações já foram unificadas por um ato sintético anterior.

A distinção entre as unidades analítica e sintética da apercepção adquire pleno alcance quando aplicada à crítica kantiana da metafísica dogmática: ao desvincular a forma lógica do autoconhecimento de qualquer pretensão ontológica, a saber, a suposição de que a unidade da consciência implica a existência de uma alma-substância simples e imutável. Essa distinção, central na *Crítica da Razão Pura*, é o instrumento por meio do qual Kant mostra como a razão, quando busca ultrapassar os limites da experiência possível, incorre em paralogismos inevitáveis.

A distinção fundamental se dá entre o “eu” da apercepção e o “eu” como objeto do sentido interno. O primeiro designa o sujeito lógico e formal do “eu penso”, ou seja, a unidade de consciência que deve poder acompanhar todas as minhas representações; o segundo é o eu empírico, o conjunto mutável de representações internas — pensamentos, afetos, desejos — que se sucedem no tempo.

O erro da psicologia racionalista consiste precisamente em converter o primeiro no segundo, transformando a unidade formal do pensamento em uma substância real. A partir da identidade lógica do “eu penso”, ela infere a existência de uma alma simples, imutável e imortal, incorrendo assim em um *paralogismo*, um silogismo falacioso que confunde o sujeito lógico do juízo com um objeto de conhecimento. Quanto a isso, Kant advertiu:

Da proposição ‘eu penso’, que exprime a existência indeterminada de um sujeito que pensa, não se pode tirar a menor consequência para o conhecimento de sua natureza, que é completamente desconhecida. [...] Tudo o que se segue é que o sujeito do pensamento é representado apenas como algo em geral, mas não como uma substância. (KrV A346/B404).

Paul Guyer e Béatrice Longuenesse enfatizam que o núcleo do erro racionalista reside numa confusão de domínios: o “eu” que serve de condição lógica do pensamento é tomado como objeto empírico ou metafísico. Como observa Longuenesse, “a unidade do ‘eu penso’ é a forma da consciência, não a intuição de um ser; ela expressa o modo de funcionamento do pensamento, não o conhecimento de uma coisa”. Assim, a unidade formal do “eu penso” é condição

do ato de julgar, mas não nos fornece nenhum conteúdo ontológico sobre quem julga. É por essa razão que Kant descreve o “eu penso” como “a mais vazia de todas as representações” (*die leerste aller Vorstellungen*, B404). Seu valor filosófico não está no que revela, mas no que torna possível. O “eu” da apercepção não oferece conhecimento algum sobre a essência do sujeito pensante; ele não revela se a alma é material ou imaterial, finita ou imortal. Ele expressa apenas a forma universal do pensamento — a exigência de que toda representação possa ser referida à mesma consciência. “A consciência de si é muito distante de ser um conhecimento de si mesmo, embora seja, no entanto, a condição de todos os conhecimentos.” (A382).

A tentativa de deduzir uma metafísica da alma a partir dessa forma vazia é, como observa Kant, um abuso da razão. O “eu penso” é o princípio de unidade de toda experiência possível, mas nada nos diz sobre o sujeito fora da experiência. Pretender conhecer a alma em si a partir dessa forma seria como invocar Mnemosýne esperando dela a presença das coisas, quando ela apenas conserva o fio pelo qual elas podem ser lembradas.

A unidade analítica da apercepção fornece, portanto, a forma pura do autoconhecimento, enquanto o conteúdo — qualquer saber sobre o que somos — só pode provir da experiência, isto é, do sentido interno, que nos apresenta apenas como um fluxo temporal de fenômenos. “No sentido interno”, escreve Kant, “a mente intui a si mesma apenas como aparece a si própria, e não como é em si” (B153).

Em suma, a análise kantiana da autoconsciência revela uma arquitetura de dupla camada. A unidade analítica do “eu penso” — a consciência refletida de ser um sujeito idêntico — não é o fundamento, mas o resultado de uma operação mais profunda: a unidade sintética originária, pela qual o entendimento unifica o múltiplo sensível sob conceitos. Essa síntese pré-reflexiva, que Kant denomina “unidade sintética da apercepção”, é o verdadeiro ato constituinte da experiência:

É apenas porque posso reunir o múltiplo de uma intuição em uma consciência que digo de todas as representações que elas são minhas. [...] A unidade dessa apercepção é, portanto, o ponto mais elevado a que se deve referir todo uso do entendimento. (KrV B133–B134).

A distinção entre essas duas formas de unidade — a sintética e a analítica — sustenta o coração da filosofia transcendental de Kant, ao mesmo tempo permitindo-lhe alcançar dois resultados que parecem, à primeira vista, contraditórios. Pois, ela fundamenta a objetividade do conhecimento: a experiência não é um fluxo subjetivo e caótico de impressões, mas um sistema de representações ordenadas segundo leis universais, precisamente porque é estruturada pelas mesmas funções unificadoras do sujeito transcendental. Em segundo lugar, ela delimita os limites do conhecimento humano: justamente porque o “eu penso” é puramente formal, ele não pode servir de base para qualquer conhecimento metafísico sobre o sujeito, sobre Deus ou sobre as coisas em si.

Revela-se aqui a ironia mais profunda do pensamento kantiano: as formas do juízo discursivo, que o entendimento aplica aos fenômenos, são as mesmas que estruturam, silenciosamente, o tecido da experiência pré-reflexiva. Antes mesmo que o sujeito possa pensar-se como objeto, sua atividade sintética já imprimiu nas aparências a marca de sua forma. Assim, o “eu penso” é, simultaneamente, o ponto de ancoragem e o limite do conhecimento: aquilo que torna o mundo inteligível e, ao mesmo tempo, o que impede qualquer pretensão de ultrapassá-lo. É nele que a subjetividade e a objetividade se encontram — não como substâncias opostas, mas como funções de um mesmo ato originário de unificação.

1.2.4 Unidade Sintética da Autoconsciência: O Fundamento Originário

Esta é a pedra angular do sistema kantiano - a unidade originária da apercepção. Diferentemente da unidade analítica da autoconsciência (que é reflexiva e derivada), esta é *produtiva* e *originária*. Ela não apenas reconhece, mas *produz* ativamente a unidade do sujeito através do ato de síntese. Aqui revela-se o círculo virtuoso da subjetividade transcendental: o "eu" unifica o múltiplo através das categorias e, neste mesmo ato, constitui-se como unidade. Esta autorreferencialidade produtiva distingue radicalmente a posição kantiana das tradicionais: o sujeito não é uma substância pensante pré-dada, mas, o

resultado de uma função unificadora que só existe *enquanto* se efetiva nessa função. Na terminologia de Kant, a unidade sintética da apercepção é o “ponto mais alto” ao qual se deve ligar todo o uso do entendimento, a lógica inteira e, com ela, a filosofia transcendental (KrV, B 133n), justamente porque funda simultaneamente a objetividade do conhecido e a subjetividade do conhecedor.

O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se intuição. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao eu penso, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra. Esta representação, porém, é um ato da espontaneidade, isto é, não pode considerar-se pertencente à sensibilidade. Dou-lhe o nome de apercepção pura, para a distinguir da empírica ou ainda o de apercepção originária, porque é aquela autoconsciência que, ao produzir a representação eu penso, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é una e idêntica em toda a consciência, não pode ser acompanhada por nenhuma outra. Também chamo à unidade dessa representação a unidade transcendental da autoconsciência, para designar a possibilidade do conhecimento a priori a partir dela. Porque as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações minhas se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência; quer dizer, enquanto representações minhas (embora me não aperceba delas enquanto tais), têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se podem encontrar reunidas numa autoconsciência geral, pois não sendo assim, não me pertenceriam inteiramente. Desta ligação originária se podem extrair muitas consequências. KrV B 132-133

O ponto central da caracterização da autoconsciência pura encontra-se, de forma mais acentuada, no §16 da *Crítica da Razão Pura*, onde Kant afirma a relação necessária entre a intuição e o *Eu penso* é estabelecida. Se recapitularmos o texto que inicia a Dedução Transcendental, onde Kant introduz a questão de direito (*quid juris*), perguntando com que direito o entendimento toma os conceitos puros [categorias] como regras de uma síntese *a priori* de representações, percebemos que a noção de posse implícita na disputa entre entendimento e sensibilidade é explicitamente afirmada no §16. Afinal, se a questão de direito é legítima, então a declaração de posse desses conceitos não poderia ser de outro que não da autoconsciência "Eu penso". Podemos verificar também na análise de Longuenesse:

Kant desenvolveu sua explicação sobre o conceito de 'Eu' e seu uso na proposição 'Eu penso' no contexto de uma investigação epistemológica sobre a possibilidade de cognição. Ele argumentava que todo conhecimento perceptivo depende de estruturas a priori complexas que explicam também a possibilidade de matemática pura e princípios naturais a priori. Kant defendia que a atividade unificadora da mente—que conecta conceitos, juízos e inferências—é representada conceitualmente quando usamos a proposição 'Eu penso'. Por exemplo, se digo "Este é uma árvore" e alguém pergunta se estou certo, posso responder "Sim, eu penso que é uma árvore." O uso de 'Eu penso' aqui expressa meu endosso da proposição anterior, respaldado pela revisão das razões que fundamentam minha afirmação. A expressão 'Eu penso' pode ter diferentes graus de força epistêmica, dependendo da relação entre a proposição e o sistema de conhecimento disponível. Kant considera que a proposição 'Eu penso' se refere apenas ao atual pensador do pensamento "Eu penso que isto é uma árvore." A consciência de si como agente do pensamento é suficiente para que 'Eu' se refira a um indivíduo, sem necessidade de conhecimento adicional sobre o tipo de entidade que sou ou sobre minha localização espacial. Mesmo se minha consciência inclui a noção de estar em um local específico, isso não é uma condição para o uso significativo de 'Eu'. Por exemplo, ao revisar uma prova lógica, a expressão 'Eu penso que a prova é válida' reflete minha consciência de responsabilidade pelo argumento, sem exigir conhecimento sobre minha identidade como ente específico. (LONGUENESSE, 2016, p. 28)

Estando em posse desses conceitos, o entendimento adquire a capacidade regulativa para operar a síntese *a priori* das representações dadas. O ponto central aqui, ao remeter à questão de direito, é: i) estabelecer que o "Eu penso" é um ato inteiramente espontâneo, pertencente ao entendimento puro, embora só seja possível na medida em que o múltiplo da intuição é dado; ii) demonstrar que o eu penso possibilita a referência das representações ao sujeito cognoscente:

Porque as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações minhas se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência; quer dizer, enquanto representações minhas (embora me não aperceba delas enquanto tais), têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se podem encontrar reunidas numa autoconsciência geral, pois não sendo assim, não me pertenceriam inteiramente. (KrV, B 133)

Assim, entende-se que a autoconsciência "Eu penso" confere a unidade à consciência do sujeito cognoscente e, por sua vez, permite a referência de si ao sujeito da consciência, cujas representações sensíveis foram dadas na sensibilidade. Esse ato, que concede unidade ao sujeito, é um ato do entendimento puro e funciona como um princípio transcendental para o conhecimento:

Assim, o primeiro conhecimento puro do entendimento, sobre o qual se funda todo o seu restante uso, e que é também totalmente independente de todas as condições da intuição sensível, é, pois, o princípio da unidade originária sintética da apercepção. (KrV, B 137)

A unidade sintética da apercepção, por ser o "primeiro conhecimento," é o princípio do próprio entendimento e do uso lógico deste último. Pois, ao possibilitar o processo de constituição de uma unidade analítica do entendimento (*conceptus communis*), é necessário pressupor — como mencionado anteriormente — uma unidade sintética da consciência, a saber, aquela consciência que liga as representações sensíveis uma à outra, como que na unidade do tema do drama.

Na unidade sintética da apercepção, evidencia-se sua função de determinar-se enquanto unidade da consciência de um sujeito, apenas como uma forma vazia de conteúdo. Contudo, essa forma é o princípio sobre o qual todo o processo relativo à constituição do objeto se assenta:

A unidade sintética da consciência é, pois, uma condição objetiva de todo o conhecimento, que me não é necessária simplesmente para conhecer um objeto, mas também porque a ela tem de estar submetida toda a intuição, para se tornar objeto para mim, porque de outra maneira e sem esta síntese o diverso não se uniria numa consciência. (KrV, B 137) Note-se que Kant fala aqui em "unidade sintética da consciência" no sentido preciso da unidade objetiva fundada na apercepção: trata-se, portanto, da própria unidade sintética da autoconsciência considerada em sua função constitutiva do objeto, e não de uma unidade distinta dela.

Portanto, declarar o pertencimento das representações ao pensador não implica que ele terá consciência de tudo que lhe possa ser dado. No entanto, a forma dessa autoconsciência pressupõe que o diverso intuído possa ser pensado de acordo com as regras do entendimento:

Esta última proposição é, como dissemos, analítica, embora faça da unidade sintética a condição de todo o pensamento; com efeito, apenas afirma que todas as minhas representações, em qualquer intuição dada, têm de obedecer à condição pela qual, enquanto minhas representações, somente posso atribuí-las ao eu idêntico e, portanto, como ligadas sinteticamente numa apercepção, abrangê-las pela expressão geral eu penso. (KrV, B 138)

Essa autoconsciência é considerada o primeiro conhecimento [puro] devido à sua relação intrínseca com a validade objetiva das categorias. No conjunto de regras que compõem o entendimento, o "Eu penso" é a primeira dessas regras, e o uso lógico do entendimento se baseia nela, uma vez que a Crítica já

estabelece que o conhecimento dos objetos não deve se fundamentar apenas neles, mas também nas condições formais do entendimento.

A unidade transcendental da apercepção é aquela pela qual todo o diverso dado numa intuição é reunido num conceito do objeto. Diz-se, por isso, que é objetiva e tem de ser distinguida da unidade subjetiva da consciência, que é uma determinação do sentido interno, pela qual é dado empiricamente o diverso da intuição para ser assim ligado. Depende das circunstâncias ou das condições empíricas, em que eu possa empiricamente tomar consciência do diverso como simultâneo ou como sucessivo; daí que a unidade empírica da consciência, por meio da associação de representações, diga respeito a um fenômeno e seja inteiramente contingente. Em contrapartida, a forma pura da intuição no tempo, simplesmente como intuição em geral, que contém um diverso dado, está submetido à unidade original da consciência, apenas através da relação necessária do diverso da intuição a um: eu penso; ou seja, pela síntese pura do entendimento, que serve a priori de fundamento à síntese empírica. Só essa unidade é objetivamente válida; a unidade empírica da apercepção, que aqui não consideramos e que, além disso, só é derivada da primeira, sob condições dadas in concreto, apenas tem validade subjetiva. Uns ligam a representação de certa palavra com uma coisa, outros com outra; a unidade da consciência, no que é empírico, não tem valor necessário e universal em relação ao que é dado. (KrV, B 140)

Fica claro que a forma [unidade] que a Autoconsciência Pura confere às representações do sujeito tem validade objetiva, sendo universalmente válida e necessária para o entendimento. Isso ocorre porque as regras de concordância da identidade do sujeito e da unidade de suas representações não se verificam na experiência empírica. Ao contrário, a autoconsciência empírica é totalmente contingente e não poderia se estabelecer como um princípio para o entendimento. De outro modo, este sequer poderia ser uma faculdade de conhecimentos, e o sujeito seria "tão multicolor e diverso quanto tenho representações das quais sou consciente." Portanto, a unidade originária e sintética da apercepção, como fundamento do entendimento puro, é a base da possibilidade do conhecimento, conferindo consistência e coerência à multiplicidade da experiência, de modo que o pensamento se assente em uma estrutura fixa e universalmente válida.

Essa "unidade" do "Eu penso" é o que garante que a totalidade das representações de um sujeito pertença a uma única consciência, uma consciência que é idêntica a si mesma ao longo do tempo e das diferentes representações. É precisamente neste ponto que a interpretação de Strawson, em sua obra *The Bounds of Sense*, ilumina a estratégia kantiana. Strawson

caracteriza essa unidade transcendental como um requisito puramente formal, uma condição lógica necessária para a possibilidade de qualquer experiência que possa ser considerada como *minha*. Diferente de uma introspecção psicológica, trata-se, como ele sugere, da estrutura que torna possível a própria distinção entre um mundo objetivo e uma história subjetiva da experiência, oferecendo assim uma resposta estrutural ao ceticismo humeano sobre o “Eu”. Em *The Bounds of Sense*, Strawson interpreta a Apercepção Transcendental como a peça-chave para a defesa kantiana de uma identidade do sujeito que não é metafísica (como a substância pensante cartesiana) nem meramente psicológica (como o feixe humeano), mas sim uma identidade formal, uma “condição da possibilidade do conhecimento”.

A unidade transcendental não é o conhecimento do “Eu” como um objeto (substância), mas a consciência de que toda e qualquer representação possível deve ser minha para que possa ser algo para mim.

Quando um homem (sujeito de experiência) atribui a si mesmo um estado de consciência atual ou diretamente lembrado, nenhum uso de quaisquer critérios de identidade pessoal é exigido para justificar o seu uso do pronome ‘Eu’ para se referir ao sujeito dessa experiência... (Penso que se poderia dizer, sem exagero sério, que é porque Kant reconheceu esta verdade que o seu tratamento do sujeito é tão grandemente superior ao de Hume) (STRAWSON, 1966, p. 165).

A crítica de Kant à tradição é tripartida e profundamente articulada: dirige-se contra Hume, contra Descartes e, por fim, contra Leibniz — esta última desenvolvida adiante, na análise da Anfibolia dos Conceitos de Reflexão (cf. § 2.3.2), em que se demonstra que a identidade numérica não pode ser estabelecida pela mera análise de conceitos, sem a mediação da sensibilidade. Contra Hume, Kant argumenta que a mera associação empírica de ideias, embora possa explicar a unidade subjetiva da consciência, é insuficiente para fundamentar a validade objetiva do conhecimento. A ciência exige que suas leis sejam universais e necessárias, o que não pode ser derivado da contingência da experiência. É a unidade transcendental da apercepção que, ao conferir uma validade *a priori* à síntese das representações, fundamenta a possibilidade de um conhecimento objetivo, não apenas subjetivo. A lei da causalidade, por exemplo, não é uma mera expectativa psicológica baseada na repetição (Hume),

mas um princípio necessário do entendimento que permite a organização dos fenômenos em objetos de conhecimento.

Por outro lado, contra Descartes, Kant rejeita a ideia de que o "Eu penso" seja uma substância imaterial (*res cogitans*) que se conhece a si mesma de forma completa e imediata. Como Heidegger aponta em seus escritos sobre a Crítica, a autoconsciência kantiana não é uma substância, mas um *Dasein* que se realiza no ato de pensar. A autoconsciência pura de Kant é puramente formal e vazia de conteúdo. Como Allison argumenta em *Kant's Transcendental Idealism*, a apercepção transcendental é uma "condição formal" para o conhecimento, não um "conhecimento" em si mesmo do eu como um objeto:

Todas as minhas representações, em qualquer intuição dada, devem estar sob a condição pela qual apenas posso atribuí-las ao mesmo eu como minhas representações, e assim posso apreendê-las em conjunto, sintetizadas em uma apercepção, por meio da expressão geral 'Eu penso'. (ALLISON, 2004, p. 164.)

O "Eu penso" não é a intuição de uma substância, mas o princípio de que todo o diverso de uma intuição, para ser algo para mim, deve poder ser sintetizado em uma única consciência.

Essa condição, que a filósofa Patricia Kitcher chama de "Princípio da Apercepção", é a garantia de que as representações dispersas na sensibilidade não se perdem no caos, mas são subsumidas sob as categorias do entendimento e, por fim, reunidas na unidade de uma consciência. Essa "unidade objetiva", como Kant a denomina, distingue a condição do conhecimento humano de outras formas possíveis de intelecção. O "Eu penso" não é uma entidade que flutua separada do mundo, mas um princípio de organização que torna o mundo inteligível para nós. Ele não apenas acompanha, mas torna possível a própria experiência objetiva, sendo a pedra angular da arquitetura epistemológica kantiana. Lawrence Kaye resume com precisão a engenhosidade dessa articulação estrutural, que ele denomina "Trindade Transcendental":

Notemos também a elegância desse modelo: a unidade da consciência mostra a *necessidade* das categorias, a representação estabelece a sua *validade objetiva*, e a apercepção garante o nosso conhecimento *a priori* da aplicação das categorias, sendo este último o que torna esse modelo 'transcendental'. (KAYE, 2015, p. 53, tradução nossa).

CAPÍTULO 2: A NOÇÃO DE IDENTIDADE IMPLICADA NA PROPOSIÇÃO “EU PENSO”

No cerne da epistemologia kantiana, a apercepção transcendental designa a autoconsciência pura enquanto unidade de consciência que precede todos os dados da intuição. Longe de constituir uma propriedade substancial das coisas em si ou uma impressão psicológica, ela exprime a condição formal sob a qual o múltiplo sensível pode ser reunido numa mesma consciência. Uma representação é reconhecida como “minha” na medida em que pode ser acompanhada pelo mesmo eu penso; e é precisamente por poder ser assim acompanhada que ela pode ser ligada segundo regras universais do entendimento. A validade objetiva não precede essa síntese, mas consiste no modo de validade que as representações adquirem ao serem unificadas sob a unidade da apercepção. Sem essa unidade, as representações permaneceriam como dados dispersos, incapazes de serem relacionadas segundo regras comuns, de modo que não *haveria nem unidade da experiência nem possibilidade de objetividade* (KrV, B 132).

O "Eu penso" (*Ich denke*), é a proposição que, segundo Kant, "deve poder acompanhar todas as minhas representações" (KrV, B 131). Sem essa capacidade de atribuição a um eu idêntico, as intuições permaneceriam fragmentos desconexos, seriam "menos do que um sonho"¹⁰.

¹⁰ “As condições *a priori* de uma experiência possível em geral são, ao mesmo tempo, condições de possibilidade dos objetos da experiência. Ora, eu afirmo que as *categorias*, acima introduzidas, não são outra coisa que as *condições do pensamento numa experiência possível*, tal como o *espaço* e o *tempo* encerram as *condições da intuição* para essa mesma experiência. Portanto, aquelas são também conceitos fundamentais para pensar objetos em geral correspondentes aos fenômenos e têm validade objetiva *a priori*; era isso o que propriamente queríamos saber. Porém, a possibilidade, mesmo a necessidade destas categorias, repousa sobre a relação que toda a sensibilidade, e com ela todos os fenômenos possíveis, têm com a apercepção originária, na qual tudo necessariamente deve estar conforme às condições da unidade completa da autoconsciência, isto é, deve estar submetido às funções gerais da síntese, a saber, da síntese por conceitos, na qual unicamente a apercepção pode demonstrar *a priori* a sua identidade total e necessária. Assim, o conceito de uma causa não é outra coisa a não ser uma síntese (do que segue na série temporal com outros fenômenos) operada *por conceitos* e sem uma unidade desse gênero, que tem as suas regras *a priori* e submete a si os fenômenos, não se encontraria a unidade completa e geral, portanto necessária, da consciência no diverso das percepções. Estas, tampouco, pertenceriam a experiência alguma; ficariam, por consequência, sem objeto e apenas seriam um jogo cego de representações, isto é, menos do que um sonho.” (KrV A 111-12)

Essa apercepção pura, desprovida de conteúdo empírico, constitui-se paradoxalmente como regra primeira do entendimento, a condição formal a priori que possibilita toda atribuição de representações a um sujeito idêntico. Vale reter o princípio já transcrito acima (KrV, B 135): em si mesma analítica, a proposição da unidade necessária da apercepção declara, não obstante, como necessária uma síntese do diverso dado na intuição.

O cerne do paradoxo: embora a identidade do "eu" seja tautológica em sua enunciação formal ($A = A$), ela exige, como pré-condição invisível, uma síntese real do múltiplo sensível — sem a qual o "eu" não poderia sequer reconhecer-se como idêntico através de suas próprias representações. A tautologia lógica repousa, portanto, sobre um ato sintético transcendental.

Nesta perspectiva, a identidade do sujeito em Kant assume um caráter estritamente funcional e operatório. Longuenesse destaca, amparada nas *Reflexionen zur Metaphysik* (AA 18:670), que:

A identidade do sujeito em Kant possui caráter eminentemente funcional e operatório. O “*eu penso*” não designa uma substância, mas a atividade de síntese mediante a qual representações podem ser referidas a uma consciência una. A apercepção não consiste, portanto, numa introspecção de um eu substancial, mas na forma vazia da autoconsciência que estrutura a experiência. Como observa Kant nas *Reflexionen zur Metaphysik*, o *Ich* “não é a representação de um objeto, mas a forma pura da consciência que precede toda determinação empírica”. (Longuenesse 2001, 134)

Longuenesse acrescenta: "O 'Eu penso' não é o que conhecemos, mas o gesto incontornável que devemos pressupor para conhecer".¹¹

A identidade do sujeito na arquitetura da crítica kantiana não repousa em substrato algum, mas desvela-se como o próprio movimento sintético que engendra a unidade da experiência. Esse núcleo dinâmico, cristalizado na fórmula "Eu penso", opera como ato formal sempre presente, porém radicalmente irreduzível a qualquer positividade empírica — uma função vazia que precede e possibilita todo conteúdo concreto, conforme Kant insistia ao afirmar:

¹¹ Cf. Longuenesse 2001, p. 219.

Não podemos dar-lhe outro fundamento que não seja a representação *eu*, representação simples, por si só, totalmente vazia de conteúdo, da qual nem sequer se pode dizer que seja um *conceito* e que é apenas uma mera consciência que acompanha todos os conceitos. Por este "eu", ou "ele", "aquilo" (a coisa) que pensa, nada mais se representa além de um sujeito transcendental dos pensamentos = X, que apenas se conhece pelos pensamentos, que são seus predicados e do qual não podemos ter, isoladamente, o menor conceito; movemo-nos aqui, portanto, num círculo perpétuo, visto que sempre necessitamos, previamente, da representação do eu para formular sobre ele qualquer juízo; inconveniente que lhe é inseparável, pois que a consciência, em si mesma, não é tanto uma representação que distingue determinado objeto particular, mas uma forma da representação em geral, na medida em que deva chamar-se conhecimento, pois que só dela posso dizer que penso qualquer coisa por seu intermédio. (KrV, A 346/B 404).

Essa vacuidade constitui sua potência gerativa suprema: precisamente por transcender toda particularidade sensível, a apercepção transcendental ergue-se como horizonte condicional para a aparição de toda e qualquer objetividade. A tese de que "o eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações" (B 132) não é mera declaração psicológica; é o alicerce da validade objetiva. Ela garante que o múltiplo disperso no espaço e tempo possa ser unificado necessariamente pelas categorias, referindo-se a objetos transcendentais ao estado mental imediato.

Desse modo, a autoconsciência pura garante que o conteúdo sensível esteja necessariamente referido ao sujeito cognoscente, estabelecendo uma relação transcendental que converte o múltiplo disperso da intuição em um todo inteligível. Em suma, a Apercepção Transcendental opera como uma *metarregra* que, ao demandar a identidade do sujeito, estabelece a validade *a priori* das regras de unificação (as categorias) para os objetos, conforme delineado. É essa fundação formal, que distingue as regras *para pensar algo que pode expressar conhecimento* das meras regras lógicas, que legitima o uso dos conceitos puros do entendimento e nos conduz à análise de como essa síntese de unificação se efetiva na experiência.

A filosofia crítica de Kant ergue-se como uma reestruturação arquitetônica do problema do conhecimento, formulada estritamente para superar o impasse metodológico instaurado entre o racionalismo e o empirismo. Enquanto o racionalismo dogmático de Descartes, Wolff e Leibniz postulava a capacidade da razão pura de apreender realidades transcendentais — isto é, entidades situadas inteiramente além dos limites de qualquer experiência possível —, o empirismo

radical de Locke e Hume dissolvia o conhecimento em um fluxo de impressões sensíveis contingentes, arruinando a fundamentação de juízos dotados de necessidade e universalidade. Despertado de seu "sono dogmático" pela crítica humeana à causalidade, Kant não oferece uma mera síntese eclética dessas tradições, mas propõe uma inflexão metodológica: a investigação das condições transcendentais de possibilidade da própria experiência. Essa guinada epistemológica redefine o terreno da objetividade ao abandonar a exigência de conformidade passiva do pensamento a objetos dados, estabelecendo, em contrapartida, que os fenômenos devem conformar-se ativamente às estruturas cognitivas *a priori* do sujeito cognoscente.

A reestruturação arquitetônica operada por Kant afeta não apenas o estatuto do objeto, mas impõe uma redefinição radical da própria identidade do sujeito cognoscente. Nesse novo marco, a originalidade kantiana reside na premissa de que o sujeito não é um receptáculo passivo de dados, mas o agente ativo que impõe formas *a priori* ao caos fenomênico para tornar a objetividade possível. Essa é a essência da inversão metodológica exigida na *Crítica da Razão Pura*:

[...] até agora se admitiu que todo o nosso conhecimento se tinha de regular pelos objetos [...], experimente-se, portanto, uma vez, se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se devem regular pelo nosso conhecimento. (KANT, KrV, B XVI).

Ao transferir o fundamento da realidade objetiva para a estrutura do sujeito, conceitos como apercepção, identidade e unidade emergem não como propriedades ontológicas, mas como os verdadeiros pilares funcionais que articulam a relação entre as faculdades cognitivas.

Essa articulação sintética torna-se indispensável justamente pela natureza cindida da cognição humana, que provém de duas fontes radicalmente heterogêneas: a sensibilidade, enquanto receptividade passiva que acolhe as representações intuitivas, e o entendimento, enquanto espontaneidade que as pensa e organiza discursivamente através de conceitos. Nesse quadro de dupla fonte, a identidade do "Eu penso" emerge não como a intuição mística de uma substância ou como um mero conceito empírico, mas estritamente como uma representação puramente intelectual, a forma vazia da consciência que precede a empiria. É exclusivamente essa função operatória que acompanha a

multiplicidade das representações heterogêneas e as eleva ao nível rigoroso dos conhecimentos.

Por conseguinte, o princípio fixado na célebre fórmula de que "o *eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações" (KrV, B 131/132) ultrapassa o status de um mero postulado lógico para revelar-se como a condição *sine qua non* da própria objetividade do conhecimento. Através dessa necessária possibilidade de autoatribuição representacional, instaura-se o liame estrutural e indissociável entre a consciência de si e a consciência de objetos. Para que o múltiplo sensível não se dissipe, é imperativo que o sujeito o integre em uma consciência coerente, provando que a subjetividade pensante e a validade universal das categorias se fundamentam mútua e simultaneamente na incontornável identidade da apercepção.

Longe de configurar um substrato ontológico à maneira da *res cogitans* cartesiana, a identidade do sujeito em Kant desvela-se como ato sintético primordial — atividade pura e incessante de unificação que precede e possibilita toda representação objetiva. Esse núcleo dinâmico, cristalizado na fórmula do "Eu penso", manifesta-se como função formal sempre pressuposta, cuja natureza irreduzível à empiria concreta funda a própria distinção entre o fenomênico e o transcendental. Na medida em que toda síntese do múltiplo sensível remete, em última instância, a esta unidade originária da consciência, revela-se que o sujeito transcendental não é uma substância material ou imaterial oculta, mas uma relação pura. Compreender a identidade subjetiva como relação pura significa reconhecer que a representação "Eu" é, por si só, totalmente vazia de conteúdo empírico ou intuitivo. Conforme o próprio Kant adverte, pelo pronome "Eu" nada mais se representa além de um "sujeito transcendental dos pensamentos = X", o qual não pode ser apreendido isoladamente, mas apenas conhecido indiretamente por meio dos pensamentos que operam como seus predicados relacionais. A existência desse sujeito esgota-se inteiramente na atividade de vincular: ele é a exigência lógico-formal de que as representações dispersas sejam referidas a uma mesma autoconsciência. Assim, o "Eu" não é uma entidade passiva que possui pensamentos, mas o ato relacional ininterrupto que une o múltiplo sensível na

forma do juízo, consistindo estritamente em uma vigência lógico-transcendental. A consequência radical desse movimento fundacional manifesta-se na compreensão de que a identidade do sujeito não pode ser concebida como um dado substancial, mas deve ser entendida como uma realização performativa que se efetiva através do próprio ato de julgar. O "Eu penso" kantiano configura-se, assim, como gesto originário que, ao unificar representações dispersas, simultaneamente constitui a si mesmo como polo unificador - vertente subjetiva indissociável do processo de constituição da objetividade.

A fundamentação da identidade na transição de estados, na leitura de Dieter Henrich (1994, p. 188), exige a superação estrutural da certeza cartesiana pontual em favor de um modelo estritamente diacrônico e regrado. O problema central que Henrich identifica é que a certeza do *cogito* cartesiano garante a existência do sujeito apenas no instante exato e isolado em que o pensamento ocorre, consistindo em uma certeza sincrônica incapaz de sustentar a continuidade do "Eu" ao longo do tempo.

Para que a autoconsciência seja possível, o sujeito precisa reconhecer-se como numericamente idêntico em diferentes tempos, o que significa que a sua identidade deve ser atestada precisamente na *transição* contínua de um estado mental representacional para outro. A representação de si mesmo como idêntico através do fluxo temporal deriva intrinsecamente da unidade diacrônica do conteúdo dos pensamentos. Se a transição de um estado mental para o estado seguinte fosse puramente contingente, fluida ou regida apenas por leis empíricas de associação (como no modelo humeano), o sujeito se dissolveria na sucessão do tempo: ele teria um eu tão multicolor e diverso quanto a multiplicidade de representações das quais tem consciência empírica.

Para resolver esse impasse, Henrich demonstra que a transição entre estados não pode ser cega, devendo ser estruturada pelo que ele denomina "modos constantes de transição". Como elucida o próprio texto kantiano, a mente só consegue pensar a identidade de si mesma na diversidade de suas representações sucessivas:

Pois o espírito não poderia pensar a identidade de si próprio na multiplicidade das suas representações e até

pensá-la a priori se não tivesse diante dos olhos a identidade da sua acção, que submete toda a síntese da apreensão (que é empírica) a uma unidade transcendental e torna primeiramente possível a sua ligação segundo regras a priori. (A 108)

Essas regras universais que garantem a constância da transição são, precisamente, as categorias do entendimento.

Nesse sentido, a identidade da consciência em diferentes tempos opera como a condição formal e incondicionada dos pensamentos e de sua conexão. A consciência que o sujeito tem dessa identidade contínua não advém de uma intuição interna e passiva de uma "alma", mas consiste exclusivamente em um pensamento, uma consciência puramente intelectual de sua própria faculdade de combinação e síntese. O sujeito só sabe que permanece o mesmo ao longo da transição de seus estados internos porque é ele quem aplica de modo ininterrupto as regras necessárias (as categorias) para conectar uma representação à outra, conferindo a essa transição uma ordem objetiva.

Por conseguinte, a análise de Henrich evidencia que a identidade do "Eu penso" não é um dado ontológico, um ente ou uma substância pré-existente a ser descoberta pela introspecção, mas uma conquista funcional e operatória. A autoconsciência da própria identidade ao longo da sucessão temporal exige que a transição das representações se efetue segundo regras de síntese. Não se trata, evidentemente, de uma consciência tética e explícita dessas regras — que só a reflexão transcendental alcança —, mas de sua vigência efetiva no próprio ato de ligar as representações. O argumento consolida, assim, a tese de que a manutenção da certeza da identidade subjetiva (o Eu como sujeito idêntico) e a constituição de um conhecimento objetivo no tempo são processos inseparáveis e mutuamente dependentes.

Dando continuidade à tese da identidade como atividade, Longuenesse demonstra que o ego de Freud ecoa a unidade sintética da apercepção ao definir a subjetividade como uma consciência de atividade mental pela qual o sujeito se toma como responsável, ancorando a vacuidade formal de Kant na concretude do ego corporal o "Eu penso" kantiano e o ego freudiano (*das Ich*) no que tange à natureza lógico-formal da subjetividade. A filósofa argumenta

que o "Ego" metapsicológico constitui o descendente mais direto da análise kantiana da apercepção, visto que ambos recusam a noção de uma substância fixa em favor de uma ordenação dinâmica de processos mentais. Longuenesse justifica textualmente essa profunda homologia na seguinte passagem:

A organização de eventos mentais que Freud chama de 'ego' é governada pelo que Freud chama de 'princípio de realidade', e os seus conteúdos são estruturados de acordo com regras lógicas elementares, permitindo-nos adquirir uma representação perceptiva confiável do mundo. A 'unidade da apercepção' ou 'unidade da consciência' de Kant é governada por regras da imaginação, bem como por regras lógicas do juízo e da inferência, segundo as quais os conteúdos dos próprios estados representacionais estão confiavelmente relacionados a objetos que existem de forma independente. Assim, o conceito de ego de Freud, embora pertencendo ao contexto de uma investigação psicológica ou clínica, oferece um notável paralelo, nesse contexto, ao conceito de Kant de unidade da apercepção [...] (LONGUENESSE, 2017, p. 2, *tradução nossa*).

Quando Freud enfatiza que o ego é, antes de tudo, um ego corporal, ele reconhece o papel fundante do corpo como matriz originária da identidade empírica, o que ressoa com a necessidade de que a autoconsciência abstrata do "Eu" preveja uma ancoragem na intuição empírica.

Como observa Longuenesse (2017, p. 9), a metapsicologia freudiana representa um "passo intermediário significativo" no processo de naturalização do sujeito transcendental kantiano. O ego freudiano atua como a instância mediadora que sintetiza as pulsões inconscientes — análogas ao múltiplo sensível interno — com as exigências do mundo externo, cumprindo, assim, uma função estruturalmente similar àquela desempenhada pela imaginação transcendental no sistema crítico.

O "Eu penso" consolida-se como o princípio articulador das conexões lógicas necessárias, organizando de maneira sistemática conceitos e intuições no tecido coerente da experiência possível. A máxima kantiana de que "a consciência de si mesmo está, pois, ainda longe de ser um conhecimento de si mesmo" (KANT, KrV, B 158) evidencia o abismo intransponível entre a forma pura da apercepção e o conteúdo determinado do eu empírico, mostrando que a autoconsciência não consiste em uma substância ou núcleo fixo, mas na própria função dinâmica ininterrupta que sustenta a unidade do sujeito.

Consequentemente, a identidade transcendental não é um mistério a ser decifrado, nem uma entidade substancial que preexiste à cognição e apenas "se manifesta" por meio do ato. Pelo contrário, ela consiste estritamente na própria unidade formal e contínua do ato sintético. A identidade não é algo distinto da operação que unifica; ela é a própria constância lógico-estrutural invariável dessa função. Como demonstra Longuenesse (2017, p. 143) para afastar qualquer ilusão ontológica, a consciência da identidade de si mesmo é uma consciência puramente intelectual, e não atesta nada além da consciência ativamente engajada em realizar a unidade, o "manter junto" das próprias representações. O uso do termo 'Eu' na proposição 'Eu penso', assevera a autora, "baseia-se em nada além da consciência de uma atividade mental que se toma como própria em virtude do fato de que o sujeito toma a si mesmo como responsável pela correção de seus conteúdos e de suas conexões" (LONGUENESSE, 2017, p. 6, tradução nossa).

É exclusivamente esse ato contínuo que, em sua vacuidade formal, funda a própria possibilidade de toda experiência determinada, revelando que sujeito e objeto emergem correlata e indissociavelmente de uma mesma operação transcendental. Dessa maneira, Kant demonstra que a unidade da apercepção é a base estrutural que permite tanto a coesão interna do sujeito quanto a objetividade do mundo, consolidando o núcleo do projeto transcendental e a extrema sofisticação de sua filosofia da experiência.

Esta dissertação procurou demonstrar a tese central de que a identidade na filosofia transcendental de Immanuel Kant, cristalizada na proposição "Eu penso", não é a identidade ontológica de uma substância a ser descoberta, mas uma identidade estritamente lógica e formal. A autoconsciência transcendental é pensada sem que haja qualquer intuição de um objeto permanente que corresponda a esse pensamento. Contudo, a investigação procurou mostrar que essa identidade lógica não paira no vácuo: a atividade sintética, ativa e incessante, atua como a condição incondicionada sem a qual não seria possível ao sujeito ter consciência da própria identidade. Essa tese — a de que a identidade lógica do sujeito repousa sobre um ato sintético que a torna possível — foi sustentada por meio de uma análise estrutural que articulou duas vias

metodológicas complementares: a via positiva, focada na constituição da unidade da experiência, e a via negativa, centrada na crítica às ilusões da psicologia racional. No escopo dessa via negativa, a análise estrutural do Terceiro Paralogismo — o Paralogismo da Personalidade, examinado no § 2.3.2 — cumpriu um papel decisivo para o problema da identidade, ao mostrar que a identidade formal do sujeito em diferentes tempos não nos fornece a intuição de um objeto permanente e, portanto, não serve de prova para a identidade numérica de uma pessoa ou substância. O cerne da contribuição desta pesquisa reside, pois, na identificação de uma arquitetura de quatro unidades fundamentais, que revela a complexidade e a profundidade com que Kant redefine o estatuto do sujeito. A seguir, será recapitulado o percurso argumentativo que fundamentou essas conclusões, consolidando a compreensão de que a identidade lógica kantiana apoia-se inescapavelmente na atividade de síntese como sua condição de possibilidade.

No primeiro capítulo, articulou-se a distinção de quatro tipos de unidade como um recurso metodológico para a interpretação da filosofia crítica. O mérito central dessa separação reside na clareza e na diferenciação analítica que ela proporciona para a leitura da Dedução Transcendental. Ao delimitar esses diferentes níveis de operação do entendimento, a estrutura evidencia que a autoconsciência não é um dado estático, mas um princípio inseparável da atividade sintética que engendra a objetividade da própria experiência. As quatro unidades foram identificadas e analisadas da seguinte forma:

- i) Unidade analítica da consciência (*conceptus communis*): responsável pela identidade lógica das representações.
- ii) Unidade sintética da consciência: que efetua a combinação do múltiplo sensível na constituição de objetos.
- iii) Unidade analítica da autoconsciência: que estabelece o "Eu penso" como referência formal unificada.
- iv) Unidade sintética da autoconsciência (unidade originariamente sintética da apercepção): o ato fundante que simultaneamente possibilita a síntese objetiva e constitui a própria unidade do sujeito transcendental.

Uma vez estabelecida a estrutura formal da autoconsciência, a investigação pôde proceder à análise de sua dinâmica operatória: o modo como essa arquitetura atua como uma função lógica e contínua, estabelecendo um diálogo crítico com a tradição filosófica.

O segundo capítulo consolidou essa arquitetura ao submetê-la ao escrutínio da Dialética Transcendental. A crítica aos Paralogismos revelou-se não meramente destrutiva; ao dismantelar a inferência de uma *res cogitans* a partir da constatação do *cogito*, Kant liberou o "Eu penso" de seu fardo ontológico, ratificando a sua verdadeira natureza estritamente formal. De forma complementar, o contraste com a filosofia de Hume demonstrou que mesmo o ceticismo radical, ao postular a mente como um mero "feixe de percepções", pressupõe sub-repticiamente a unidade sintética que afirma negar, o que evidencia que a síntese não é uma hipótese contingente, mas a condição inescapável de qualquer consciência, por mais fragmentada que pareça. Finalmente, a análise da Refutação do Idealismo, desenvolvida ao final do § 2.3.2, solidificou o argumento ao estabelecer que a determinação da autoconsciência no tempo exige a percepção de um permanente espacial externo como sua condição de possibilidade, selando assim a interdependência indissolúvel entre sujeito e objeto.

A compreensão de que a identidade lógica da apercepção exige a atividade sintética como sua incondicionada condição de possibilidade representa a culminação da "Revolução Copernicana" de Kant. Ao transpor o fundamento da objetividade do mundo para a legislação do sujeito cognoscente, Kant não apenas redefine a subjetividade, mas também a própria natureza do conhecimento. Ao postular que o sujeito não é uma entidade substancial a ser encontrada, mas uma unidade formal que só se deixa pensar em virtude da atividade incessante de unificação, Kant oferece uma solução robusta ao impasse entre racionalismo e empirismo, redefinindo o próprio terreno do debate. Ao demonstrar que as condições de possibilidade da experiência são, ao mesmo tempo, as condições dos objetos da experiência, ele prova que tanto o acesso direto do racionalismo a um "real" em si mesmo, quanto a dissolução cética do empirismo em meras impressões são questões mal formuladas, pois

ambas pressupõem uma separação dogmática entre o sujeito e a objetividade que a sua filosofia transcendental supera.

A robustez teórica deste modelo foi dissecada e debatida por diversos comentadores contemporâneos. P. F. Strawson, por exemplo, corrobora o primado lógico da apercepção ao demonstrar que a autoatribuição de estados mentais dispensa o recurso a critérios empíricos de identidade, muito embora discorde frontalmente da tese kantiana central ao rejeitar que a objetividade possa ser fundamentada na subjetividade transcendental. Já Patricia Kitcher refina o modelo distinguindo a *mineness* (o pertencimento) subjetiva e pré-reflexiva da *togetherness* (a união) objetiva das representações. Béatrice Longuenesse, por sua vez, traça profícuos paralelos entre a função sintética regulada do "Eu penso" e as exigências do ego freudiano. Na esfera clínica, essa primazia lógico-formal encontra uma confirmação dramática em casos como o da paciente Christina, a "dama desincorporada" descrita por Oliver Sacks: mesmo tendo perdido por completo a consciência empírica e proprioceptiva de seu corpo, a paciente manteve intacta a capacidade de usar o pronome "Eu" com pleno significado e de organizar logicamente seus pensamentos. Esse exemplo corrobora que a unidade formal da apercepção opera em um registro incondicionado e mais fundamental do que a autoconsciência empírica. A identidade kantiana revela-se, portanto, não como a síntese ela mesma, mas como a constância formal e lógica que só se sustenta no exercício contínuo do ato de unificar: ela é a forma invariável desse ato, e não um seu produto nem uma entidade que o precederia.

2.1. O *Eu Penso* e a Distinção entre Identidade Formal e Empírica

A distinção kantiana entre unidade analítica e unidade sintética da autoconsciência revela a complexidade da identidade transcendental. A unidade analítica refere-se à identidade lógica do "Eu" que se conserva a mesma através da diversidade dos juízos que profere: não se trata da diversidade de predicados internos a um juízo tautológico como "A é A", mas da identidade do sujeito que

acompanha, como um mesmo “Eu penso”, a multiplicidade de suas representações e predicções. Contudo, essa unidade pressupõe uma síntese prévia: para que diferentes representações sejam subsumidas sob um conceito comum (e.g., “todas estas intuições são casas”), é necessário que tenham sido previamente reunidas em uma consciência unificada. Kant argumenta que “a unidade analítica da consciência só é possível sob a pressuposição de uma unidade sintética” (KrV, B 133).

A teoria contemporânea sobre o “*eu penso*” de Kant distingue cuidadosamente entre *unidade* e *identidade*. No §16 da *Dedução Transcendental*, Kant mostra que a unidade sintética da apercepção é a condição que torna possível a identidade do sujeito: ela sintetiza as diversas representações sob o mesmo *eu penso*. Entretanto, a identidade não se confunde com a unidade; enquanto a unidade constitui a atividade formal de síntese, a identidade emerge como o reconhecimento de que essas representações pertencem a um mesmo sujeito. Strawson (STRAWSON, 1966, p. 165) enfatiza o aspecto de posse imediata (*mineness*), mostrando que os estados mentais são “meus”, mas não explica como múltiplos estados são conectados. Kitcher (2011, p. 4) por sua vez, introduz a noção de *togetherness*, destacando que o “eu penso” exige a articulação de múltiplos estados mentais em um sujeito unificado. Dessa forma, a identidade do eu não é um dado imediato, mas um resultado da síntese operada pela unidade sintética da apercepção, o que transforma o princípio kantiano em uma ferramenta epistemológica robusta para compreender a coesão da experiência e do pensamento racional.

A unidade subjetiva da apercepção refere-se essencialmente à associação contingente de representações, mecanismo pelo qual as imagens e sensações se conectam no fluxo do sentido interno segundo leis psicológicas empíricas. Trata-se de uma conexão fugaz, que varia de indivíduo para indivíduo — como quando uma mesma palavra evoca imagens completamente diferentes em pessoas distintas, dependendo de seus hábitos ou de seu estado emocional. Essa unidade empírica da consciência é, portanto, subjetivamente válida, mas carece por completo de universalidade e necessidade objetiva. Em contraste

radical com esse mecanismo associativo, a unidade transcendental da apercepção constitui o fundamento incondicionado do conhecimento objetivo. Ela é definida por Kant como "aquela pela qual todo o diverso dado numa intuição é reunido num conceito do objeto" (B 139). Essa unidade superior é estritamente objetiva porque, independentemente de quaisquer inclinações ou associações da fantasia, ela se funda na "relação necessária do diverso da intuição a um: eu penso" (B 140).

Para demarcar de maneira inequívoca essa fronteira epistemológica entre a estrutura formal do pensamento e o fluxo transitório das percepções, Kant oferece uma explicação exaustiva na *Crítica da Razão Pura*. Nesse momento, o filósofo explicita por que a validade objetiva só pode derivar da apercepção originária, contrapondo-a expressamente às determinações mutáveis do sentido interno:

Diz-se, por isso, que é objetiva e tem de ser distinguida da unidade subjetiva da consciência, que é uma determinação do sentido interno, pela qual é dado empiricamente o diverso da intuição para ser assim ligado. Depende das circunstâncias ou das condições empíricas, em que eu possa empiricamente tomar consciência do diverso como simultâneo ou como sucessivo; daí que a unidade empírica da consciência, por meio da associação de representações, diga respeito a um fenômeno e seja inteiramente contingente. Em contrapartida, a forma pura da intuição no tempo, simplesmente como intuição em geral, que contém um diverso dado, está submetida à unidade original da consciência, apenas através da relação necessária do diverso da intuição a um: eu penso; ou seja, pela síntese pura do entendimento, que serve *a priori* de fundamento à síntese empírica. Só essa unidade é objetivamente válida; a unidade empírica da apercepção, que aqui não consideramos e que, além disso, só é derivada da primeira, sob condições dadas *in concreto*, apenas tem validade subjetiva. Uns ligam a representação de certa palavra com uma coisa, outros com outra; a unidade da consciência, no que é empírico, não tem valor necessário e universal em relação ao que é dado. (B 140).

Ao estabelecer essa separação rigorosa, Kant acrescenta uma dimensão arquitetônica decisiva à sua investigação: a distinção entre o "eu lógico" e o "eu psicológico". Enquanto o sujeito psicológico — o eu empírico apreendido pelo sentido interno — é concebido como fluido, instável e inteiramente sujeito às variações da memória, do humor e das contingências da associação, o sujeito lógico ou transcendental permanece invariável. A identidade formal não é extraída da experiência, mas atua como a forma vazia e *a priori* que estrutura o próprio juízo. O "Eu penso" não designa, portanto, um substrato material ou uma entidade passível de ser capturada pela introspecção, mas a atividade contínua

de síntese que torna a experiência fenomênica possível. Como o próprio Kant consolida de forma lapidar em sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, advertindo contra a confusão entre essas duas instâncias subjetivas: “Este ‘Eu’ não possui conteúdo intuitivo; é a consciência pura que acompanha todos os conceitos como pura espontaneidade” (KANT, *Anth*, AA 07: 134).

É nesse sentido que se encontra a solução kantiana para o dilema da identidade pessoal: o “Eu” não persiste como um núcleo substancial ou entidade empírica, mas como uma função sintética contínua que organiza a experiência. Para compreender o alcance dessa formulação, é imprescindível explicitar o caráter estritamente formal dessa estrutura, que Kant denomina de *identidade lógica*. Como a literatura especializada tem demonstrado, a identidade da apercepção não designa a permanência de um objeto no tempo, mas a constância de uma regra de unificação.

Aprofundando esse caráter formal, Tobias Rosefeldt, em *Kant's Self: Real Entity and Logical Identity* (2003), argumenta que o modelo kantiano exige uma separação rigorosa entre uma identidade ontológica (de uma entidade real) e uma identidade puramente lógica. O “Eu” opera como um termo logicamente singular, atuando como o sujeito absoluto que acompanha e unifica todos os juízos possíveis. No entanto, Rosefeldt alerta que o fato de o “Eu” exercer essa identidade lógica na conexão sintética dos pensamentos não autoriza a inferência metafísica de que ele corresponda a uma entidade real ou a uma substância numericamente idêntica. É precisamente no contexto dos Paralogismos da Razão Pura — em especial no Terceiro Paralogismo da Personalidade — que Kant desfaz essa ilusão dogmática. O filósofo adverte que a consciência da própria identidade em diferentes tempos não garante a permanência ontológica do sujeito, formulando sua crítica de maneira lapidar:

A identidade da consciência de mim mesmo em diferentes tempos é, portanto, apenas uma condição formal dos meus pensamentos e da sua conexão, mas não prova de modo algum a identidade numérica do meu sujeito, no qual — apesar da *identidade lógica do Eu* — pode ocorrer uma mudança que não lhe permite manter a sua identidade; e isto não obstante atribuir-se-lhe sempre o “Eu” que soa de forma idêntica, o qual, em qualquer outro estado, mesmo na substituição do sujeito, conservaria sempre o pensamento do sujeito anterior, podendo assim transmiti-lo ao seguinte. (A 363).

Portanto, ao esvaziar o sujeito de qualquer conteúdo empírico ou substancial, Kant não o aniquila, mas preserva a sua necessidade arquitetônica como condição incontornável de possibilidade do conhecimento objetivo. A identidade do "Eu", que constitui o fio condutor desta investigação, revela-se em sua plenitude não como a descoberta de um ente metafísico, mas como a atuação de um operador lógico-transcendental incondicionado. Fica assim demonstrado que a Autoconsciência Pura não é um dado da introspecção psicológica, mas a matriz funcional que torna o mundo inteligível. O sujeito empírico, imerso no fluxo transitório do tempo e apreendido pelo sentido interno (sujeito às contingências da memória e do humor), carece de estabilidade própria; ele só adquire coesão, unidade e sentido objetivo porque está invariavelmente ancorado nessa função originária. Para arrematar essa discussão e consolidar de forma definitiva a hierarquia absoluta dessa estrutura transcendental sobre a dimensão fenomênica, Kant estabelece a seguinte subordinação:

O "eu" do sentido interno (a alma como fenômeno) é apenas uma representação, mas a sua determinação só pode ser ordenada em relação à apercepção transcendental como seu fundamento. (A 383).

2.2. O Eu Penso na Crítica e no Diálogo com a Tradição

Em sua ambição de desvendar os fundamentos da experiência possível, Kant atribui à identidade um papel radicalmente distinto das tradições metafísicas precedentes. Longe de ser uma propriedade substancial, a identidade revela-se, sob o escrutínio transcendental, uma função constitutiva ativa, desempenhada pelo sujeito cognoscente na organização do múltiplo sensível em um mundo objetivo e coerente. O "Eu penso" não denota uma substância, mas a atividade contínua de síntese que torna possível atribuir representações a uma consciência unificada.

A gênese dessa função sintética desenrola-se na *Crítica da Razão Pura* por meio de um embate direto com a psicologia racional cartesiana, estabelecendo um diálogo no qual a desconstrução da ilusão metafísica é vital para a compreensão do estatuto do "Eu". Embora, na arquitetura da obra, a fundamentação positiva da apercepção transcendental seja estabelecida na Analítica dos Conceitos — precedendo, portanto, a desconstrução das ilusões

da tradição dogmática na Dialética —, a relação hermenêutica entre essas duas instâncias é de profunda complementaridade. A rigor, a crítica aos Paralogismos não prepara cronologicamente o terreno para a Dedução, mas atua como o seu coroamento crítico e limitador.

É precisamente ao desmontar a ilusão metafísica — que transforma a unidade lógica do pensamento em uma *res cogitans* (substância pensante) — que Kant esclarece, em definitivo, os limites e o caráter puramente funcional do sujeito. Como argumenta Beatrice Longuenesse, a crítica de Kant aos Paralogismos possui um desfecho não apenas negativo, mas produz um resultado duplamente positivo: ao diagnosticar o erro dos racionalistas, que derivavam um conhecimento metafísico *a priori* de uma entidade a partir do mero ponto de vista de primeira pessoa do pensamento, Kant consegue demarcar de forma irrefutável o contraste entre a atividade de pensar e a natureza da entidade que pensa. A refutação da tradição blinda a concepção do "Eu", consolidando-o estritamente como condição formal de síntese.

Para fixar essa transmutação filosófica radical e afastar qualquer resquício de ontologia dogmática, Kant adverte que não há qualquer intuição que dê o sujeito como coisa em si, isto é, como um ente cognoscível na sua substancialidade. Isso não suprime o eu empírico: no sentido interno o sujeito é, sim, dado a si mesmo como fenômeno, mas apenas como aparece, e nunca como é em si mesmo. É na exposição do Primeiro Paralogismo que o filósofo estabelece, de forma lapidar, a vacuidade substancial do "Eu penso", reduzindo-o ao papel de um mero operador lógico-transcendental:

Não podemos dar-lhe outro fundamento que não seja a representação *eu*, representação simples, por si só, totalmente vazia de conteúdo, da qual nem sequer se pode dizer que seja um conceito e que é apenas uma mera consciência que acompanha todos os conceitos. Por este "eu", ou "ele", ou "aquilo" (a coisa) que pensa, nada mais se representa além de um sujeito transcendental dos pensamentos = X, que apenas se conhece pelos pensamentos, que são seus predicados e do qual não podemos ter, isoladamente, o menor conceito; movemo-nos aqui, portanto, num círculo perpétuo, visto que sempre necessitamos, previamente, da representação do eu para formular sobre ele qualquer juízo. (A 346/B 404).

Assim, quando Kant proclama no § 25 que "o 'Eu penso' expressa o ato de determinar minha existência", ele o faz ancorado nessa dupla via (a construtiva da Analítica e a destrutiva da Dialética): a identidade deixa de ser atributo de um

substrato ontológico (a alma da tradição metafísica) para converter-se, exclusivamente, na função sintética incondicionada e constitutiva da experiência.

Kant desmonta a pretensão de transformar a unidade lógica do pensamento em uma substância metafísica — a “alma”. Para a psicologia racional, o “*Eu penso*” justificaria a existência de um substrato ontológico permanente, confundindo a unidade lógica do sujeito que pensa com a percepção de um objeto real, o que Kant chama de paralogismo (A 348). O “*Eu penso*” é um ato de espontaneidade que deve acompanhar todas as representações, possibilitando que sejam reconhecidas como pertencentes a um mesmo sujeito. Essa unidade sintética da apercepção não é uma propriedade de uma alma imaterial, mas a condição formal que torna possível a experiência, reunindo o diverso da intuição em conceitos de objetos e garantindo a coerência da consciência. Kant substitui, assim, as ilusões da psicologia racional — a simplicidade do “Eu”, a identidade pessoal como permanência de uma substância — por uma forma vazia que estrutura o juízo e regula a experiência. Em termos figurativos, se a psicologia racional concebia o “Eu” como uma pedra preciosa escondida, a crítica kantiana o apresenta como a luz que ilumina a caixa: não se vê a luz em si, mas é graças a ela que tudo dentro da caixa — a experiência — se torna visível e inteligível.

A imaginação transcendental desempenha, nesse cenário, o papel mediador incontornável no sistema crítico: a sua síntese figurativa (*synthesis speciosa*) é o exato mecanismo pelo qual as categorias adquirem realidade objetiva ao serem aplicadas às intuições espaço-temporais. Como faculdade ativa e espontânea, a imaginação serve de ponte estrutural entre a receptividade da sensibilidade e a discursividade do entendimento. Como demonstra rigorosamente Beatrice Longuenesse (2001, p. 195) a *synthesis speciosa* introduzida na Dedução B não anula, mas unifica e coroa os três estágios da célebre doutrina da síntese tríplice exposta na Dedução A: a apreensão na intuição, a reprodução na imaginação e o reconhecimento no conceito. É nesta última etapa que o conceito atua como a própria “consciência da unidade da síntese”, conferindo a indispensável coerência inteligível ao fluxo representacional empírico. Sem essa unidade de regra, a síntese do múltiplo careceria das condições que tornam a unidade da apercepção possível, sendo incapaz de constituir a representação de um objeto.

A extrema fecundidade dessa dinâmica arquitetônica é ilustrada de maneira lapidar pela percepção empírica de um objeto complexo, como uma casa. Ao observá-la, as intuições isoladas de portas, janelas e paredes são fatalmente apreendidas de forma sucessiva no sentido interno. Contudo, como aponta Longuenesse, nós distinguimos essa sucessão meramente subjetiva da simultaneidade objetiva das partes da casa precisamente porque a imaginação figurativa relaciona essas determinações a um objeto permanente, orientada por uma regra categorial e impulsionada por um *conatus* intelectual em direção ao juízo. É neste exato ponto de inflexão que a leitura de Patricia Kitcher se torna decisiva para afastar qualquer resquício de empirismo psicológico da teoria kantiana. Patricia Kitcher (2011, p. 136) esclarece que as intuições isoladas e fugazes no fluxo do sentido interno possuem, por si sós, apenas uma filiação subjetiva dispersa e pré-reflexiva, vinculada ao mero sentimento de que a percepção me pertence (a *minenness* ou autoatribuição sem critérios de identidade). Essas representações isoladas só adquirem a verdadeira coesão objetiva — a *togetherness* — mediante um vigoroso ato sintético guiado pelas categorias, que transforma o agregado sucessivo de percepções na unidade estruturada e simultânea de um evento ou objeto.

Portanto, a identidade objetiva da casa através do fluxo temporal — sua permanência como o mesmo objeto fenomênico ontem, hoje e amanhã — não repousa de forma alguma na descoberta de um núcleo metafísico oculto, tampouco em uma essência material incognoscível. Pelo contrário, como argumenta Henry Allison essa garantia de permanência reflete diretamente a natureza do próprio "Eu penso", que atua não como um núcleo substancial passivo ou uma *res cogitans* dogmática, mas estritamente como um "operador transcendental". Em outras palavras, a identidade transcendental funcional atua como o definitivo "antídoto transcendental contra a dissolução humeana do eu no fluxo de percepções desconexas" (ALLISON, 2004, p. 297). É a atividade normativa, espontânea e incessante deste sujeito que, ao unificar suas representações dispersas sob a regra rigorosa de um objeto idêntico e durável, consolida a experiência fenomênica em um mundo consistente e logicamente articulado.

À guisa de conclusão para esta etapa da investigação, torna-se evidente que a Revolução Copernicana atinge aqui o seu ápice. Ao esvaziar a autoconsciência de qualquer densidade ontológica e reduzi-la a um princípio puramente formal e sintético, Kant não aniquilou o sujeito, mas o entronizou como a condição incontornável de inteligibilidade da natureza. A proposição "Eu penso" revela-se, assim, como o motor primordial de toda a maquinaria cognitiva: uma função operatória contínua que, ao amarrar o múltiplo sensível na *synthesis speciosa* da imaginação, forja, em um único e mesmo ato, a unidade do objeto conhecido e a identidade do sujeito cognoscente. Fica definitivamente estabelecido, portanto, que a autoconsciência pura não é uma entidade inerte a ser descoberta pela introspecção, mas a matriz lógico-transcendental incondicionada sem a qual o próprio horizonte da experiência objetiva colapsaria.

2.2.1 Juízos e Categorias como Arquitetos da Experiência Objetiva

A verdadeira fecundidade da concepção kantiana da identidade brilha com intensidade peculiar quando examinada através de exemplos concretos que iluminam o mecanismo sutil pelo qual a constância do "Eu penso" tece a trama da realidade percebida. Considere a percepção empírica de um objeto complexo, como uma casa. Os sentidos nos oferecem uma multiplicidade desconexa, sucessiva e fugidia: a textura áspera das paredes sob os dedos, o reflexo da luz numa janela, a inclinação distinta do telhado contra o céu, o som do vento assobiando numa fresta. Cada uma dessas intuições é, em si mesma, um dado isolado e momentâneo, um *punctum* no fluxo da consciência, tão separado e distinto quanto Hume insistira que todas as percepções deveriam ser. No entanto, não experimentamos um caos de sensações sucessivas; experimentamos uma casa unitária. Esta transição fundamental do múltiplo sensorial para um objeto persistente não ocorre por um mero hábito associativo, mas exige a vigência de um sujeito numericamente idêntico que perpassasse e unifique toda a sucessão apreendida.

É precisamente neste ponto que a função das categorias revela o seu elo indissolúvel com a identidade da apercepção. O entendimento não aplica a categoria de substância — aquela noção de algo que subsiste enquanto os acidentes variam — como uma mera ferramenta externa de classificação; pelo

contrário, as categorias são as próprias regras pelas quais o "Eu penso" assegura a sua identidade ininterrupta ao longo do tempo. Quando a janela vista de relance não desaparece na névoa do esquecimento, mas é ativamente retida e conectada ao telhado mediante o esquema transcendental da permanência, isso só é objetivamente possível porque a consciência que apreende a primeira representação tem de ser rigorosamente a mesma consciência que apreende a última. Cada tijolo percebido e cada sombra projetada figuram como um convite à síntese, respondido pelo entendimento não apenas para ordenar o mundo, mas para que o sujeito não se fragmente na multiplicidade do sentido interno.

Desse modo, a transformação de um agregado de qualidades em um "isto" persistente — que reconhecemos como a mesma casa ontem, hoje e amanhã — não é a descoberta de um núcleo material oculto, mas o correlato estrito da identidade funcional do sujeito. A permanência do objeto atua como o espelho que reflete a unidade lógica incondicionada da autoconsciência pura. Logo, os juízos e as categorias erguem-se como os arquitetos da experiência objetiva justamente porque operam como os veículos formais através dos quais a identidade da apercepção se efetiva e se confirma em meio ao fluxo transitório das representações. O salto decisivo para a compreensão dessa arquitetônica ocorre quando Kant estabelece, no §19 da Dedução B, que a forma da unidade objetiva da apercepção não é senão a própria forma lógica do juízo. O juízo deixa de ser encarado como uma mera relação gramatical entre conceitos para ser alçado à condição de via exclusiva pela qual as representações dadas são reconduzidas à unidade originária da autoconsciência. Como argumenta Béatrice Longuenesse, a capacidade judicativa não se limita a refletir sobre um dado já organizado, mas atua retroativamente sobre a própria receptividade:

O ato de pensar, cujo resultado é o juízo, porque tem o juízo como fim, afeta a receptividade e desse modo combina o dado sensível com vistas aos juízos. É assim que a capacidade de formar juízos introduz ordem na percepção sensível: não tornando claro o que já era percebido de modo confuso (como pensava Leibniz), mas gerando as ordenações sensíveis (figura, sucessão, simultaneidade...) que tornam possível a reflexão segundo as formas da combinação discursiva. (LONGUENESSE, 2001, p. 195, tradução nossa).

Como demonstra Beatrice Longuenesse, os resultados da primeira edição da *Crítica* são aqui assumidos para comprovar que as categorias, enquanto conceitos puros do entendimento, são exatamente as funções lógicas dos juízos

aplicadas à multiplicidade sensível. É através do ato de julgar que a mente impõe a necessidade e a universalidade das regras aperceptivas a um grupo particular de intuições no espaço e no tempo.

A profundidade desse ato sintético é evidenciada pela análise de Patricia Kitcher, ao argumentar que um sujeito cognoscente deve ser capaz de reconhecer os fundamentos parciais (*partial grounds*) que constituem e legitimam os seus juízos. Ao observar a casa e formular o juízo empírico de que ela é um objeto físico e extenso, o sujeito não está realizando uma mera associação psicológica, mas estabelecendo uma fundamentação racional: o juízo principal ("isto é uma casa") apoia-se necessariamente na apreensão de representações parciais (a solidez das paredes, a extensão do telhado) que servem como sua base indissociável. Sem a capacidade do "Eu penso" de reter essas representações parciais e reconhecê-las como partes integrantes de um único e mesmo ato de pensamento, a constituição do objeto seria impossível. A identidade do sujeito desvela-se, assim, como o próprio movimento sintético que engendra a unidade da experiência; nas palavras de Longuenesse "o 'Eu penso' não é o que conhecemos, mas o gesto incontornável que devemos pressupor para conhecer" (LONGUENESSE, 2017, p. 6).

É no ápice dessa argumentação, culminando na Refutação do Idealismo, que Kant inverte de forma magistral o jogo cético cartesiano e comprova que a autoconsciência exige a exterioridade como condição transcendental. A percepção da casa como um objeto que permanece no espaço não é uma mera inferência duvidosa, mas o substrato estável e necessário contra o qual o fluxo sucessivo e instável do sentido interno pode ser medido. Para que eu tenha consciência da ordenação sequencial de meus próprios estados internos — por exemplo, a percepção sucessiva da porta e depois da janela —, preciso referi-los a um permanente não subjetivo, isto é, a coisas reais percebidas fora de mim. Duvidar da existência do mundo externo e objetivo equivaleria a duvidar da própria estrutura temporal da consciência.

Fica provado, por conseguinte, que as categorias não atuam apenas moldando o mundo fenomênico, mas operam como a própria garantia de que o sujeito não se dissipe no fluxo do tempo. A identidade da apercepção impõe-se como o

alicerce irreduzível de toda validade objetiva, e essa dupla via (o objeto que necessita do sujeito para ser unificado, e o sujeito que necessita do objeto permanente para ter consciência de sua própria continuidade) é consolidada por Kant nos seguintes termos:

A unidade sintética da consciência é, pois, uma condição objetiva de todo o conhecimento, da qual eu mesmo não necessito apenas para tomar ciência de um objeto, senão à qual deve se submeter toda a intuição a fim de tornar-se objeto para mim (B 138). Esta performance categorial — o fazer ativo do sujeito que forja a constância fenomênica para assegurar sua própria unidade — ganha contornos ainda mais radicais quando a investigação transcendental se volta para a percepção do movimento e da sucessão temporal objetiva. O salto conceitual definitivo ocorre na célebre demonstração da Segunda Analogia da Experiência, exemplificada pela percepção de um navio descendo a correnteza de um rio. Ao observá-lo, a sucessão temporal das intuições no sentido interno — primeiro a proa avançando contra as águas, depois a quilha passando por um ponto de referência fixo na margem, e finalmente a popa deixando um rastro de espumas — apresenta-se como uma sequência rigorosamente irreversível. Para uma consciência desprovida da função judicativa das categorias, como a que Hume postula em seu empirismo cético, essa sucessão seria inescapavelmente interpretada como uma mera conjunção habitual de impressões. Na ótica humeana, o fluxo repetitivo da percepção geraria apenas um sentimento interno, uma determinação cega da mente a passar de um objeto àquele que o acompanha usualmente, mas jamais alcançaria o patamar de uma necessidade objetiva universal. Reduzido a um feixe transitório de percepções, o sujeito seria incapaz de diferenciar a sucessão arbitrária de seus próprios estados mentais da sucessão efetiva de um evento no mundo empírico.

Kant, no entanto, desvenda que essa apreensão não é um mero espelhamento passivo do real, mas uma operação transcendental originária que confere à sequência seu caráter inelutável de evento causal objetivo. A irreversibilidade percebida não é uma propriedade intrínseca das imagens retinianas ou um dado bruto da sensibilidade; ela é, antes, o fruto da projeção ativa da categoria de causalidade sobre o fluxo fenomênico. O "Eu penso", premido pela necessidade

arquitetônica de não se estilhaçar no fluxo sucessivo e instável do sentido interno, não apenas registra a sucessão, mas a *ordena* de modo vinculante: o estado posterior (a quilha passando) não apenas sucede, mas *deve* suceder o estado anterior (a proa avançando), em estrita obediência a uma regra *a priori*. Como Kant argumenta com precisão cirúrgica, evidenciando que a objetividade temporal é uma conquista da apercepção:

"a percepção de que o navio se move rio abaixo, que é algo mais do que a mera sequência de suas posições, só é possível porque minha apreensão do estado posterior é compreendida como necessariamente sucedendo à apreensão do estado anterior" (A 192 / B 237).

A consequência dessa operação sintética para o problema central da nossa investigação é profunda. A identidade do evento — a descida do navio estabilizada como um processo dinâmico e coerente no tempo — nasce precisamente desta aplicação categorial pela qual o sujeito resgata a si mesmo da dispersão temporal. Como demonstra Beatrice Longuenesse, a irreversibilidade da sucessão não é extraída passivamente da empiria, mas é precisamente a maneira formal pela qual reconhecemos que a sucessão instável de nossas representações possui validade como uma sucessão no objeto (LONGUENESSE, 2001, p. 361-368). Ao subsumir a sucessão temporal sob a forma lógica da regra causal, a apercepção transcendental garante que o sujeito cognoscente permaneça idêntico a si mesmo enquanto experiencia a mudança no mundo. É exatamente essa inversão de perspectiva que Paul Guyer capta de forma magistral ao constatar que ocorre aqui "a transformação radical do próprio tempo no tribunal supremo da objetividade" (GUYER, 1987, p. 11). A sucessão, que em sua origem era meramente subjetiva e fugidia, é elevada pela estrutura categorial ao estatuto de relação necessária. A categoria de causalidade, portanto, não atua apenas como o motor da física fenomênica, mas consolida-se como o elo reflexivo indispensável que ancora e confirma a identidade lógica do "Eu penso" perante o fluxo contínuo de suas próprias representações.

A unidade da apercepção funciona como o reverso exato da constituição da objetividade. Conforme Kant assevera de modo lapidar, "a unidade sintética da consciência é... uma condição objetiva de todo conhecimento, [...] sob a qual toda intuição deve estar para se tornar um objeto para mim" (KrV, B 138). Essa

máxima revela que o objeto não é um dado bruto e autônomo, mas o correlato estrutural da própria síntese subjetiva. As categorias atuam, nesse cenário, como verdadeiras matrizes unificadoras originárias: a categoria de substância unifica atributos dispersos em um suporte permanente; a de causalidade ordena estados sucessivos em uma sequência irreversível e necessária; a de comunidade articula substâncias em uma rede de interações recíprocas simultâneas. São essas matrizes, operadas ativamente pelo sujeito, que impedem a dissolução da experiência no fluxo caótico do sentido interno.

Para efetivar essa unificação, a forma lógica do juízo — com sua estrutura discursiva e as relações que a sustentam — ergue-se como a bússola incondicionada que orienta a síntese *a priori* do múltiplo sensível. É na análise da cópula judicativa que a profundidade dessa tese se consolida. Como demonstra a leitura de Beatrice Longuenesse, a função essencial da cópula “é” no juízo não consiste em afirmar uma ontologia dogmática das coisas em si, mas em expressar a unificação discursiva de representações na “unidade objetiva da apercepção” (LONGUENESSE, 2001, p. 196-197). Essa dinâmica torna crucial a célebre distinção entre juízos de percepção e juízos de experiência: o enunciado “Sinto uma pressão de peso” reporta-se meramente a uma conexão subjetiva, imediata e contingente no sentido interno, válida apenas para o sujeito no atual estado de sua percepção. Por outro lado, o juízo “Os corpos são pesados” rompe o invólucro do privado e instaura uma conexão objetiva, necessária e com pretensão de validade universalizável para todos, em qualquer momento. Como o próprio Kant revela, a cópula “é” nesse juízo é empregada expressamente para “distinguir a unidade objetiva de representações dadas da subjetiva”, indicando peremptoriamente a subordinação dessas representações à apercepção originária e à sua unidade necessária (KrV, B 142).

A travessia do juízo meramente percebido e flutuante para o juízo de experiência objetivamente válido exige, de forma insubstituível, a mediação normativa das categorias. A pressão subjetivamente sentida só se transmuta em uma propriedade objetiva do mundo físico (o “peso”) mediante a subsunção das intuições à categoria de inerência e subsistência (substância-acidente) e à de causalidade (força de atração). Fica demonstrado, assim, que a permanência e a

legalidade do mundo fenomênico constituem o espelho direto da permanência e da coesão do próprio "Eu penso". A identidade da apercepção consagra-se, portanto, como "o ponto mais elevado a que se tem de suspender todo o uso do entendimento, mesmo a lógica inteira e, de acordo com ela, a filosofia transcendental" (B 133).

Ao encerrar esta investigação sobre a função estruturante dos juízos e das categorias, conclui-se de forma insofismável que a identidade do sujeito não reside em uma alma-substância escondida, mas sim na incessante atividade lógico-sintética. É esse gesto originário ininterrupto que, ao forjar a unidade necessária do objeto empírico por meio dos juízos, confirma e sustenta a inquebrantável identidade funcional de si mesmo perante o fluxo do tempo.

2.3. Leituras Contemporâneas da Identidade Kantiana

A história do pensamento deparou-se com um impasse fundamental no que diz respeito à natureza do sujeito cognoscente e à sua relação com o mundo. De um lado, a tradição dogmática hipostasiou a certeza lógica do pensamento em uma entidade ontológica, pressupondo a existência de uma substância pensante imaterial e isolada da experiência. De outro lado, o empirismo radical dissolveu o sujeito em um mero feixe contingente de percepções fugazes, unidas tão somente pelas engrenagens do hábito psicológico, o que acabou por solapar qualquer possibilidade de se estabelecer uma necessidade e uma universalidade objetivas para o conhecimento. A superação dessa dicotomia não poderia ocorrer por meio de uma síntese eclética, mas exigiu uma reestruturação arquitetônica da própria concepção de conhecimento. A solução definitiva para esse dilema encontrou-se na redefinição da identidade subjetiva: ela deixou de ser procurada como um ente, um substrato ou uma coisa a ser descoberta pela introspecção, para ser desvendada como a própria atividade contínua e originária de unificação da experiência.

Nesse cenário, a representação do "Eu" precisa ser esvaziada de todo e qualquer conteúdo empírico ou material. O sujeito apreendido pelo sentido

interno é invariavelmente fluido, mutável e sujeito às contingências do fluxo temporal, sendo incapaz de fornecer um alicerce estável para a cognição. Em contrapartida, a autoconsciência pura ergue-se como uma forma lógica vazia e incondicionada, cuja vacuidade constitui precisamente a sua potência gerativa suprema. A identidade desse sujeito transcendental não reside na permanência de uma alma no tempo, mas na coerência e na constância estrita de uma regra de síntese que conecta as representações. Para que o múltiplo sensível não seja um caos desconexo, mas forme um mundo inteligível, ele deve poder ser referido a essa unidade originária, que atua como um princípio formal ininterrupto.

Contudo, para que essa identidade puramente formal consiga estruturar a multiplicidade material fornecida pela sensibilidade, faz-se necessária uma instância mediadora que aplique ativamente as regras do pensamento ao fluxo do tempo. A síntese operada sobre os dados da intuição é o mecanismo pelo qual as impressões fragmentadas perdem seu caráter de mero fluxo subjetivo e adquirem coesão objetiva. Quando o sujeito percebe a sucessão de eventos de maneira irreversível, essa irreversibilidade não é uma propriedade passivamente extraída das coisas, mas a projeção ativa de uma regra categorial sobre a temporalidade. Ao subsumir a sucessão sob a forma de uma necessidade causal, o sujeito não apenas ordena a natureza, mas resgata a si mesmo da dispersão, garantindo que permaneça numericamente idêntico enquanto experiencia a mudança. Os conceitos puros, portanto, não são meras ferramentas de classificação do mundo, mas os próprios veículos operacionais através dos quais a identidade da consciência se efetiva e se sustenta.

Dessa dinâmica decorre uma das consequências mais profundas dessa guinada epistemológica: a absoluta interdependência entre a constituição da objetividade e a identidade do sujeito. A autoconsciência da própria existência no tempo exige irrevogavelmente a exterioridade como condição de possibilidade. Para que o sujeito possa medir e ordenar a sucessão instável de seus estados internos, ele necessita do contraponto de um substrato permanente e não-subjetivo no espaço. Duvidar da realidade do mundo externo equivaleria, em última instância, a duvidar da própria estrutura temporal que

confere coesão à consciência. O mesmo ato sintético que unifica o múltiplo fenomênico é aquele que engendra o sujeito.

Em suma, a revolução no modo de pensar atinge o seu ápice ao demonstrar que a objetividade do conhecimento não repousa em uma realidade pré-ordenada e alheia à mente, mas nas próprias estruturas ativas da subjetividade. O sujeito não é o que se conhece, mas o ato contínuo pelo qual se conhece. A identidade transcendental revela-se, assim, não como uma posse ontológica ou um mistério metafísico a ser decifrado, mas como uma performance contínua, o gesto organizador incondicionado que forja tanto a unidade do objeto quanto a inquebrantável unidade da consciência.

Nesse marco conceitual, noções fundamentais como apercepção, identidade e unidade erguem-se como os pilares de sustentação de toda a arquitetura transcendental, pois articulam e tornam possível a intrincada relação entre a receptividade da sensibilidade e a discursividade do entendimento. Por meio dessa engrenagem mediadora, o múltiplo sensível, que em si mesmo é fragmentário e disperso, é rigorosamente integrado na unidade de uma consciência coerente. A originalidade inaudita do projeto kantiano reside precisamente na consumação dessa inversão metodológica e ontológica: o sujeito cognoscente abandona o seu antigo papel de mero receptáculo passivo de dados empíricos para assumir o estatuto de um agente transcendental ativo, o qual impõe suas formas *a priori* ao fluxo fenomênico e, apenas por esse viés, torna a objetividade possível. É imbuído desse espírito de ruptura com o dogmatismo que Kant decreta, no célebre prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, a sua Revolução Copernicana: "Até agora se admitiu que todo o nosso conhecimento se tinha de regular pelos objetos [...], experimente-se, portanto, uma vez, se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se devem regular pelo nosso conhecimento" (KANT, KrV, B XVI).

À luz desse novo paradigma, a proposição "Eu penso" emerge com um estatuto epistemológico inédito. Ela não designa uma intuição mística de uma alma imaterial, tampouco se reduz a um conceito empírico passível de ser extraído por abstração da observação psicológica. Trata-se, antes, de uma

"representação puramente intelectual" (KANT, KrV, B 278), estritamente pertencente à estrutura do pensamento em geral (KANT, KrV, A 346/B 404) e, por isso mesmo, radicalmente desprovida de qualquer estofo material ou fenomênico. A identidade transcendental revela-se como a forma lógica e vazia da autoconsciência, cuja função primordial não é conhecer a si mesma, mas viabilizar a estruturação do mundo objetivo. É exatamente para delimitar esse papel funcional sintético, afastando qualquer resquício de ontologia substancialista, que Kant adverte de forma lapidar que este "Eu" não é um ente, mas a mera forma da consciência que "pode acompanhar as duas espécies de representações e elevá-las, assim, ao nível de conhecimentos" (KANT, KrV, A 400). Sem a vigência dessa identidade originária para amarrar as intuições da sensibilidade aos conceitos do entendimento, os dados brutos da experiência jamais alcançariam o patamar da inteligibilidade e não seriam rigorosamente nada para o sujeito.

A identidade da apercepção consolida-se, destarte, como o vértice arquitetônico do sistema crítico. Como o próprio Kant assevera, ela é "o ponto mais elevado a que se tem de suspender todo o uso do entendimento, mesmo a lógica inteira e, de acordo com ela, a filosofia transcendental" (KANT, KrV, B 133n). A exigência incondicionada de que "o *eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações" (KANT, KrV, B 131) não é uma mera constatação psicológica, mas o alicerce absoluto de toda validade objetiva. A identidade do sujeito, longe de repousar em um substrato metafísico oculto ou em uma *res cogitans* dogmática, desvela-se inteiramente como o movimento sintético que engendra a unidade da experiência. Esse núcleo dinâmico, cristalizado na fórmula "Eu penso", atua como um operador formal sempre presente, o gesto originário incontornável que constitui o próprio palco onde a existência cognoscente se desenrola, sendo radicalmente irreduzível a qualquer positividade empírica.

A força estrutural e a absoluta independência dessa forma lógica em relação à empiria ganham uma ilustração de dramaticidade e força perturbadora na literatura psiquiátrica contemporânea. O caso clínico de Christina, a "dama desincorporada", descrito pelo neurologista Oliver Sacks e habilmente mobilizado por Beatrice Longuenesse em *I, Me, Mine: Back to Kant, and Back*

Again (2017), não constitui um experimento mental, mas um relato clínico que corrobora a tese kantiana. Vítima de uma polineurite aguda que destruiu suas fibras proprioceptivas, Christina perdeu por completo o sentido de seu próprio corpo; ela tornou-se, nas palavras de Sacks, um ser humano sem o "ancoradouro orgânico fundamental da identidade". Seu corpo converteu-se em um objeto quase estranho, um peso que ela podia ver, mas não podia *sentir* internamente como parte de si. A sua autoconsciência corporal — o "ego corporal", para usar a expressão de Freud evocada por Sacks — havia sido aniquilada.

No entanto, e aqui reside o fulcro transcendental da questão, apesar da perda catastrófica de sua identidade empírico-corporal, a sua capacidade de raciocinar, de planejar ações complexas e, crucialmente, de utilizar o pronome "Eu" como sujeito de seus juízos permaneceu intacta e vigorosa. Ao analisar esse abismo entre o corpo e a mente, Longuenesse demonstra que o uso que Christina faz do "Eu" é sustentado exatamente por aquilo que Kant denominou "consciência de si como sujeito". A filósofa explicita de forma irrefutável que a manutenção dessa identidade não depende de um substrato físico, mas da pura atividade de síntese:

Esse tipo particular de autoconsciência não é a consciência de si mesmo como uma entidade corporificada. Em vez disso, é a consciência de si mesmo como engajado e comprometido com o atual processo de pensamento provedor de razões [reason-giving process of thinking]. (LONGUENESSE, 2017, p. 36).

Portanto, o caso de Christina revela empiricamente o que Kant já havia provado dedutivamente: a fragmentação da identidade empírica ou a perda total do sentido interno corporal não dissolvem a unidade transcendental da apercepção. A pura forma do "Eu penso", enquanto condição lógica de toda síntese e juízo, opera e se mantém estruturalmente porque ela não deriva da consciência do corpo como objeto no espaço, mas sim da consciência reflexiva da própria atividade de ligar representações e formular pensamentos. Fica provado, em última instância, que a unidade do sujeito transcendental reside exclusivamente em sua matriz funcional, operando em um registro absolutamente incondicionado e distinto de qualquer continuidade psicológica ou corporal.

Aprofundando essa transição do plano puramente lógico para o empírico, Beatrice Longuenesse (2017) observa uma ressonância estrutural notável entre a matriz do “*Ich denke*” kantiano e o ego freudiano (*das Ich*). Ambas as instâncias funcionam como organizações de processos mentais que submetem o múltiplo representacional a regras de coerência e de ordenação lógica. Na teoria freudiana, o ego é definido precisamente como “uma organização coerente de processos mentais” (FREUD, 1923), cujos conteúdos obedecem a leis lógicas elementares (os processos secundários) e são governados pelo princípio de realidade. Essa estrutura psicanalítica ecoa, de forma surpreendente, a unidade sintética da apercepção kantiana como condição de possibilidade da cognição objetiva. É com base nessa homologia funcional que Longuenesse conclui que “a análise de Kant sobre a forma como o nosso uso do 'Eu' no 'Eu penso' está fundamentado na unidade da consciência encontra um descendente mais direto no conceito psicológico de 'ego' de Freud” do que nas próprias teorias contemporâneas da autorreferência (LONGUENESSE, 2017, p. 1).

A diferença arquitetônica essencial, contudo, reside no fato de que Freud ancora a gênese dessa função organizadora diretamente na corporeidade, ampliando e naturalizando a dimensão empírica que Kant preservou rigidamente separada do plano transcendental. Quando Freud afirma que “o ego é, antes de tudo, um ego corporal” (FREUD, 1923), ele estabelece, em chave empírica e biológica, o que o neurologista Oliver Sacks descreveria mais tarde como o “ancoradouro orgânico fundamental” da identidade pessoal. Na filosofia kantiana, embora o “Eu” da apercepção seja concebido como uma forma lógica vazia (*in sensu stricto*), o seu exercício prático encontra-se inevitavelmente indexado a um corpo vivo e senciente. Como Kant estabelece na *Crítica da Razão Pura* e em suas preleções antropológicas, o ser humano (*Mensch*), apreendido como um fenômeno pertencente ao mundo sensível, possui estados internos e externos (o “Eu” *in sensu latiori*), de modo que as informações recebidas para a construção do mundo objetivo dependem inescapavelmente das afecções da superfície dos nossos órgãos dos sentidos corporais (KANT, KrV, B 153).

Ao interpretar essa convergência, Longuenesse (2017, p. 8) argumenta que a metapsicologia freudiana atua como um “passo intermediário significativo” rumo

à naturalização da noção kantiana de pessoa. Enquanto Kant postula o "Eu penso" como um requisito transcendental incondicionado e puramente formal, Freud oferece uma narrativa ontogenética e causal de como essa capacidade de pensar em primeira pessoa se desenvolve e adquire realidade em um indivíduo. O ego freudiano atua como uma instância sintética ativa que medeia o conflito entre as exigências da realidade externa e as pulsões inconscientes do *id* (cujas representações, à deriva do princípio do prazer, assemelham-se à matéria cega do "múltiplo sensível" interno) — desempenhando, assim, no plano da psique empírica, uma função de ordenação estruturalmente análoga à da imaginação transcendental kantiana na subsunção da intuição às regras da inteligibilidade.

A trajetória da filosofia deparou-se com um impasse entre o racionalismo dogmático, que transformou a certeza lógica do sujeito em uma substância imaterial, e o empirismo radical, que dissolveu o "Eu" em um mero "feixe de percepções". A superação dessa aporia exigiu uma reestruturação arquitetônica do conhecimento, cristalizada na Revolução Copernicana. O sujeito empírico, imerso no fluxo inconstante do sentido interno, cede lugar ao estatuto do sujeito transcendental. A identidade do "Eu penso" não reside mais na permanência de uma alma, mas na constância rigorosa de uma regra de unificação, revelando-se não como uma coisa que conhecemos, mas como o ato incondicionado que torna o conhecimento possível.

Para que essa identidade puramente formal estruture a multiplicidade material da sensibilidade, atua como ponte mediadora a imaginação transcendental. É ela que aplica ativamente as categorias puras ao fluxo do tempo. Quando o sujeito percebe a sucessão de eventos, ele não apenas recebe imagens passivas, mas projeta a categoria de causalidade sobre o fluxo fenomênico. Ao submeter a sucessão subjetiva a uma ordem causal necessária, o "Eu" não apenas estrutura a natureza, mas resgata a si mesmo da dispersão, garantindo sua identidade idêntica e contínua em meio à mudança do mundo.

O percurso pelas leituras contemporâneas permite elevar a tese da interdependência entre sujeito e objeto a um patamar de rigor que transcende a mera exegese tradicional. Através do 'antídoto transcendental' de Allison e da noção de *togetherness* de Kitcher, fica demonstrado que a identidade da

autoconsciência não é um subproduto passivo da percepção, mas a própria vigência da regra que impede a dissolução do eu no fluxo temporal. Assim, a 'Refutação do Idealismo' deixa de ser apenas uma prova contra o ceticismo para se revelar como a confirmação de que a inquebrantável unidade da consciência é o resultado de uma função operatória que se realiza exclusivamente na constituição de um mundo objetivamente ordenado. O sujeito kantiano, portanto, não se encontra na introspecção, mas na constância do gesto sintético que amarra a multiplicidade da experiência em uma totalidade inteligível.

2.3.1 Leituras da identidade kantiana: Kitcher, Strawson, Guyer e Allison

A tese segundo a qual “o *eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações” (KANT, KrV, B 131) não expressa uma constatação empírico-psicológica, mas o princípio fundamental da validade objetiva. É ela que assegura que o múltiplo sensível, disperso no espaço e no tempo, possa ser unificado pelas categorias e referido a objetos que transcendem o estado mental imediato. Como observa Altmann, “antes de qualquer unificação conceitual empírica, a autoconsciência pura garante que o material sensível esteja necessariamente referido ao sujeito cognoscente — relação transcendental que converte o caos sensorial em cosmos inteligível” (ALTMANN, 1995, p. 87). Ao compreender o “Eu penso” não como o conhecimento de uma substância, mas como a função unificadora incondicionada, Kant redefine o sujeito como o princípio formal de síntese.

Na literatura contemporânea, P. F. Strawson foi um dos pioneiros a resgatar o peso dessa operação na obra *The Bounds of Sense* (1966), interpretando-a como uma transposição definitiva da identidade para o plano lógico-transcendental. Para Strawson, Kant não nega a identidade pessoal; ele a desloca do plano ôntico para torná-la a pré-condição formal para qualquer atribuição de estados mentais. Strawson identifica na unidade da apercepção o primitivo lógico que estrutura a cognição, permitindo a um sujeito reconhecer experiências como suas sem necessitar de critérios empíricos de identificação (a chamada *criterionless self-ascription*). Essa leitura lógico-formal antecipa debates cruciais na filosofia da mente, ecoando, por exemplo, na crítica de

Wilfrid Sellars ao “mito do dado”. Em *Empiricism and the Philosophy of Mind* (1956, p. 51), Sellars retoma o núcleo kantiano ao enfatizar que o conteúdo da experiência não pode ser compreendido à revelia das capacidades conceituais do sujeito: a mente organiza ativamente os dados sensoriais, providenciando a própria estrutura que torna o conhecimento possível.

Contudo, a tradição strawsoniana, ao focar excessivamente na mera autoatribuição de estados, tendeu a reduzir o problema kantiano à posse subjetiva das representações. É contra essa limitação que Patricia Kitcher, em *Kant's Thinker* (2011), aprofunda o debate. Kitcher demonstra que a exigência da apercepção vai muito além de garantir o sentimento de que uma representação pertence a mim (a *mineness*, o caráter de “ser minha” de uma representação). O verdadeiro foco da Dedução Transcendental kantiana reside na *togetherness* — a coesão objetiva e necessária entre múltiplos estados mentais. Para Kitcher, quando Kant postula a referência necessária do diverso intuitivo ao sujeito, ele está estabelecendo que a unidade da consciência só se sustenta e se justifica pelo reconhecimento de conexões racionais e categoriais entre as representações, e não por uma mera filiação psicológica.

Ampliando as consequências dessa coesão objetiva para o mundo externo, Paul Guyer argumenta que a operação transcendental de unificação não encerra o sujeito em um solipsismo coerente, mas é exatamente o que fundamenta a estrutura espacial e material do mundo. Para Guyer (1987), ao vincular a autoconsciência temporal sucessiva à percepção espacial simultânea, Kant demonstra que a externalidade é constitutiva da própria estrutura da experiência, e não uma conjectura incerta. A unidade da experiência objetiva advém, assim, do triunfo das relações categoriais ativamente impostas pela mente sobre a matéria bruta da intuição.

Coroando essa articulação contemporânea entre o formalismo lógico e a objetividade, Henry Allison (2004) consolida a leitura da identidade subjetiva como um “operador transcendental”. Allison afasta definitivamente qualquer resíduo empirista ao definir a unidade da apercepção não como uma entidade ontológica descoberta, mas como a forma suprema ou o protótipo da unidade analítica que atua como o antídoto definitivo contra a dissolução humeana do eu.

O sujeito kantiano, lido sob o crivo de Kitcher, Strawson, Guyer e Allison, revela-se irreduzível a um feixe cego de percepções justamente porque atua como a função lógico-sintética ininterrupta que converte o fluxo passivo da sensibilidade na ordem necessária da natureza.

O aprofundamento das leituras contemporâneas revela que a tese kantiana do "Eu penso" suscitou, de fato, duas abordagens interpretativas divergentes e fundamentais na filosofia da mente: uma focada na autoatribuição subjetiva e outra na unidade sintética objetiva. Na tradição analítica inaugurada por P. F. Strawson, a unidade da apercepção foi interpretada primariamente sob a ótica da *mineness* (a "minhidade" ou o sentimento de posse das representações).

Para Strawson, o grande mérito de Kant teria sido a descoberta da "autoatribuição sem critérios de identidade" (*criterionless self-ascription*). O filósofo britânico elogia a sagacidade de Kant em perceber que a capacidade de um sujeito atribuir um estado mental a si mesmo não exige o reconhecimento empírico de um objeto:

Não há nada que se possa [...] encontrar ou recordar no campo da experiência interna de tal modo que possa haver qualquer questão de se aplicar critérios de identidade do sujeito para determinar se a experiência encontrada ou recordada pertence a si mesmo — ou a outra pessoa. (Penso que se poderia dizer, sem exagero sério, que é porque Kant reconheceu esta verdade que o seu tratamento do sujeito é tão grandemente superior ao de Hume). (STRAWSON, 1966, p. 165, *tradução nossa*)

Sob essa ótica analítica, o foco da identidade recai quase inteiramente no plano subjetivo e pré-reflexivo da consciência imediata.

Patricia Kitcher, contudo, em *Kant's Thinker* (2011), resiste explicitamente a essa visão popular de que a teoria kantiana do "Eu penso" se resume à antecipação do fenômeno da autoatribuição sem critérios. Ela demonstra que a Dedução Transcendental não lida primariamente com o problema da *mineness* (como eu sei que esta dor ou esta imagem é "minha"), mas com um problema estruturalmente mais complexo: a *togetherness* (a coesão ou "união" objetiva). Para Kitcher, o princípio da apercepção diz respeito a um problema estruturalmente mais complexo, conforme a autora demarca ao estabelecer sua divergência com a tradição analítica:

Ele [Kant] insiste que o princípio diz respeito à necessidade de tomar diversas representações como pertencentes a um sujeito único ou unificado. Ele está focado naquilo que poderíamos chamar de 'união' (*togetherness*) de diferentes estados mentais. Em contraste, o fenômeno da autoatribuição sem critérios de identidade diz respeito ao que poderia ser descrito como o 'pertencimento' (*mineness*) dos estados mentais. [...] Kant argumenta que um sujeito compreende diferentes estados mentais como pertencentes a um 'Eu' comum apenas através do reconhecimento da espécie de conexões necessárias que vigoram entre, por exemplo, razões e crenças. (KITCHER, 2011, p. 4, *tradução nossa*).

Isso significa que as duas instâncias — a autoatribuição (*mineness*) e a síntese objetiva (*togetherness*) — estão, de fato, presentes na argumentação de Kant, mas em uma relação de estrito condicionamento, na qual a leitura de Strawson se revela insuficiente. A mera *mineness* corresponde a uma forma de consciência subjetiva flutuante; para que o sujeito garanta a sua própria identidade numérica através do tempo, a *união* exige a síntese categorial. Assim, no exemplo da percepção do movimento de um navio, a sequência temporal (proa–quilha–popa) pode até ser percebida isoladamente como “minha” no plano subjetivo, como um fluxo contínuo de estados internos. No entanto, ela apenas se torna rigorosamente “unida” e capaz de fundamentar a identidade do próprio sujeito quando submetida à aplicação da categoria de causalidade, que organiza os dados sensoriais dispersos em uma estrutura fenomênica coerente e inteligível.

Nesse sentido, Kitcher demonstra que a investigação de Kant não focaliza apenas o sujeito que diz “isto é meu”, mas examina as condições transcendentais de possibilidade que permitem a esse sujeito unificar o múltiplo temporal de forma coesa. A identidade expressa no “Eu penso” não diz respeito, portanto, a uma mera autoatribuição isolada de critérios, mas constitui o próprio reconhecimento das conexões sintético-categoriais que forjam, simultaneamente, o objeto conhecido e o sujeito cognoscente.

Ampliando as consequências da coesão objetiva (*togetherness*) para além do sentido interno, Paul Guyer oferece uma chave de leitura na qual a identidade kantiana é interpretada não como um dado interno isolado, mas como uma conquista estrutural indissociável da constituição do mundo espacial objetivo. O problema central que Guyer identifica é como podemos ter a “cognição da identidade numérica de nós mesmos”. Na sua leitura, a identidade do “Eu

penso" não pode se sustentar na mera introspecção do fluxo sucessivo das representações, pois o sentido interno, por si só, carece de estabilidade e permanência.

Para Guyer (1987), a identidade kantiana resolve-se necessariamente na exterioridade: a determinação do sujeito como uma unidade idêntica que perdura através de uma sequência de experiências exige o emprego das categorias (como substância e causalidade) aplicadas aos objetos no espaço. É precisamente por isso que a autoconsciência temporal sucessiva tem de ser vinculada à percepção espacial simultânea. Como Guyer argumenta, ao demonstrar que o conhecimento determinado dos objetos no espaço depende do uso de conceitos formados de acordo com as categorias, Kant prova simultaneamente que o nosso próprio autoconhecimento — a garantia da nossa identidade temporal contínua — depende intrinsecamente do uso dessas mesmas categorias para apreender o mundo externo.

Desse modo, quando Guyer afirma que "o externo é constitutivo da estrutura da experiência" e que "o triunfo da relação sobre a substância é a maior percepção de Kant" (1987, p. 297-332), ele está redefinindo o próprio estatuto da identidade subjetiva. O sujeito não fundamenta a sua identidade na descoberta de uma substância mental subjacente, mas na *relação* incondicionada e incontornável que estabelece com a permanência do mundo material. A identidade da apercepção emerge, assim, não como um solipsismo coerente, mas como o correlato estrito e necessário da estruturação categorial de um mundo espacial objetivo.

A análise da unidade da apercepção em Kant revela que a síntese transcendental não é um processo meramente interno, isolado do mundo, mas sim uma operação que articula sujeito e objeto de forma indissociável. A mera *mineness* constitui uma condição pré-reflexiva, mas a união objetiva depende da síntese categorial. No exemplo da percepção de um navio, a sequência proa-quilha-popa só se torna verdadeiramente "unida" como evento objetivo quando submetida à categoria de causalidade. Nesse contexto, Patricia Kitcher, em *Kant's Thinker*, esclarece a natureza dessa síntese ao demonstrar que a própria

unidade do "Eu" não é um dado estático, mas um produto dessa operação relacional:

A unidade da apercepção é produzida através da criação de relações de conexão necessária entre estados representacionais — e os estados passam, assim, a ser reconhecidos como tais... o que... permite ao sujeito cognoscente representar suas relações como tais e como estados de um 'Eu'." (KITCHER, 2011, p. 136, tradução nossa).

Essa distinção evidencia que o sujeito não apenas experimenta o múltiplo sensorial de forma fragmentada, mas o organiza sistematicamente, o que é a própria condição para que a experiência seja inteligível e a consciência se unifique. Complementando essa perspectiva e avançando diretamente para o problema da identidade, Paul Guyer, em *Kant and the Claims of Knowledge*, demonstra que essa operação organizadora é o exato mecanismo pelo qual o sujeito alcança a cognição de si próprio. Guyer esclarece:

[...] a ideia básica da 'apercepção transcendental' parece ser a de que, a qualquer momento em que tenho alguma experiência, posso também saber que tenho essa experiência, e *que saber isso* é equivalente a saber que essa experiência *pertence ao mesmo* eu que tem todas as minhas outras experiências — o eu que é numericamente idêntico através de todas as minhas experiências. (GUYER, 2006, p. 73)

Para Guyer, a interpretação da identidade kantiana afasta-se de qualquer introspecção isolada: a cognição da identidade numérica de si mesmo não pode ser obtida apenas pelo sentido interno, mas exige a estruturação do mundo externo. Se Kant prova que as categorias são necessárias para o conhecimento objetivo de coisas no espaço e no tempo, ele prova simultaneamente que devemos empregar essas categorias para obter um conhecimento determinado de nós mesmos como objetos duradouros, dotados de sequências determinadas de experiências (GUYER, 1987). O autoconhecimento e a fixação da própria identidade dependem intrinsecamente, portanto, do uso das categorias no conhecimento de objetos que não são o próprio eu. Fica claro que a identidade da apercepção, lida sob a ótica de Guyer, exige a constituição de objetos empíricos: o "Eu" só reconhece e sustenta a sua identidade numérica no fluxo do tempo à medida que determina a ordem e a permanência da natureza fenomênica

Patricia Kitcher destaca a síntese interna das representações pelo sujeito. Em complemento, Paul Guyer evidencia que essa mesma operação estabelece

a objetividade do mundo, indicando que sujeito e objeto não existem de forma independente. O desenvolvimento deste debate, contudo, requer a inclusão do estudo de Dieter Henrich, *Identidade e Objetividade* (tradução publicada na coletânea *The Unity of Reason*). A contribuição de Henrich consiste em demonstrar que a identidade do sujeito em Kant não é uma premissa estática, como no modelo cartesiano, mas uma relação funcional que pressupõe a objetividade. Para Henrich, a identidade do "Eu" deve ser compreendida na transição de um estado mental para outro ao longo do tempo. Como sintetiza Richard Velkley ao introduzir essa tese basilar de Henrich:

A identidade como um saber *a priori* da possibilidade de empregar regras de transição para conectar todos os estados possíveis (horizontalmente e transversalmente no tempo) do 'Eu penso' necessita de *algumas* noções específicas de regularidade para cumprir a tarefa de realizar as transições." (VELKLEY in HENRICH, 1994, p. 11, tradução nossa).

Como essa transição não pode ser cega ou contingente, ela requer necessariamente a consciência daquelas regras *a priori* (as categorias). Logo, a autoconsciência da identidade numérica depende intrinsecamente da síntese que confere ordem objetiva às representações.

A necessidade desse princípio ativo de unificação é o foco da leitura de Henry Allison. Em *O Idealismo Transcendental de Kant*, Allison define a identidade transcendental não como uma propriedade ontológica passível de descoberta, mas estritamente como um "operador transcendental", como podemos observar na passagem:

[...] esse eu penso idêntico, isto é, 'a mera representação eu', pode ser vista como a forma ou protótipo da unidade analítica que pertence a todos os conceitos gerais. De fato, é exatamente essa unidade analítica considerada em abstração de todo conteúdo. (ALLISON, 2004, p. 172)

A contribuição dessa definição para o debate é o afastamento de qualquer interpretação psicologista. O "Eu penso" atua como o princípio formal da unidade analítica, configurando a resposta de Kant à dissolução humeana do eu em um fluxo de percepções desconexas. O sujeito não é um núcleo substancial, mas uma função contínua e operacional. É por meio dessa função que os dados da sensibilidade são unificados, tornando possível o julgamento e a autoatribuição coerente de estados mentais.

Beatrice Longuenesse, na obra *I, Me, Mine: Back to Kant, and Back Again*, argumenta no mesmo sentido ao enfatizar a centralidade do ato sintético na constituição simultânea do sujeito e do objeto. Para a autora, o mesmo ato que unifica o múltiplo sob as categorias para representar um objeto é o ato que possibilita o pensamento em primeira pessoa. O sujeito refere-se a si mesmo ao engajar-se na atividade de síntese, e essa ligação objetiva só é possível porque o agente a atribui a si próprio. Dessa forma, a organização das representações internas e a garantia da objetividade do conhecimento são resultados de um processo único. Sujeito e objeto são produtos interdependentes da mesma atividade sintetizadora, na qual a autoconsciência atua como regra da experiência.

Em resumo, a análise conjunta de Kitcher, Guyer, Henrich, Allison e Longuenesse mostra que a unidade da apercepção extrapola a organização de experiências subjetivas. Ela é o fundamento que viabiliza tanto a identidade interna do sujeito no tempo quanto a objetividade do conhecimento. Ao realizar a síntese do múltiplo sensorial por meio de regras, o sujeito determina a si mesmo como uma unidade contínua e, simultaneamente, estabelece as condições de validade do mundo empírico. A autoconsciência pura funciona como o princípio estruturante da experiência. A identidade transcendental não é um dado estático, mas a função dinâmica e reguladora essencial para a constituição correlata do sujeito e do objeto na cognição.

2.3.2 Críticas e contrastes na tradição

A redefinição do entendimento como uma faculdade de julgar exigiu que Kant movesse o debate epistemológico para além da mera disputa sobre a origem das nossas representações (sensação empírica versus razão inata), concentrando-se na ligação necessária dessas representações na unidade de um juízo. É nessa reorientação que a antiga dicotomia entre Racionalismo e Empirismo se torna obsoleta. A "Revolução Copernicana" não representa uma mera escolha de um novo ponto de partida, mas uma reestruturação fundamental que redefine o terreno sobre o qual a objetividade é construída: o conhecimento deixa de ser a adequação passiva a uma realidade em si para se tornar a subsunção ativa do múltiplo sensível às regras lógicas do sujeito.

O confronto de Kant com o racionalismo, particularmente com Leibniz, evidencia a centralidade dessa mudança. Kant diagnostica o erro fundamental de Leibniz como uma "anfibia dos conceitos de reflexão". Como demonstra a análise de Beatrice Longuenese, a falha leibniziana não foi uma simples imprecisão classificatória, mas uma total incompreensão da natureza do juízo como o ato mediador incondicionado entre o intelecto e a sensibilidade. Ao conduzir uma "reflexão meramente lógica" (LONGUENESSE, 2001, P. 131), Leibniz não distinguiu entre a comparação de conceitos puramente intelectuais e a comparação de objetos efetivamente dados na intuição sensível. Ele contornou o papel do juízo como a única função capaz de conferir significado objetivo aos conceitos ao relacioná-los a um múltiplo espaço-temporal. Consequentemente, Leibniz acreditou que a estrutura da realidade poderia ser acessada pela mera análise de conceitos, tratando as condições irreduzíveis da sensibilidade (espaço e tempo) como meras percepções confusas a serem clarificadas pelo intelecto.

A relevância decisiva dessa crítica estrutural para o problema da identidade da apercepção — e que afasta a metafísica racionalista de forma definitiva — reside no fato de que, ao intelectualizar os fenômenos, Leibniz inevitavelmente dogmatizou o próprio sujeito cognoscente. Se o conhecimento dispensasse a síntese rigorosa do múltiplo sensível temporal e operasse apenas por análise conceitual, a identidade do "Eu" seria reduzida à identidade analítica de uma substância simples e fechada em si mesma: a mônada. O sujeito seria concebido ontologicamente como uma coisa em si (númeno) dotada de representações inatas, dispensando o esforço contínuo de unificação da experiência.

Contudo, ao provar na Anfibia que os conceitos requerem inescapavelmente a mediação da sensibilidade espaço-temporal para obterem validade objetiva, Kant demonstra, em contrapartida, que a identidade do sujeito não pode ser a de uma entidade substancial inata. Para Kant, a identidade da apercepção só se efetiva e se comprova no próprio ato de julgar. O "Eu penso" não é a intuição de uma substância isolada (a alma cartesiana ou a mônada

leibniziana), mas a condição puramente formal e funcional que acompanha e unifica as representações dispersas no sentido interno.

Desse modo, a crítica à anfíbolia de Leibniz é indispensável para a teoria da apercepção porque prova que a identidade do sujeito kantiano exige a resistência do múltiplo sensível para se constituir. Se os objetos fossem apenas conceitos, o sujeito seria apenas uma substância passiva contemplando seu próprio interior; como os objetos são fenômenos que exigem síntese, o sujeito revela-se estritamente como o "operador transcendental" dessa síntese. A identidade transcendental não é um dado metafísico, mas a própria performance lógica ininterrupta pela qual a consciência amarra o caos da sensibilidade na unidade objetiva de um juízo. Fica claro, portanto, que a refutação da ontologia leibniziana é o exato reverso da consolidação do "Eu penso" como uma função puramente lógico-sintética, desprovida de qualquer densidade substancial.

A teoria kantiana da autoconsciência constrói-se exatamente como uma resposta estrutural a esse dilema. A sua Revolução Copernicana desfaz, em um único movimento, a quimera racionalista da *res cogitans* e a fragmentação cética humeana. No confronto com Descartes, Kant rejeita peremptoriamente a inferência que deduz uma substância pensante a partir da certeza imediata do *cogito*. No Primeiro Paralogismo, ele empreende uma demolição sistemática dessa prova, expondo o núcleo do que diagnostica como o "paralogismo da substancialidade". O erro dogmático consistiu na conversão ilícita da unidade lógica do juízo — na qual o "Eu" opera estritamente como sujeito formal e gramatical invariável — no conhecimento metafísico de uma alma como substrato eterno. Como Kant argumenta com precisão para afastar essa ilusão estrutural da mente:

O 'Eu penso' exprime o ato de determinar minha existência, mas essa existência não é ainda determinada por isso; todo o uso das categorias, por meio dessa proposição, desliza necessariamente para a ilusão de que o eu, essa unidade lógica do pensamento, seria ao mesmo tempo substrato real do pensamento (B 157).

Para Kant, "a consciência de si mesmo, segundo as determinações do nosso estado interno, [...] é meramente empírica e sempre mutável" (A 107). O erro fundamental da psicologia racional, como sintetiza Altmann (2012, p. 179), consiste em "transformar uma condição subjetiva do pensamento em uma

propriedade objetiva do objeto". O "Eu" não é uma coisa que pensa passível de ser descoberta e fixada pela introspecção, mas a forma pura da relação com os objetos, a condição *a priori* incondicionada para que qualquer conteúdo empírico possa ser unificado e pensado. A crítica aos predecessores racionalistas desvela o alcance epistemológico dessa inovação ao desmontar, passo a passo, a estrutura argumentativa que sustenta a *res cogitans*.

No Primeiro Paralogismo (da Substancialidade), Kant ataca a raiz da substancialização cartesiana. O cerne do erro reside em confundir a necessidade lógica de o "Eu" funcionar sempre como o *sujeito* absoluto de um juízo (e nunca como predicado) com a evidência de uma substância pensante metafísica (A 348-351). Esse paralogismo surge quando se transfigura a regra formal e necessária do pensamento na propriedade de um ente real, ignorando que o papel do "Eu" como sujeito gramatical invariável é uma condição de possibilidade lógica da experiência, não o conhecimento de um objeto determinado.

No Segundo Paralogismo (da Simplicidade), a inferência dogmática de que a unidade lógica do pensamento prova a simplicidade ontológica da alma revela-se igualmente ilegítima. Kant argumenta que a unidade formal da consciência, traduzida no fato de que o ato sintético não pode ser a composição de várias ações isoladas, "não é um conhecimento do simples, mas apenas da unidade da consciência de si mesmo" (A 355). Essa unidade é apenas a condição de possibilidade do juízo, não uma descrição da constituição interna da mente. A consciência pode ser funcional e logicamente indivisível sem que isso demande a postulação de um substrato ontologicamente simples e incorruptível.

Finalmente, é no Terceiro Paralogismo (da Personalidade) que a questão da *identidade lógica* do Eu assume a centralidade do debate, desfazendo a confusão da metafísica dogmática. A tradição racionalista infere, a partir da identidade da autoconsciência em diferentes tempos (a capacidade do "Eu penso" de acompanhar de forma idêntica todas as minhas representações sucessivas), a prova da identidade numérica contínua de uma substância pensante — isto é, a persistência de uma "pessoa". Kant objeta que essa inferência é inválida: a identidade de que temos ciência no "Eu penso" é uma

identidade estritamente lógica e reflexiva, correspondente à necessidade de unificação sintética da experiência. O fato de eu ter de atribuir todas as minhas representações passadas e presentes a um mesmo e único "Eu" lógico para que elas tenham sentido, não prova que o substrato material ou espiritual subjacente a esse pensamento permaneça numericamente o mesmo. Como Kant adverte, "a identidade da consciência de si mesmo em diferentes tempos não é, pois, ainda, identidade da pessoa" (KANT, KrV, A 363). A continuidade do fio representacional não prova a permanência ontológica de um eu-substância; ela atesta apenas a inquebrantabilidade da unidade da apercepção como função operatória.

Se no paralogismo da simplicidade o erro residia na transposição da unidade sincrônica do ato presente para a constituição da alma, no Paralogismo da Personalidade esse vício projeta-se para a dimensão diacrônica. Kant desmonta a inferência de que a identidade formal da autoconsciência ao longo do tempo garantiria a identidade numérica real de uma substância. A identidade expressa no 'Eu penso' revela-se estritamente lógico-funcional, servindo como condição formal de conexão dos pensamentos, mas sem atestar a permanência de um ente subjacente.

Para ilustrar a distinção absoluta entre a identidade lógica da apercepção e a identidade numérica de uma substância, Kant mobiliza o experimento mental da transmissão de representações (KrV, A 363). Ele postula que a consciência e as representações poderiam ser transmitidas de uma substância para outra, da mesma maneira que o movimento é transferido de uma substância material para outra mediante impacto elástico. Se imaginarmos uma série de substâncias, na qual a primeira transfere todas as suas representações e a respectiva consciência delas para a segunda, e esta para a terceira, a última substância da série reteria todas as memórias e estados anteriores do processo. Essa última substância poderia legitimamente pensar todas as representações transmitidas como sendo "suas", articulando-as sob o mesmo "Eu penso" e mantendo intacto o fio da continuidade representacional. A identidade lógica do "Eu" estaria perfeitamente preservada — pois a função operatória soaria de modo idêntico

—, muito embora a identidade numérica da substância subjacente tivesse sido completamente alterada e substituída a cada estágio.

Fica demonstrado, por conseguinte, que a unidade do "Eu penso" é de natureza puramente operacional, e não substancial. A continuidade do conteúdo representacional atribuído ao "Eu" (como as memórias e os estados passados) não constitui prova da permanência de um substrato ontológico idêntico. O sujeito não se descobre como um núcleo material ou imaterial que permanece imutável nos bastidores da mente; pelo contrário, a continuidade da consciência prova unicamente que as representações obedecem a uma função contínua de síntese. É exclusivamente a unidade sintética da apercepção que torna possível pensar a continuidade da consciência no fluxo do tempo. Esse princípio formal não oferece qualquer acesso a um suposto fundamento metafísico ou à identidade numérica da pessoa em si mesma, consolidando a tese de que a identidade transcendental atua como uma exigência lógica e incondicionada da experiência, irreduzível a entidades estáticas.

O confronto de Kant com o racionalismo na *Anfibolia dos Conceitos de Reflexão* atua como o alicerce negativo necessário para esvaziar o sujeito de qualquer densidade substancial, preparando o terreno para a identidade funcional da apercepção. O erro fundamental de Leibniz, conforme analisa Longuenesse, residiu em uma incompreensão da natureza do juízo como o ato mediador incondicionado entre o intelecto e a sensibilidade. Ao conduzir uma 'reflexão meramente lógica' (*comparatio*), Leibniz reduziu a estrutura da realidade à análise de conceitos puros, tratando o espaço e o tempo como meras percepções confusas a serem clarificadas pelo intelecto. Foi essa confiança dogmática que o fez estender o seu Princípio da Identidade dos Indiscerníveis (LEIBNIZ, *Monadologia*, § 9) ao mundo físico. Para Leibniz, se duas gotas d'água fossem qualitativamente indistinguíveis em seus conceitos, seriam numericamente a mesma entidade (LEIBNIZ, *Novos Ensaios*, II, cap. 27). Kant contra-ataca demonstrando que 'espaços diferentes em um mesmo tempo' são condições *a priori* que garantem a diversidade numérica de objetos sensíveis idênticos (KrV, A 263/B 319), invalidando assim o modelo de um sujeito

monadológico cujos estados seriam apenas desdobramentos de uma essência interna.

Ao avaliar a realidade apenas pelas lentes do entendimento puro e retirar das substâncias tudo o que significasse relação exterior ou composição, Leibniz concebeu a mente como um sujeito simples, numênico e imaterial, cujos acidentes internos reduzem-se exclusivamente a representações. Para o leibnizianismo, a identidade de uma pessoa ao longo do tempo era o mero desdobramento de uma história contida inteiramente na própria essência da mônada. Nessa tradição racionalista, repetida por Wolff ao derivar a psicologia de princípios lógicos abstratos, a identidade do "Eu" era deduzida analiticamente como a identidade ontológica de uma coisa em si mesma, ignorando que o tempo é a forma do sentido interno e o meio fenomenal no qual a existência do sujeito se desdobra.

Contudo, ao provar na *Anfibolia* que a identidade numérica não pode ser estabelecida pela mera análise de conceitos sem a mediação da sensibilidade, Kant inviabiliza a pretensão da psicologia racional de conhecer o "Eu" como uma substância idêntica a partir da simples reflexão intelectual. Se a identidade e a diferença exigem as condições espaço-temporais para terem validade objetiva, o sujeito cognoscente não pode deduzir a própria substancialidade apenas por possuir o conceito de si mesmo. A crítica à concepção leibniziana obriga, portanto, a uma redefinição radical da autoconsciência: o "Eu penso" não denota uma substância ou mônada, mas a atividade contínua de síntese que torna possível atribuir representações a uma consciência unificada.

Quanto a Hume, sua redução da causalidade ao hábito e do eu a um "feixe ou coleção de diferentes percepções" (HUME, *Tratado*, Livro 1, Parte 4, Seção 6) revela-se insuficiente para a filosofia crítica, pois não explica a necessidade lógica que fundamenta a ciência objetiva. O diálogo de Kant com o empirista escocês, contudo, é sutil e reconhece o seu imenso mérito propedêutico: nos *Prolegômenos*, Kant confessa abertamente que foi a advertência de Hume que interrompeu o seu "sono dogmático". No entanto, ao analisar a dissolução humeana da identidade pessoal, Kant aponta uma contradição performativa estrutural no empirismo: a própria noção de um "feixe"

de percepções associadas pressupõe, como condição incondicionada de possibilidade, uma síntese unificadora prévia.

A objeção central de Kant, desenvolvida no núcleo da Dedução Transcendental (KrV, B 133-135), estabelece que o sujeito não poderia sequer chamar as múltiplas representações de "suas" se elas não pertencessem, na sua totalidade, a uma única autoconsciência capaz de abarcá-las sob a forma inalterável do "Eu penso". A famosa "conjunção habitual" de ideias revela-se, portanto, parasitária da síntese transcendental da apercepção. Como bem corrobora o clássico comentário de Norman Kemp Smith ao avaliar esse embate, a associação empírica não pode ser concebida como uma propriedade última e inexplicável dos nossos estados mentais, visto que ela própria "é condicionada pela unidade da consciência e, portanto, repousa sobre as condições transcendentais que a análise crítica revela" (KEMP SMITH, 2003).

Nessa mesma linha, como a tradição analítica fundamentada por Strawson (1966, p. 165) bem diagnostica, a associação empírica humeana só é possível porque se apoia na transposição lógico-transcendental da identidade do sujeito; sem a função operatória do "Eu penso", as percepções seriam apenas átomos desconexos, incapazes de formar a mais fragmentária das narrativas na consciência. A Refutação do Idealismo cartesiano, inserida na segunda edição da *Crítica*, coroa essa travessia crítica ao sintetizar as lições implícitas nos predecessores, demonstrando de forma cabal que a autoconsciência temporal exige a permanência do mundo exterior.

A Refutação do Idealismo, inserida na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, constitui o ápice da resposta kantiana ao ceticismo cartesiano. Seu argumento central inverte de forma radical o jogo do idealismo problemático: não é o mundo externo que carece de uma inferência causal incerta ou de uma garantia divina para ter sua existência atestada; pelo contrário, é a própria autoconsciência temporal que exige a exterioridade como sua condição incondicionada. Como Kant estabelece de forma lapidar, "a determinação da minha existência no tempo só é possível mediante a existência de coisas reais que percebo fora de mim" (B 275-76).

Essa exigência estrutural decorre da própria natureza do sentido interno. A ordenação sequencial dos nossos estados mentais subjetivos (como a transição da alegria para a tristeza) carece de estabilidade e permanência próprias; logo, ela requer um permanente não-subjetivo e espacial — como a casa cujas janelas observo em sucessão —, que sirva de referência invariável contra a qual o fluxo da consciência possa ser medido e ordenado. Por conseguinte, Kant conclui que “a experiência interna em geral só é possível mediante a experiência externa” (KrV, B 275-276). Fica demonstrado, assim, que a apreensão de objetos no espaço não é o resultado de uma inferência probabilística, mas uma condição lógico-transcendental imediata: ter consciência das próprias representações como sucessivas já é pressupor, incontornavelmente, a permanência de objetos externos.

Béatrice Longuenesse apreende essa manobra arquitetônica como uma subversão definitiva do *cogito* cartesiano. Sob essa ótica, o reconhecimento empírico de que “eu existo pensando” só é possível exatamente porque o mundo material externo é um dado imediato, e não a despeito da sua colocação em dúvida (LONGUENESSE, 2001, p. 237). A tese de que a externalidade é uma condição *a priori* desvela a impossibilidade transcendental do próprio ceticismo: uma vez que a fixação do sujeito no tempo exige o contraponto do espaço, duvidar do mundo externo seria duvidar da própria estrutura temporal da consciência. Aprofundando a mecânica dessa mesma subversão, Hans Christian Klotz esclarece que a força do argumento kantiano reside em atrelar a permanência do mundo exterior não a uma inferência lógica, mas à nossa própria passividade estrutural. Ao analisar a evolução e o núcleo da prova contra o idealismo, Klotz demonstra como Kant articula o tempo e a afecção:

De acordo com a estratégia do argumento na Crítica, este parte da representação de algo permanente como condição fundamental da determinação objetiva do tempo, estabelecendo uma ligação intrínseca dessa representação com a consciência da própria receptividade.” (KLOTZ, 2012, p. 425).

Em suma, a prova kantiana evidencia que a própria textura do sentido interno é parasitária da exterioridade, tornando o ceticismo problemático não apenas implausível, mas transcendentalmente inviável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise, as investigações desenvolvidas ao longo desta dissertação permitiram-me demonstrar que a identidade kantiana, cristalizada na proposição "Eu penso", afasta-se definitivamente da noção de um substrato metafísico oculto. O sujeito transcendental não é um ente *que* pensa, a ser descoberto pela introspecção, mas a vigência lógico-transcendental e incondicionada que instaura a própria forma do pensamento. Concluo, apoiando-me na arquitetura crítica, que a identidade da apercepção é estritamente lógica e formal, cuja autoconsciência só se torna possível em virtude da performance contínua da atividade de síntese. É precisamente essa vacuidade formal que funda, simultânea e indissociavelmente, a unidade da consciência e a objetividade do mundo.

Esse resultado representa a culminação da Revolução Copernicana, pois redefine o impasse que paralisava a filosofia moderna. Demonstrei como a crítica de Kant liberta o "Eu penso" de seu fardo ontológico ao dismantelar a *res cogitans* de Descartes: a unidade lógica do juízo não pode ser convertida ilicitamente no conhecimento de uma alma substancial, ilusão que apontei ao analisar os Paralogismos da Razão Pura. Por outro lado, a resposta ao empirismo de Hume provou que a redução do sujeito a um "feixe de percepções" contingentes contrabandeia a própria unidade sintética que o céptico afirma negar, demonstrando que a síntese não é uma hipótese, mas a condição inescapável de qualquer experiência.

A robustez teórica deste modelo funcional da subjetividade ganhou os seus contornos definitivos através do diálogo que estabeleci com os comentadores contemporâneos. A partir de P. F. Strawson, pude identificar na apercepção o primitivo lógico que fundamenta a autoatribuição de estados mentais, dispensando critérios empíricos de identidade, embora eu tenha demarcado a discordância deste autor quanto à fundamentação kantiana da objetividade no idealismo transcendental. Com Patricia Kitcher, a argumentação refinou-se ao

evidenciar que o problema kantiano não se resume à posse subjetiva e imediata de uma representação (*mineness*), mas exige a articulação e a coesão objetiva de múltiplos estados (*togetherness*), alcançada apenas pela aplicação normativa da "regra do Eu".

Contudo, foi a partir da exegese de Béatrice Longuenesse que o estatuto dessa identidade atingiu a sua formulação mais decisiva nesta pesquisa. Como a filósofa demonstra com precisão, a identidade não se esconde por trás das ações; o uso de "Eu" na proposição "Eu penso" "baseia-se em nada além da consciência de uma atividade mental que se toma como própria em virtude do fato de que se toma a si mesmo como responsável pela correção de seus conteúdos e de suas conexões". A identidade do sujeito é a própria constância estrutural invariável dessa função sintetizadora.

É embasada nessa leitura lógico-formal que Longuenesse desenvolve um notável paralelo entre a unidade transcendental da apercepção e o ego freudiano. Para a comentadora, o "ego" da metapsicologia freudiana — definido como uma organização de processos mentais cujos conteúdos obedecem a regras lógicas elementares e são governados pelo princípio de realidade — constitui o "descendente mais direto" do "Eu" kantiano. Embora Freud ancore essa função na corporeidade, o seu modelo oferece um passo intermediário vigoroso para o que Longuenesse sugere ser a "naturalização" da subjetividade transcendental, provando a sofisticação da intuição de Kant ao encontrar ressonância até mesmo nas matrizes da psicologia clínica do século XX.

Essa primazia incondicionada do plano lógico-formal obteve, por fim, uma confirmação dramática no caso da "dama desincorporada" (Christina), descrito por Oliver Sacks. A análise dessa patologia revelou que a destituição catastrófica da propriocepção e do reconhecimento do próprio corpo não dissolveu a função unificadora do "Eu penso". A paciente manteve inalterada a sua capacidade de organizar racionalmente os pensamentos e de empregar o pronome "Eu", o que comprova que a identidade transcendental opera e se sustenta em um registro autônomo, irreduzível à fragmentação da continuidade empírica corporal.

Em suma, a identidade kantiana não é uma entidade substancial estática ou um mistério a ser decifrado pelas vias da introspecção. Ela manifesta-se puramente como ato originário e permanente. É o gesto incessante que, em sua vacuidade formal, constitui o próprio palco estrutural intransponível onde se desenrola o drama da dinâmica cognoscente.

REFERÊNCIAS

Obras de Immanuel Kant

KANT, Immanuel. Kant's gesammelte Schriften. Organizado pela Königlich Preußische Akademie der Wissenschaften. Berlin: Georg Reimer [posteriormente Walter de Gruyter], 1902-. 29 vols. (Akademie-Ausgabe - AA).

KANT, Immanuel. Antropologia de um ponto de vista pragmático. AA 07: 117-333. Tradução de Clodoaldo Pelissioni de Souza. São Paulo: UNESP, 2006.

KANT, Immanuel. Crítica da razão prática. AA 05: 01-163. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. Dissertação de 1770: sobre a forma e os princípios do mundo sensível e do inteligível. AA 02: 385-419. Tradução de Paulo R. Licht dos Santos. São Paulo: UNESP, 2005.

KANT, Immanuel. Lógica. AA 09: 01-150. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KANT, Immanuel. Prolegômenos a toda metafísica futura que possa vir a ser considerada como ciência. AA 04: 253-383. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

Literatura Secundária

ALLISON, Henry E. Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense. Revised and enlarged edition. New Haven; London: Yale University Press, 2004.

ALTMANN, Sílvia. Lógica geral e lógica transcendental. In: KLEIN, Joel Thiago (Org.). Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura. Florianópolis: NEFIPO, 2012. p. 179-214.

FREUD, Sigmund. O ego e o id (1923). Rio de Janeiro: Imago, [s.d.]. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

GUYER, Paul. Kant. New York: Routledge Philosophers, 2006.

GUYER, Paul. Kant and the claims of knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HENRICH, Dieter; VELKLEY, Richard L. (Ed.). The unity of reason: essays on Kant's philosophy. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

HUME, David. Tratado da natureza humana. Tradução de Déborah Danowski. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2009.

KAYE, Lawrence J. Kant's transcendental deduction of the categories: unity, representation, and apperception. Lanham: Lexington Books, 2015.

KEMP SMITH, Norman. A Commentary to Kant's "Critique of Pure Reason". Introdução de Sebastian Gardner. Houndmills, Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2003.

KITCHER, Patricia. Kant's thinker. New York: Oxford University Press, 2011.

KLOTZ, Hans Christian. A refutação do idealismo: problema, objetivo e resultado do argumento kantiano. In: KLEIN, Joel Thiago (Org.). Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura. Florianópolis: NEFIPO, 2012. p. 415-434.

LONGUENESSE, Beatrice. I, me, mine: back to Kant, and back again. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LONGUENESSE, Beatrice. Kant and the capacity to judge: sensibility and discursivity in the transcendental analytic of the Critique of Pure Reason. Translated by Charles T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ROSEFELDT, Tobias. Kant's self: real entity and logical identity. Berlin: Walter de Gruyter, 2003.

SACKS, Oliver. O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outros relatos clínicos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SELLARS, Wilfrid. Empiricism and the philosophy of mind. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

STRAWSON, P. F. The bounds of sense: an essay on Kant's Critique of Pure Reason. London: Routledge, 1966.